

Há muitas cidades numa mesma cidade – quanto mais no último país das Américas a abolir a escravidão. A urbanização deu-se de forma acelerada e desigual em um território que desde seu batismo carrega o estigma de mercadoria – em vez de Terra de Santa Cruz, após alguns anos preferiu-se o nome Brasil, designação, nas palavras seiscentistas de frei Vicente Salvador, “que foi a primeira *commodity* que produzimos. A conquista colonial e o método positivista de imposição da ordem e do progresso criaram estrategicamente nossas primeiras cidades. No Brasil atual, ainda herdeiro de sua condição primeira de mercadoria, seguimos a tradição colonial da cidade contra a floresta e suas variações metropolitanas: o asfalto contra o morro, as avenidas contra os rios, a polícia contra as quebradas, a civilização contra a barbárie.

A civilidade que por vezes experimentamos na cidade do asfalto não passa de aparência. Se as coisas parecem funcionar de forma razoável em uma das tantas cidades que constituem a mesma cidade, isso se dá, perversamente, em detrimento das outras. Nelas – as cidades marginais, periféricas, escondidas e ignoradas – o Estado ao mesmo tempo ausenta-se como provedor de serviços básicos e excede-se como vigilante armado. A polícia se dá o direito de invadir os lares de famílias que dormiam em plena madrugada e massacrar quem não

segue seus protocolos. Luz elétrica e água encanada são resultado, quando existem, de anos de luta. As casas ficam geladas de noite, quentes durante o dia e encharcadas quando chove. Faltam às crianças a merenda, o uniforme escolar e a praça para brincar nos fins de semana. Os ônibus passam raramente e custam um bom percentual dos salários, e o esgoto corre a céu aberto contaminando córregos, rios e a vida em torno deles.

A existência de abismos entre as muitas formas de viver na cidade nunca foi contingencial. A negligência é política pública no Brasil – desde sempre. A industrialização iniciada na primeira metade do século XX serviu-se das periferias abandonadas, da autoconstrução e do “jeitinho” para viabilizar um esquema *sui generis* de capitalismo periférico, em que a modernização depende da precariedade. Sem o morro e tudo o que ele implica não existiria a cidade do asfalto.

Não se buscou reverter – ao contrário, acentuou-se – esse movimento que empurra a experiência urbana de cada vez mais gente aos limites do suportável. Nem mesmo durante nosso curto período de crescimento econômico com redução da pobreza. As forças da ordem, por incapacidade ou insensibilidade, nunca foram capazes de lidar com a perspectiva emancipatória dos sujeitos e dos territórios.

Os protestos multitudinários de 2013 levaram

milhões de pessoas às ruas e fizeram florescer Assembleias Populares Horizontais em muitas capitais do país. Os conflitos, as contradições, as urgências e as violências que nossa frágil democracia recalçou por tantos anos ficariam ali definitivamente expostos. Se as Jornadas de Junho de 2013 revelaram que as cidades são caldeirões explosivos de frustrações sequenciadas, também explicitaram que, apesar da letargia e do atraso daqueles que governam, nunca se deixou de fazer política, assim como nunca se deixou de fazer cidade.

O espírito altermundista e autonomista dos protestos iniciados pelo Movimento Passe Livre em São Paulo contra o aumento de 20 centavos na passagem dos ônibus, que faria da própria noção de “público” uma categoria insuficiente, esgarçaria ainda mais os limites da cidadania, colapsando o monopólio do Estado como provedor de uma vida melhor e disparando o debate sobre as múltiplas potências e urgências de “projetos comuns”.

Esse processo de expressão libertária e coletiva dos subalternizados, que remetia em escala e ambição ao movimento “Diretas Já” (1983-84), tornaria inevitável a confluência entre a insurgência urbana cosmopolita e a cosmopolítica afroindígena. E, de repente, indígenas, feministas, ribeirinhos, ocupas e grupos de luta por moradia, movimento negro, sem-terra, empreendedores, coletivos autogestionados,

mobilizadores sociais, ativistas, funcionários públicos, professores, atingidos pela Copa, atingidos por barragens, artistas, ambientalistas, profissionais criativos, anarquistas, religiosos progressistas, permaculturistas, quilombolas, transgêneros, LGBTQI+, hackers e agroecologistas, todos abrigados sob a sombra de um viaduto, ensaiavam projetos abertos e compartilhados para um outro país.

Se hoje olhamos para o futuro imediato do país e só enxergamos uma névoa de violência, intolerância e autoritarismo a adentrar o ainda obscuro ano de 2019 – aprofundando radicalmente as fraturas expostas em 2013 e cindindo ainda mais as tímidas pinguelas entre as tantas cidades na cidade construídas desde a redemocratização –, fica evidente que o interesse pela transformação da vida compartilhada vai se dar não nas tramas do Estado e sim na autonomia e resistência dos bairros, das relações de vizinhança e das redes de cooperação e solidariedade. É justamente nesses lugares e sua pequena escala que outras existências sobrevivem e podem inventar-se.

Este livro reúne a transcrição dos cinco encontros organizados por PISEAGRAMA em parceria com o BDMG Cultural que se deram no Auditório do BDMG, em Belo Horizonte, entre 17 de maio e 21 de junho de 2016,

O que acontece quando se sentam à mesma mesa um delegado de polícia, uma artesã indígena, uma

jovem moradora da favela e uma cientista política que se tornou vereadora e deputada? Quando médicos, ecologistas, lideranças de ocupações urbanas, ativistas, jovens negros, professores, psicanalistas, planejadores e servidores municipais se põem a abordar questões básicas da vida urbana, como saúde, território, violência, mobilidade, espaços públicos, lazer?

A singularidade de cada uma das vozes que fizeram os encontros foi preservada na transcrição, oferecendo narrativas de como resistir em diferentes escalas às forças da ordem, no intuito de inventar outra cidade.

Essas narrativas reverterem o déficit de cidadania que nos constitui desde sempre. Entendemos que, sobretudo no assustador retrocesso histórico em que aparentemente nos encontramos no final do ano de 2018, as muitas vozes de cidades recalcadas precisam ser escutadas e conectadas para serem capazes de projetar outras perspectivas para o pensamento urbano e político. (...)

Fundado há três décadas, no ano em que a Constituição Federal consagrou a Cultura como direito de todos, o BDMG Cultural nasceu com o propósito de incentivar a Cultura e as Artes produzidas pelos mineiros. Para isso, criou políticas e programas de fomento que se revelaram mecanismos eficientes para o desenvolvimento cultural do estado. Muitos existem há mais de vinte anos, havendo conquistado a credibilidade e a consistência que são responsáveis pela boa reputação de que o Instituto desfruta hoje. Tarefa coletiva – e que deve unir o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil – a Cultura não pode ser vista como gasto ou como despesa. Não é algo supérfluo, nem privilégio, luxo ou favor a quem quer que seja. Pelo contrário. É investimento estratégico. E é, também, fator de inclusão e motor da economia, sendo, ainda, a base sobre a qual o povo ergue as suas identidades, inventa infinitas possibilidades e projeta seus sonhos para o futuro.

Capaz de honrar as expressões tradicionais e, ao mesmo tempo, de acolher as vanguardas, o novo e o experimental, o BDMG Cultural é querido por todos, já que assume, por meio de suas práticas, uma atitude de total abertura à riquíssima diversidade de que é composta a Cultura de

Minas Gerais. Tem sido assim no plano da música, das artes visuais, do teatro, da dança, do circo e da literatura. E tem sido assim, igualmente, na promoção do conhecimento, da reflexão e da crítica. Não há como fazer a civilização avançar sem a livre circulação das ideias e do pensamento, sem o debate franco, profundo e sofisticado, em torno dos temas que mais afetam a vida das pessoas. Reverente a essa realidade, o BDMG Cultural tem realizado, cada vez mais, congressos, seminários e conferências que ajudem os cidadãos a relacionar-se com o seu entorno de modo mais inteligente e mais bem informado.

O Seminário *Urbe Urge* atendeu a essa preocupação. O livro que agora se publica – e que reúne as palestras proferidas no evento – é a reiteração da crença do Instituto no valor da palavra potente e transformadora, essencial para que a vida seja vivida plenamente, como deve ser.

A cidade não é apenas o lugar físico que ancora a vida das pessoas, suas construções reais e simbólicas, suas realizações. Mais importante das obras da civilização, a cidade é um território abrangente que é também sujeito, que produz, que em sua dinâmica constitui uma homologia com a existência humana. Nasce, cresce, se desenvolve, sonha e caminha, numa escala diferente de tempo, para seu ocaso, muitas vezes acelerado pela ação tóxica da ambição e da burrice humana.

Território de vida, a cidade é também campo da política, dos conflitos e da utopia. Num tempo em que as demandas coletivas percebem a necessidade de se reinventar além das estratégias convencionais, é na cidade que as novas experiências explodem, numa plethora de indignação, capacidade de mobilização, inteligência crítica e criatividade. Política, ética e estética.

É nesse contexto que o encontro *Urbe Urge*, parceria do BDMG Cultural com a PISEAGRAMA, se propõe a estabelecer mais um trajeto desimpedido de diálogo com a cidade e seus habitantes. Para superar as grandes vedações éticas que emanam da política conservadora, a ideia é criar um momento de informação e

formação. Livre nas suas fontes e libertário em suas proposições.

Os encontros, que ocorreram entre os dias 17 de maio e 21 de junho, tiveram como ponto de partida o diálogo de experiências reais de cidadania feita à mão, com os vários níveis de pensamento crítico em torno de temas como a ocupação urbana, os novos modos de transitar pelos espaços, a compreensão da capacidade de a metrópole adoecer e entristecer as pessoas, sobre a violência marcada pela discriminação, e acerca do planejamento que contemple as formas diretas de participação, fraturando o centralismo e a verticalização.

Um convite a habitar nossa urbe. Uma convocação a dialogar com a urgência.

Dos corpos nas ruas ao urbanismo tático

Dú Pente
Julien Ineichen
Priscila Musa
Laura Sobral
Rita Velloso (comentário)

Há uma efervescência posta nas cidades, não só em Belo Horizonte, mas no Brasil todo. Movimentos autônomos e independentes têm eclodido e se potencializado e ocupado, literalmente, os espaços que sempre nos foram negados. A cidade está em plena transformação. Nesse sentido, vale a pena olhar para trás, para 2013, momento em que essa força eclodiu, essa insatisfação generalizada. A princípio parecia ser por vinte centavos, mas hoje percebemos que o buraco era muito mais embaixo.

É mais urgente do que nunca pensar a configuração das cidades em que vivemos e como esta configuração afeta nossas vidas de forma cotidiana. É preciso olhar com muita atenção para questões interligadas, que vão da mobilidade urbana ao acesso a equipamentos públicos. E é preciso pensar nas consequências do processo histórico de formação do espaço, sobretudo urbano, que se deu no Brasil.

A cidade delimita muito bem onde cada cidadão deve estar. Isso perpassa, evidentemente, questões econômicas, questões sociais, questões raciais. Estamos, afinal, falando de um país que viveu mais de 350 anos de escravidão, e que nunca deixou de carregar este fardo depois do processo de abolição. As pessoas que não tinham acesso à cidade continuaram sem ter acesso à cidade depois da abolição. Elas continuaram exclusas e não pertencentes ao espaço oficialmente

Dú Pente

Dos corpos nas ruas ao urbanismo tático

Dú Pente
Julien Ineichen
Priscila Musa
Laura Sobral
Rita Velloso (comentário)

Há uma efervescência posta nas cidades, não só em Belo Horizonte, mas no Brasil todo. Movimentos autônomos e independentes têm eclodido e se potencializado e ocupado, literalmente, os espaços que sempre nos foram negados. A cidade está em plena transformação. Nesse sentido, vale a pena olhar para trás, para 2013, momento em que essa força eclodiu, essa insatisfação generalizada. A princípio parecia ser por vinte centavos, mas hoje percebemos que o buraco era muito mais embaixo.

É mais urgente do que nunca pensar a configuração das cidades em que vivemos e como esta configuração afeta nossas vidas de forma cotidiana. É preciso olhar com muita atenção para questões interligadas, que vão da mobilidade urbana ao acesso a equipamentos públicos. E é preciso pensar nas consequências do processo histórico de formação do espaço, sobretudo urbano, que se deu no Brasil.

A cidade delimita muito bem onde cada cidadão deve estar. Isso perpassa, evidentemente, questões econômicas, questões sociais, questões raciais. Estamos, afinal, falando de um país que viveu mais de 350 anos de escravidão, e que nunca deixou de carregar este fardo depois do processo de abolição. As pessoas que não tinham acesso à cidade continuaram sem ter acesso à cidade depois da abolição. Elas continuaram exclusas e não pertencentes ao espaço oficialmente

Dú Pente

Dos corpos nas ruas ao urbanismo tático

Dú Pente
Julien Ineichen
Priscila Musa
Laura Sobral
Rita Velloso (comentário)

Há uma efervescência posta nas cidades, não só em Belo Horizonte, mas no Brasil todo. Movimentos autônomos e independentes têm eclodido e se potencializado e ocupado, literalmente, os espaços que sempre nos foram negados. A cidade está em plena transformação. Nesse sentido, vale a pena olhar para trás, para 2013, momento em que essa força eclodiu, essa insatisfação generalizada. A princípio parecia ser por vinte centavos, mas hoje percebemos que o buraco era muito mais embaixo.

É mais urgente do que nunca pensar a configuração das cidades em que vivemos e como esta configuração afeta nossas vidas de forma cotidiana. É preciso olhar com muita atenção para questões interligadas, que vão da mobilidade urbana ao acesso a equipamentos públicos. E é preciso pensar nas consequências do processo histórico de formação do espaço, sobretudo urbano, que se deu no Brasil.

A cidade delimita muito bem onde cada cidadão deve estar. Isso perpassa, evidentemente, questões econômicas, questões sociais, questões raciais. Estamos, afinal, falando de um país que viveu mais de 350 anos de escravidão, e que nunca deixou de carregar este fardo depois do processo de abolição. As pessoas que não tinham acesso à cidade continuaram sem ter acesso à cidade depois da abolição. Elas continuaram exclusas e não pertencentes ao espaço oficialmente

Dú Pente

construído, sem acessar a categoria de cidadãos que deveriam ter acesso a todos os direitos básicos, como educação, lazer, cultura.

A falta de planejamento, afinal, é falta de planejamento para quem? A cidade que vemos é, sim, planejada, mas para um pequeno grupo de pessoas que detém o poder hegemônico. A falta de planejamento em alguns territórios não deixa de ser, também, um tipo de planejamento. Um exemplo claro disso é o Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Há um *apartheid* social que fica muito evidente se olharmos para o horizonte da Serra. Trata-se de uma demarcação forte e violenta do que é a cidade e do que não é. Temos o Aglomerado da Serra e o bairro da Serra, um colado ao outro, marcando na paisagem esse paradoxo. Aos nossos olhos isso é naturalizado, mas essa configuração da cidade evidentemente não é natural. E nem começou agora.

A maior parte das cidades é feita de periferias, que são distantes. Logo, a cidade não é de todo mundo. Quem não mora no centro ou nas regiões próximas às áreas centrais não acessa de forma efetiva recursos básicos como saúde, educação, cultura. Eu, que sou negro, periférico, sempre tive que atravessar a cidade para consumir qualquer tipo de cultura ou lazer nas áreas centrais.

O pior é que por cima dessa camada, velha e batida, vão se sobrepondo outras, mais recentes. A higienização promovida nas obras da Copa do Mundo, por exemplo.

Mais de 170 mil famílias foram desalojadas em nome de um projeto de suposto “progresso” – que, inclusive, contemplava a construção de mais vias na região, que alardeava mais acesso e mobilidade. Mas quem parou para pensar nos territórios por onde essas obras estavam passando, ou na população que ali já vivia há muitos anos? Essas pessoas tinham sua história, mas esta história nunca se conta quando se constroem cidades.

Na lógica da cidade-empresa, o cidadão e a cidadania estão secundarizados, e são reféns do capital que especula, higieniza, gentrifica. O que vemos é sempre muito parecido. Alguns pequenos grupos vão enriquecer e as necessidades locais vão ser desconsideradas.

É nesse contexto que eu penso na potência do jovem. Em nós, jovens, como catalisadores de mudanças. Todos os processos de mudança, as grandes revoluções ou os pequenos questionamentos daquilo que está posto costumam ser prerrogativas históricas da juventude. O que diferencia a juventude atualmente talvez seja o fato de estarmos hiperconectados. Há muita gente que concilia o trabalho com a ação política pelo coletivo, pela inclusão, para conscientizar. Trata-se de uma nova dinâmica, uma nova proposta de uma parcela da juventude, uma forma diferente de encarar o trabalho e o estar no mundo.

É claro que devemos nos lembrar, aqui, de que menos de 50% da população tem acesso a uma conexão de rede. Não podemos nos iludir, não podemos achar

que estamos vivendo atualmente um momento revolucionário tão sonhado, que é muito vendido por aí, inclusive na academia. Mas as palavras “comunicativo” e “sonhador” estão entre as que mais despontam quando se conversa com jovens que tentam definir a si mesmos trabalhando de forma coletiva, prezando novas formas de participação e construção, questionando as estruturas vigentes – e isto deve ser levado a sério.

Em Belo Horizonte tivemos várias experiências de construção a partir da juventude, como a Assembleia Popular Horizontal, que aconteceu logo após Junho de 2013, esse período de eclosão que levou a juventude para as ruas. Ali houve uma explosão de movimentos, manifestações, expressões que vinham questionar o espaço público, ou melhor, vinham questionar para quem era o espaço público, quem tem acesso a ele e de que forma outras experiências poderiam se configurar e acontecer nele.

O espaço público é um espaço de conflito. Há uma interseção entre o espaço urbano e a esfera pública e eu entendo que o espaço público está nessa intercessão. Eu observo que a partir do conflito que há nessa intercessão é possível agir e gerar transformação.

Outra forma de resposta às manifestações de Junho foram as ocupações urbanas, que se pulverizaram pelo país. Tivemos, por exemplo, em Belo Horizonte, o Resiste Izidora, que é um caso interessante, porque,

Eu moro em uma região que tem 300 mil habitantes. Ali as possibilidades de cultura e acesso ao lazer são mínimas, as praças dos bairros são todas sucateadas, abandonadas – e o que temos, em vez de alguma isenção fiscal da prefeitura pela precariedade, é mais policiamento.

mais do que uma ocupação, mais do que resistência à especulação, é um movimento político que escancara a questão do *apartheid* social. As discussões ali atravessam todas as questões que mencionei aqui de forma bem sintética. Os jovens que estão nas ocupações têm um perfil bem definido, e sabemos bem qual é. Eles não pertencem à cidade.

Outro exemplo de subversão de todo o processo de favelização, da falsa ideia de abolição num país em que pobre é negro e negro é maioria da população, são os “rolezinhos”. É impossível não olhar para essa experiência como uma busca pela redefinição dos espaços comuns na cidade. Estamos falando de garotos, de uma galera que foi simplesmente buscar uma forma de lazer. Foram se divertir no *shopping*, simples assim. Isso foi classificado como um fenômeno! Os rolezinhos não são fenômeno! São cidadãos que desejam fazer parte. Se na periferia onde eu moro não tem espaço de lazer e cultura, eu vou buscar onde tem. E, claro, quando os espaços de lazer e cultura são espaços de exclusão e de *apartheid* social, o problema fica evidente. O *apartheid* fica escancarado nesses casos, não há meio termo. A exclusão nesses espaços está no simples olhar. Subverter isso faz parte da busca pela construção de um espaço comum, do direito à cidade.

Eu frequento muito o viaduto Santa Tereza. Ali, existe a sensação de que há uma cidade que está em

movimento. O Duelo de MCs é um dos movimentos pioneiros no viaduto. O que me impressiona é que ações como o Duelo, que tiveram início no centro, começam agora a se descentralizar. Temos, por exemplo, o Lá da Favelinha, que não fica no centro da cidade, mas no Aglomerado da Serra; temos o Samba da Meia-Noite; temos duelos em bairros; temos saraus. São culturas de periferia, manifestações e expressões artísticas e coletivas que acabaram ocupando o centro da cidade, os espaços centrais, como forma de reafirmação e resistência, lutando contra a invisibilidade e a falta de acesso. E que agora voltam com mais força à periferia.

A Praia da Estação talvez seja o melhor exemplo daquilo que é mais pulsante na cidade, nesse sentido. Eu comecei a frequentar a Praia, com alguns amigos, em 2012, apesar de já conhecê-la desde algum tempo antes. A Praia surgiu em resposta a um decreto do prefeito, que proibiu qualquer forma de manifestação ou evento cultural na Praça da Estação sem autorização prévia. No final de 2009 esse decreto virou notícia e, já em janeiro de 2010, pessoas passaram a ocupar a praça, fundando a Praia da Estação. A Praia é um espaço livre, autônomo, autogestionado, sem líderes e sem núcleo de informação. É um movimento, mas é também um espaço construído, que qualquer cidadão pode (e deve!) ocupar. É uma manifestação política, cultural, espontânea, é difícil tentar descrever ou delimitar esse lugar.

Eu moro em uma região que tem 300 mil habitantes, o Barreiro. Ali as possibilidades de cultura e acesso ao lazer são mínimas, as praças dos bairros são todas sucateadas, abandonadas – e o que temos, em vez de alguma isenção fiscal da prefeitura pela precariedade, é mais policiamento! Trata-se de um policiamento exacerbado para que os cidadãos que ali residem não ocupem aqueles espaços, ou seja, da vigilância do próprio Estado para que as pessoas não saiam de certo lugar, que é o lugar de não ter nada.

Quem mora na periferia percebe que as periferias são constituídas como depósitos de gente. Você não tem acesso ao lazer, você não tem acesso a uma boa escola, você não tem acesso a possibilidades de transformação. É muito difícil construir a própria Praia da Estação na periferia. Quando eu comecei a frequentar o espaço da Praia da Estação, havia um perfil de frequentadores muito bem desenhado, a maioria das pessoas era branca, de classe média, morava no centro ou nos bairros centro-sul e leste (um eixo bastante central na geografia belo-horizontina). Só que, a partir de determinado momento, com as experiências que vivemos em 2013, a periferia também, muita gente que nunca tinha se colocado no espaço como corpo político, passou a participar. Estabeleceu-se uma conexão com outros grupos que tomaram as ruas em busca de um lugar comum e de uma mesma voz.

Esses processos de compartilhamento de experiências uniram muita gente por aí, através da interconectividade e da possibilidade de trabalhar em horizontalidade com uma nova perspectiva.

O espaço público – ocupar o espaço público – é inevitavelmente uma experiência cheia de conflitos. Trata-se de um espaço de disputas, em disputa, em que diferentes agentes autônomos vão ter que conviver e que construir alguma coisa. Embora nossa causa seja a mesma, eu não sou igual ao *brother* que frequenta os mesmos espaços e que mora no Belvedere ou em qualquer outro bairro rico. Mas essas diferenças passam a conviver mais. Eu entendo que esse é um processo necessário e que só a partir do choque, da convivência entre diferenças, vamos compreender todos que a questão central é que o espaço é de todos! Inclusive dos diferentes que ali nunca estiveram.

A Praia existe até hoje, e agora percebemos uma mudança enorme no processo de enfrentamento dos conflitos. A Praia tem um perfil muito diversificado, e outros agentes da cidade que não residem no centro se sentem à vontade para estar ali, para construir, para transformar e para tratar aquele espaço como um espaço aberto a todos. É isso, eu acredito, que todos nós devemos buscar quando pensamos em questionar e ocupar os espaços da cidade.

O que temos é uma experiência muito rica que está em pleno processo – não há nada definido, nada

definitivo. Estamos tentando entender a cidade em que vivemos para questionar, para propor, para colocar fogo, para ocupar a Câmara Municipal, para repudiar as ações do prefeito. Estamos tentando construir, nas ruas – onde há cada vez e mais e mais pessoas – outra forma de combate e de participação. O que percebemos é que o que está institucionalizado é o que precisamos mudar. Que precisamos romper, que precisamos explorar o que há além do Estado. Essas novas organizações, paralelas à estrutura do Estado, são urgentes, são o único dispositivo que temos para mudar uma dinâmica de distribuição urbana que não contempla a maioria da população.

Dizem por aí que política, futebol e religião não se discutem. É trouxe quem acreditou nisso! O futebol eu até pulo. Mas a política e a religião nós precisamos discutir, sim! Vivemos em sociedade! Dialogar e discutir é saudável e necessário, e precisamos construir esses espaços comuns, onde se possa conviver de forma boa, coerente, sabendo respeitar os outros – e quem sabe daí algo novo possa surgir...

É preciso saber responder a uma pergunta fundamental: qual é a cidade em que vivemos? Só respondendo a essa pergunta vamos poder saber qual é a cidade que queremos. Ninguém disse que vai ser fácil. Eu mesmo ainda não encontrei todas as respostas – estou em processo. *

Eu sempre acreditei que a consciência vem de nossas vivências. Uma das vivências mais marcantes que eu tive na Suíça, meu país natal, é a de desfrutar das águas urbanas. Trata-se de algo muito simples: rios ou lagos que, por dois meses por ano, durante o verão, tornam-se espaços extremamente democráticos. Todos têm acesso e podem viver a experiência fantástica de se jogar na água, no meio da cidade.

Quando cheguei a Recife, a Veneza brasileira, vi muito rapidamente que esta Veneza tinha alguns problemas graves. Cheguei até a fazer um mestrado sobre a questão do saneamento, mas logo percebi que, nesse caso, técnicas não resolvem. Estamos diante de uma questão que vai além de certas tecnologias.

Os rios urbanos raramente aparecem como elementos que ilustram a sustentabilidade nas cidades brasileiras. Para colocar o rio da cidade em que passei a viver no centro das atenções e do imaginário urbano, percebi que precisava resgatar algo que estava esquecido há muito tempo. Acho que, naquela época, em 2005, eu era o único morador da cidade louco o bastante para ter esperança de um dia nadar no rio Capibaribe. Mas, de lá para cá, muita gente se juntou a essa construção. Estamos fazendo isso juntos.

O primeiro passo que demos em direção ao sonho de nadar no rio se deu visualmente. Passamos a produzir imagens e vídeos de propaganda. Em vez de vender

Coca-Cola, enaltecíamos práticas e cidadãos de Recife e Olinda que poderiam ajudar a reverter a situação do rio.

Fui à *internet*, procurei televisões públicas, dei oficinas em escolas públicas e, para não sonhar sozinho, também fui em busca de outros amigos sonhadores à beira do rio, ao longo de toda a bacia. Em Recife, consegui encontrar outros tipos de atores sociais que também sonhavam em nadar no Capibaribe, ou pelo menos em vê-lo limpo. Com eles produzimos boa parte do material de campanha. Buscávamos provocar através de imagens simples, da ironia, levantando questionamentos. Algumas das imagens publicitárias que produzimos no início eram de nós mesmos, no rio, com sacos plásticos nos pés.

Produzimos uma série de propagandas para a TV pública que se chamava “Cápsulas Verdes”. Quando estávamos realizando a terceira temporada, tivemos a ideia de copiar algo que existe em Paris: a Praia do Sena, uma ação da prefeitura de ocupação das margens do rio Sena. Por que não fazer uma praia, nossa, na beira do rio, para lançar as Cápsulas?

Foi nesse momento que passamos a ocupar o espaço público. Fizemos uma parceria com um museu que fica na beira do rio, o Murilo La Greca. O Museu tem um jardim muito bonito, que dá para o rio. Ocupamos aquele espaço e, com o apoio do Museu, passamos a chamar pessoas para curtir o momento juntos. Além das

Cápsulas, compartilhamos cervejas e a bela vista. Apesar do problema do cheiro, há uma energia muito boa na beira do rio. A nossa era uma praia muito simples, um arquétipo brasileiro, ou pelo menos recifense: alguns guarda-sóis, cadeiras de praia, cervejas. Poder passar a tarde na grama, à beira do rio, é algo que até então simplesmente não existia – e que hoje, todo mês, já existe em Recife.

Buscamos aproximar ao máximo os cidadãos e o rio. Nesse sentido, fizemos uma parceria com um barqueiro que nos ajudou a levar os muitos frequentadores da praia que nunca haviam entrado no rio para um passeio. Esses passeios eram transformadores! As pessoas simplesmente não tinham contato com o rio.

Nós nos envolvemos também com nossos parceiros do Ocupa Estrelita, porque temos pautas convergentes. Eles estão lutando por um espaço que fica na bacia do Pina (e não a do Capibaribe, como no nosso caso), contra um modelo de cidade que não permite que os espaços sejam públicos e acessíveis, que invisibiliza e privatiza águas e terras.

Fizemos também outras ações. Depois das cadeiras e dos guarda-sóis, pensamos um *workshop* para produzir mobiliário para a nossa praia. Além disso, lançamos a revista PISEAGRAMA em Recife. Os integrantes da revista participaram de um *workshop* em que surgiu a ideia de fazer um financiamento colaborativo para comprar uma bolha. Queríamos uma bolha gigante, daquelas de

plástico, que de vez em quando aparecem nos *shopping centers* – em que as pessoas colocam as crianças para que andem por alguns segundos sobre a água.

Queríamos usar esse mesmo artefato, mas num ambiente público, nas águas do Capibaribe. Para chegar lá, lançamos um financiamento participativo. Criamos uma linda campanha e, no dia seguinte, na praia, comunicamos o sonho de comprar a bolha.

Mas não era suficiente comprar a bolha. Não era tão simples! Precisávamos também construir um píer, um sistema para chegar até a água. Tivemos então mais um processo colaborativo para construir a entrada da bolha – um dia maravilhoso em que finalmente pudemos levá-la para o meio do rio e nadar com o Palácio da Princesa, um lugar muito simbólico de Recife, ao fundo. Isso emocionou muitas pessoas em Recife e acho que com esse tipo de experiência podemos ensinar muitas outras, em qualquer lugar do mundo.

Continuamos realizando *workshops*, porque percebemos que é preciso juntar forças para construir um novo urbanismo, à mão. Produzimos um evento de duas semanas em um novo lugar à beira do rio. Fechamos uma parceria com uma instituição federal, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), para usar um espaço que na verdade nada mais é do que um estacionamento. O que fazer com um estacionamento à beira do rio? Esse foi o desafio lançado para uma equipe

A nossa era uma praia muito simples, um arquétipo brasileiro, ou pelo menos recifense: alguns guarda-sóis, cadeiras de praia, cervejas. Poder passar a tarde na grama, à beira do rio, é algo que até então simplesmente não existia – e que hoje, todo mês, já existe em Recife.

As pessoas puderam olhar para o rio e até nadar nele. Essa é uma vivência transformadora que quase ninguém ali tinha tido. O barqueiro e o pescador tinham, mas a classe média não tem noção de como é o rio, de como ele é central e de como pode ser desfrutado. A margem do rio é um lugar totalmente desconhecido, até mesmo para os professores de arquitetura.

que trabalhou por duas semanas. Alguns amigos da Europa também vieram para nos dar uma mão.

Terminadas as duas semanas, chegamos a uma praia, um pouco mais sofisticada do que as primeiras. Uma das coisas que eu sempre quis fazer era nadar, *mesmo*, no Capibaribe – e por isso construímos uma piscina flutuante. Também instalamos outra piscina na beira do rio e fizemos uma festa à noite na praia. Todos nos perguntavam se a água da piscina era do Capibaribe. Sonho com o dia em que vamos usar água do rio na nossa piscina.

Transformar um estacionamento em um espaço de lazer com cerca de mil pessoas por dia também foi uma experiência maravilhosa. As pessoas que estavam ali puderam olhar para o rio e até nadar nele. Isso é uma vivência transformadora. Uma vivência que quase ninguém ali tinha tido. O barqueiro e o pescador tinham, mas a classe média não tem noção de como é o rio, de como ele é central e de como pode ser desfrutado. A margem do rio é um lugar totalmente desconhecido, até mesmo para os professores de arquitetura. Acho que a praia mudou muito a consciência de muita gente.

É muito interessante – e estranho – que esse corpo d'água, essa entidade esteja esquecida no meio de Recife. Esse tipo de vivência que buscamos fomentar é uma forma de resgatar alguma consciência da riqueza que há ali. É isso que nos move, e continuamos a fazer as praias e a propor às pessoas curtir um mergulho na bolha ou na piscina.

Quisemos também ampliar nossos lugares de atuação. Fizemos uma praia numa comunidade que se chama Comunidade do Coque, que é muito conhecida em Recife e que fica numa parte central da cidade que sofreu muito com a Copa do Mundo e as remoções daquele período. Também fizemos um *workshop* com o pessoal da Batata Precisa de Você. Passamos uma semana em São Paulo, juntos, o coletivo das praias e o coletivo das batatas.

Em Belo Horizonte, visitamos a beira do ribeirão do Onça, onde há uma cachoeira linda, apesar de suja, a poucos quilômetros do centro. Conversamos com o pessoal do Deixa o Onça Beber Água Limpa e foi muito bom ver como a sociedade civil consegue se organizar, articular muitos movimentos. E nadamos, com a bolha, na lagoa da Pampulha!

Estamos desenvolvendo agora uma piscina grande, de verdade, em parceria com o Parque Capibaribe, que é um convênio com a Universidade Federal e a Prefeitura de Recife. Queremos poder realizar pelo menos um protótipo, que possa ficar.

É um enorme prazer poder nadar nos rios urbanos, e este prazer, é claro, vai muito além da natação. Pular no rio é adentrar um espaço democrático e acessível a todas e todos. *

A cidade é um conjunto descontínuo de forças centrípetas que vão desde a presença e a ausência do poder público – municipal, estadual, federal, global – às imposições e ao ordenamento do poder econômico, sob o comando violento daqueles que detêm o poder de ordenar a visibilidade e a discursividade.

O ordenamento dos corpos perpassa o ordenamento do território; o espaço da cidade é também recortado em diferentes partes disciplinadas pela divisão dos lugares – os modos de fazer, os modos de ser, os modos de dizer, como apontou Jacques Rancière. Os muros e cercamentos visíveis e invisíveis que cerceiam a experiência na cidade e nos distanciam umas das outras atuam de variadas formas, disciplinam o tempo, o espaço e o corpo. Toneladas de grades e concreto, horas para percorrer em distância, diferenças sociais expressas em tijolo trincado à vista diante dos gradis de Blindex afastam o centro das periferias, afastam as periferias das periferias e demarcam a heterogeneidade desigual da vida nas grandes cidades.

Em *Olhar no Olho do Outro*, Maria Rita Kehl nos lembra que existe uma cidade recalçada, onde estão as histórias que ninguém contou. As casas demolidas, as memórias destruídas, as histórias caladas de gente esquecida. Migrantes, manifestantes, trabalhadores, ocupantes... Essa cidade guarda momentos de sofrimento, mas também momentos de vitória.

Na escala da vida ordinária, à altura do olho, a cidade é condicionada, e não submissa, à relação de poderes e forças centrípetas – das instituições públicas, do poder econômico, do poder social, do poder midiático – mas é também o que dessas forças escapa pelas bordas, o que delas resta, o que delas se apaga, o que delas não nos alcança. Mesmo nas condições mais inóspitas e duramente inumanas, há alguns pedaços de cidade que resistem na potência de suas frestas, de suas trincas. Há algo que consegue romper o ordenamento do tempo, do espaço e do corpo e instituir outras cidades.

É o que posso apreender da vida que insiste em existir na conversa que tenho sentada sobre o árido meio-fio de alguma rua, nas outras que se reconhecem na espera do ônibus que demora tanto a passar, nos jogos de futebol das ruas fechadas a gol de chinelo, na casa construída com as próprias mãos contando com a ajuda de muitas outras, nas festas que existem através do ajuntamento de coisas e sujeitos indiferentes a qualquer legislação restritiva.

É o que alguns movimentos de ocupação do espaço de uso público, ao meu ver, conseguem constituir de mais potente: possibilitam a abertura de algumas frestas e criam algumas rupturas no espaço-tempo da cidade e do corpo, por onde se podem gestionar outras espacialidades, outras temporalidades, outros imaginários de cidade, outras formas de vivermos

juntos. Nos termos de Rancière, a política não é luta por poder, mas a partilha de uma esfera de experiência.

Foi no cimento da Praia da Estação que muitas pessoas, ali deitadas, olharam nos olhos dos moradores em situação de rua. Foi no movimento Fora Lacerda que os moradores da Ocupação Dandara se juntaram aos moradores do bairro Santa Lúcia em uma caminhada contra as arbitrariedades do prefeito. Foi pulando no carnaval de rua que alguns moradores da zona centro-sul entraram em uma comunidade, conheceram uma ocupação urbana, pisaram em um campo de várzea. Foi nas manifestações de Junho que o historiador se juntou ao integrante de torcida organizada para quebrar a concessionária e contrapor com pedras as sofisticadas bombas que a polícia atirava. Foi no Resiste Izidora que o cineasta se juntou ao morador para virar a noite em vigília na barricada.

Os encontros de uma heterogeneidade de pessoas e grupos, de uma multiplicidade de formas de se colocar no mundo, de uma pluralidade de motivações, objetivos e de desejos não aconteceram, ou acontecem, necessariamente de forma pacífica. Foram, e são, permeados por desentendimentos e disputas. Algumas ações dos movimentos inventaram política e, afetivamente, outros modos de viver conjuntamente, uns com os outros, nos heterogêneos espaços da cidade, mas não exatamente na eliminação das diferenças e no achatamento das heterogeneidades.

Fotografei diversos momentos em que a espacialidade criada pela ação festiva reivindicatória – a manifestação de Resistência Global, o Carnaval de Rua, a manifestação Brasilinha do Lacerda Não!, a ocupação Zumbi dos Palmares, A Ocupação, o Resiste Izidora, a Praia da Estação, a manifestação de Apoio aos Professores, o ato da Aldeia Maracanã e a Revolta dos Garis – possibilitou que integrantes dos movimentos coabitassem o espaço e a imagem.

Conectadas pelo corpo em movimento, as fotografias remetem àquela conhecida frase de Emma Goldman: “Se eu não posso dançar, não é minha revolução”. A reclusão em grupos sociais, em espacialidades e em temporalidades específicas, é revolucionada quando essas pessoas e esses grupos entram em campo e aparecem uns para os outros – não apenas seus rostos, mas em seus gestos, no discurso do corpo no espaço.

O encontro desses grupos sociais é possibilitado pelo deslocamento mútuo: dos integrantes de alguns desses movimentos para os espaços ocupados por outros grupos sociais, e dos outros grupos sociais que cotidianamente ocupam esses espaços para o centro das imagens desses movimentos.

Hannah Arendt, no livro *A Condição Humana*, nos explica que é a presença de outros que vemos o que vemos e ouvimos o que ouvimos que nos garante a realidade do mundo. E de nós mesmos. O espaço da aparência é o

Os encontros foram, e são, permeados por desentendimentos e disputas. Algumas ações dos movimentos inventaram política e, afetivamente, outros modos de viver conjuntamente, uns com os outros, nos heterogêneos espaços da cidade, mas não exatamente na eliminação das diferenças e no achatamento das heterogeneidades.

espaço onde aparecemos uns para os outros, e só existe a partir da reunião dos sujeitos no discurso e na ação. Isso, segundo ela, precede qualquer forma de governo ou de organização formal do domínio público.

Judith Butler, no texto *Corpos em Aliança e as Políticas da Rua*, elabora uma reflexão crítica sobre essa construção de Hannah Arendt sobre a esfera pública como o espaço da aparência. Para ela, o espaço configurado pela aparência dos corpos é regido pela distribuição política de gêneros, uma vez que está baseado na distinção entre o domínio público e o privado, que atribui historicamente aos homens a esfera política e relega às mulheres o trabalho reprodutivo. Se há um corpo na esfera pública, ele é presumivelmente masculino e está livre para criar. Já o corpo na esfera privada é feminino, idoso, estrangeiro, infantil, e é sempre pré-político. Por mais que incluam universos outros, minhas fotografias denunciam a predominância de corpos masculinos no espaço público, mesmo que estes pertençam a diferentes grupos sociais.

No contexto das cidades brasileiras, no entanto, podemos excluir do domínio público uma série de outros corpos pré-políticos, corpos aos quais não é dado participar da ordem do visível e do dizível, tais como alguns sujeitos nas minhas fotografias. A eles muitas vezes é negada pela polícia da ordem a aparição no domínio público. Embora ocupem os espaços da

cidade, esses sujeitos tendem a ser mantidos no domínio privado, ou seja, são privados de serem vistos e ouvidos e privados de ouvir e ver os outros.

Nas minhas imagens, o quadro fotográfico se fecha nos fotografados, mas o corte não intenciona expor corpos excêntricos no espaço da cidade ou referendar o lugar que é designado a eles. A imagem realizada pelo agente fotográfico junto com o fotografado abre espaço para que esses grupos mantidos na esfera privada possam sustentar outra visibilidade.

Em um peso um tanto quanto desigual, ocupar a rua com algum instrumento musical, seja fabricado ou de latão plástico, abrir a roda e se deixar movimentar por outros também permite a eles uma redistribuição dos lugares preestabelecidos. Embora haja alguns lugares privilegiados de fala, bem como de produção de imagens, o entendimento de que o outro possui igual capacidade diante da vida possibilita o que o cineasta e colega de rua Daniel Carneiro chamou de “construção coletiva da imagem e da cidade”: a imagem que não é projetada ou atribuída a alguns sujeitos e grupos, mas é inventada *com juntamente*.

Foi o que também apontou a fotógrafa Fabiana Leite: “Os movimentos aqui não chegam com uma imagem preestabelecida, que é historicamente a de subjugar o outro, no sentido de que é o povo que precisa ser emancipado. Então, dessa forma, penso que demos um

passo, o de se ver como igual no processo, de não nos colocarmos como alguém que leva instrumento ao outro, o instrumento é o próprio corpo. [...] Compartilho dessa mesma imagem de cidade que quero transformar com esse outro e esse outro tem, não necessariamente, os mesmos instrumentos que eu, eu tenho a câmera, mas ele tem uma força, ele tem um saber, tem um processo de construção de ocupação que eu nunca vou dar conta. O que se estabelece é a troca. Troca de saber, troca de imagem. É uma troca porque é uma construção conjunta. Mais do que criar uma imagem, é um processo de ruptura o tempo todo e de construção de uma nova imagem”.

Voltemos à Praia da Estação. Naquele outro espaço-tempo, alguns de nós conhecemos Luiz Estrela, artista, *performer*, poeta, homossexual, que tinha a rua como escolha de vida. Estrela faleceu em junho de 2013, de causa não investigada, mas que aponta para uma ação violenta da polícia no retorno de uma das manifestações daqueles dias de esperança, mas também de muita repressão. É dele o nome da ocupação cultural que conformamos em um casarão, não apenas abandonado, mas esquecido – cidade recalçada e memória arruinada. O casarão já abrigou o Hospital Militar, o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e uma escola para crianças com diferença psicossocial. Foi um espaço de repressão, de tortura e de dor, e ficou abandonado durante cerca de 20 anos.

Minha experiência no Espaço Comum Luiz Estrela diz muito sobre trocas e construções. Deparamos com um edifício em ruínas, metáfora da vida e dos valores que sustentam as estruturas instituídas. Um edifício tombado em ruínas é a ruína do próprio pensamento patrimonial e daquilo que o alimenta. É também ruína do sistema político representativo, do estado democrático de direito, que se pretende universal, mas que solapa e seleciona, servindo apenas aos interesses de determinados grupos.

Quando adentramos aquele espaço, deparamos com a impossibilidade de ocupá-lo devido ao risco de desabamento – o risco de morte. Da nossa morte, mas também da memória da cidade contida naquele casarão, da memória da repressão às crianças enclausuradas que lá estiveram durante os 40 anos do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil. Mais do que nunca, é preciso lembrar para que não se repita. É preciso, como disse o professor César Guimarães, que os fantasmas retornem.

Nesse sentido, a recuperação do casarão da rua Manaus será a possibilidade da presença de vida naquele espaço, as passadas e as presentes, dos corpos ocupando e transformando o espaço. Ali, como em outros espaços, como em outros processos, ou como na atual conjuntura política que nos atravessa, temos a possibilidade de, a partir da ruína, a partir do esfacelamento, a partir do risco do desabamento – do risco iminente de morte – micro-construir a cidade,

micro-construir outros imaginários. E isso só se tornará possível, nessa, como em qualquer outra experiência, se os corpos implicados forem muitos, diversos, radicalmente outros. A reinventarem lugares, a nos reinventarem, a desconstruírem certezas e verdades.

O direito à cidade é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade, como nos ensina David Harvey. É sempre hora de tudo ocupar! As ruas, as praças, os casarões abandonados, os prédios desocupados, as escolas, as instituições, o IPHAN, a FUNARTE. É preciso, mais do que nunca, ânimo para reinventar as lutas que são, como bem sabemos, muitas e múltiplas. *

Gosto muito da definição de David Harvey de direito à cidade. Não se trata, segundo ele, do direito ao que já existe na cidade, mas do direito “a transformar a cidade em algo radicalmente diferente”.

A Batata Precisa de Você é um movimento no Largo da Batata, em São Paulo, de ocupação semanal de uma praça. O Largo da Batata já foi um lugar muito vivo em São Paulo: era um espaço de migrantes nordestinos, de imigrantes japoneses, e sempre foi muito ligado ao comércio – por isso, inclusive, o nome Largo da Batata. Havia ali comércio de todo tipo de produtos agrícolas que vinham do interior. Com o desenvolvimento da cidade, no entanto, o Largo acabou espremido entre alguns bairros muito caros, como Alto de Pinheiros, Vila Madalena, Itaim. Além disso, em 1997 houve uma catástrofe na história de São Paulo: a Operação Urbana Faria Lima, do prefeito Paulo Maluf.

Parte da Operação Urbana Faria Lima consistia em levar o centro financeiro da cidade, que era na avenida Paulista, para a avenida Faria Lima. A “Nova Faria Lima” teria um perfil corporativo e daria um jeito, supunha-se, naquele “antro de pobres” que era o Largo da Batata. Com essa “reorganização” esperava-se um aumento no preço do metro quadrado do entorno.

O Largo da Batata hoje abriga a estação de metrô Faria Lima. A praça, que tem 29.000 m², ainda é considerada um espaço “em obras”, mesmo depois de

todos esses anos. Ela ainda está sob responsabilidade da SP Obras. Foram 150 milhões de reais gastos até aqui, um valor muito acima do previsto. Em 2013, quando pelo menos tiraram os tapumes, o que vimos foi um enorme deserto, sem absolutamente nada.

Eu moro muito perto dali, a uma quadra, para ser precisa. Sou arquiteta e urbanista e trabalho com produção social do espaço há algum tempo, fazendo intervenções na cidade. Comecei então a conversar com algumas pessoas para planejar ocupar aquele lugar com nossos corpos. Queríamos que ficasse evidente o quão inabitado estava aquele lugar. Queríamos que aquilo se tornasse um incômodo, e que este incômodo estimulasse as pessoas a discutir o processo, que ele não passasse em branco.

O Largo é razoavelmente central e foi a primeira ocupação da região de São Paulo depois do Pátio do Colégio. É um lugar muito antigo – foram inclusive encontrados ali restos arqueológicos –, mas a memória local havia sido completamente arrasada com a obra. Isso sem contar que muitas pessoas foram removidas – um terror que vemos em muitas cidades do Brasil.

Eu me juntei, então, a alguns vizinhos e amigos e ocupamos a praça, com uma multidão de sete pessoas, no primeiro “A Batata Precisa de Você”, em janeiro de 2014. A partir daí, começamos a ativar o espaço propondo atividades, tanto *online* quanto presencialmente. Muita

gente só descobriu que estávamos no Facebook muito tempo depois, mas já conhecia aqueles malucos que se encontravam na praça toda sexta-feira à tarde. E o movimento foi crescendo de maneira exponencial.

As pessoas começaram a se aproximar e no nosso segundo mês já havia quem perguntasse como fazer para propor alguma coisa na praça. É um prazer dizer às pessoas que a praça é pública e que elas podem fazer o que quiserem ali – há, afinal, bem poucas coisas que não podemos fazer numa praça, desde que tenhamos bom senso. Como aquela região ficou muito tempo em obras e é uma região comercial, até mesmo questões como barulho não representam um problema. A Batata acaba sendo um lugar muito livre para intervenções.

“A Batata Precisa de Você” funcionou por um ano e meio em base semanal, ocupando o largo com mobiliário temporário. Criamos uma agenda de atividades *online* no *site* largodabatata.com.br. Tanta gente nos perguntava sobre o que poderia fazer na praça que montamos o calendário *online* para que todas e todos pudessem ver o que aconteceria a cada dia, de forma a evitar um show de *hardrock* no mesmo dia em que houvesse meditação, por exemplo.

Também fomos nos aproximando dos comerciantes do entorno. Com uma extensão de 30 metros é possível ligar muita coisa, e tivemos muitos shows de pessoas “quase famosas” na base da gambiarra. Também havia

É um prazer dizer às pessoas que a praça é pública e que elas podem fazer o que quiserem ali – há, afinal, bem poucas coisas que não podemos fazer numa praça, desde que tenhamos bom senso.

sempre pessoas que chegavam ao Largo e diziam algo como “eu queria muito participar... eu cuspo fogo... me dá cinco reais para comprar querosene?”. Alguém sempre dava! Há uma multiplicidade muito grande de gente e de acontecimentos ali.

O Largo da Batata tem essa mistura entre o centro financeiro que se consolidou recentemente e as pessoas, remanescentes, que estão lá faz muito tempo. Além disso, é um nó de transportes. Há ali uma ciclovía, a estação de metrô e, logo abaixo, a quatro quadras, um terminal de ônibus, que ficava no Largo, mas foi deslocado. Há sempre muita gente passando. E gente muito diversa. Isso dá ao Largo uma característica central que, para mim, tem muito a ver com o que é (ou deveria ser) uma cidade. Vemos ali engratados ao lado de pessoas em situação de rua, todos usando o mesmo banco.

As atividades são sempre organizadas de forma colaborativa. O calendário *online* não tem nenhum tipo de curadoria, as pessoas se auto-organizam. Nós não damos nenhum tipo de suporte, a não ser com a divulgação. Dizemos que tudo acontece na “sevirologia” – a pessoa marca e faz. Temos uma página no Facebook em que falamos das atividades que fazemos e divulgamos atividades de outras pessoas no Largo. Há 25 administradores dessa página, que tem cerca de 12 mil *likes*. Conseguimos fazer algum barulho em torno da praça e acho que, depois de dois anos e meio, a

Batata já é um centro cultural coletivo e autogestionado importante na cidade de São Paulo.

No início as atividades aconteciam somente às sextas-feiras, mas depois nos pediram para que abrissemos o calendário para os outros dias da semana. Buscamos uma organização horizontal e diálogo com todas as pessoas, grupos e instituições. A princípio, não existe “não” para nada.

Na agenda *online* há sempre muita coisa. Numa mesma semana podemos ter um “Batata Eletrônica”, uma roda de dicas de mecânica para *bikes*, um “Limpe a Batata”, uma “Sessão Batata”, um forró... As pessoas marcam e se organizam. Elas decidem, *online*, se compartilham o gerador ou não, se conseguem ter dois eventos no mesmo dia. O *site* é um facilitador de autogestão. Ao mesmo tempo, não tomamos nenhuma grande decisão remotamente. As pessoas discutem pela internet, mas, para decidir, é preciso marcar um horário na praça. Elas vão até lá e decidem, porque é muito mais fácil decidir em cinco do que em 5 mil.

Em nosso grupo *online* tudo é discutido abertamente. O que não quer dizer que é resolvido. Se você quer plantar quatro araucárias e um amigo não quer que você plante quatro araucárias porque ele quer fazer um canteiro de orquídeas no mesmo lugar, vai haver cerca de 6 mil pessoas dando palpite sobre isso. Mas se você marcar no grupo uma conversa na sexta-feira sobre o que

vai ser plantado, talvez apareçam três, quatro pessoas. E vocês discutem e resolvem. Isso tem dado muito certo, o fato de não se decidir nada pela internet. Acho que tem muito a ver com os corpos nas ruas.

Há algum tempo também começamos a promover oficinas de mobiliário urbano temporário e de jardinagem. Juntaram-se rapidamente muitas pessoas que queriam ajudar e construir, porque ficar levando e trazendo coisas para a praça é cansativo. A ocupação dos móveis acabou ficando de forma mais permanente, e o pessoal de jardinagem logo se juntou. Hoje temos *batatas construtoras, batatas jardineiras, batatas batuqueiras*. Basta gostar de fazer alguma coisa e encontrar pessoas que gostem do mesmo.

Eu me interesso profundamente por essa questão do uso temporário – e pela transformação do uso temporário em coprodução do espaço. Como conseguir transformar esse uso em inteligência administrativa para que ele continue existindo para além de nós? Da mesma forma que a Batata começou, a Batata um dia vai terminar, mas que legado ela vai deixar para as próximas pessoas que vierem e quiserem usar o espaço? Gosto do exemplo do Tempelhof, em Berlim, que era um enorme aeroporto desativado. A administração pública tinha algumas ideias para o lugar, mas foi feito um referendo na cidade e foi decidido que deixariam aquele espaço para usos espontâneos. Hoje aquilo é um enorme espaço para usos espontâneos.

Recebemos muitas pessoas e iniciativas que não são aceitas em outros cantos da cidade, simplesmente porque “não pode”. No Largo da Batata pode! A Batata tem, por exemplo, uma mesa de pingue-pongue que foi instalada por um grupo chamado PingPoint. Eles queriam colocar uma mesa metálica em algum lugar da cidade (em São Paulo não havia nenhum mobiliário urbano de pingue-pongue) e fizeram um projeto de financiamento coletivo. Esse tipo de coisa também funciona como catalisador. Quando as pessoas percebem a potencialidade de uma zona autônoma, elas levam suas iniciativas. Eu até me casei na Batata! Meu marido e eu morávamos ali perto e estávamos tão envolvidos que tomamos essa decisão. Foi muito divertido!

Nunca pedimos autorização para nada. Isso gera algumas rugas com a Administração, mas a lógica que apresentamos a eles é a de que não se trata de eventos. São usos pouco usuais da cidade, mas ninguém disse que não podem acontecer. Se não há questões de segurança ou de incômodos com os vizinhos, por que avisar? Essa, na verdade, é uma boa discussão. O que é uso e o que é evento? Às vezes – como no caso da festa junina, que reuniu 2.500 pessoas – a Administração nos diz: “Isso é um evento”. E, em alguns desses casos, temos que admitir que sim. A festa junina foi um belo evento.

Hoje a turma do Forró dos Amigos se encontra todo domingo e faz o próprio forró. Isso nos deixa muito

Há sempre muita gente passando. E gente muito diversa. Isso dá ao Largo da Batata uma característica central que, para mim, tem muito a ver com o que é (ou deveria ser) uma cidade.

felizes, porque começamos como pessoas de classe média, brancas, que moram por ali. Mas o pessoal do forró tem uma legitimidade enorme para estar lá; esse pessoal está lá há muito mais tempo do que nós. Eles se reapropriaram da Batata e conseguem aproveitar uma sementinha que plantamos. Isso mostra que alcançamos algo muito positivo.

Passamos um ano e meio ocupando o espaço toda sexta-feira. Só não fomos entre o Natal e o Réveillon. Mas íamos quando chovia horrores, íamos quando fazia um calor terrível. Não existia a opção de não ir. Isso foi importante porque as pessoas se perguntavam: “Hoje está chovendo. Será que o pessoal vai estar lá?”. E o pessoal estava. Foi quando nos demos conta de que o lugar funcionava sozinho, de que os eventos aconteciam independentemente da nossa presença, e paramos de ir regularmente. Ainda vamos, porque gostamos. Mas a Batata tem vida própria.

Depois daquele primeiro ano e meio, como resultado de um edital da Secretaria de Direitos Humanos e da Coordenadoria de Direito à Cidade, fizemos uma publicação: *Como fazer ocupações regulares no espaço público*. Ela está no Issuu e para *download* no nosso *site*, **largodabatata.com.br**. A publicação apresenta mobiliários (como o batatabanco, que é fácil e econômico de se construir) que hoje fazemos em outros lugares.

No ano passado, alguns de nós quisemos levar a experiência da Batata para outros lugares da cidade. Nós nos espelhamos em algumas associações no resto do mundo – como o *Todo por la Praxis*, o *Basurama*, o *596 Acres* –, que são associações de civis, muitas vezes arquitetos, que se propõem a pensar inovações urbanas com base na modificação do espaço público pelo uso e pela construção de estruturas temporárias. A agenda do espaço público em São Paulo, com a gestão Haddad, encontra mais diálogo. Ao mesmo tempo, ela ainda é considerada algo marginal, pouco importante para a cidade ou para o planejamento urbano. Funciona mais no sentido de nos “deixarem” fazer. É claro que o fato de haver uma interlocução é um começo, mas está longe daquilo que queremos.

Nós nos organizamos em torno do instituto A Cidade Precisa de Você. Éramos poucas *batatas* quando começamos, mas hoje somamos profissionais de todos os campos: físicos, jornalistas, *chefs*. Somos quase 40 *batatas* e pensamos sobre como podemos discutir e agir sobre a cidade com base em ações coletivas no espaço público.

Sonhamos com uma cidade mais democrática, mais participativa, com mais sombra e espaço de aconchego, com o verdadeiro uso dos espaços públicos. O Largo da Batata é hoje um laboratório metropolitano. Muitas iniciativas já passaram por lá e vão continuar passando. *

Entramos em Junho de 2013 com muito sangue nos olhos. Estávamos todos nos doando, da forma que podíamos. Trazíamos conosco nossas experiências, nossas ideias de política e também muitas descobertas. Alguns de nós inauguramos ali nossas vidas políticas.

Houve certo fetiche depois de Junho. A palavra “comum”, por exemplo, se tornou um jargão e foi usada à exaustão, até se esgotar. Mas 2014 não veio com o mesmo furor. O tempo ia passando e as pessoas ainda estavam atrás das mesmas reivindicações que vieram à tona em 2013. Para muita gente pareceu que havíamos avançado pouco. Teria tudo aquilo sido em vão? Como superar a ressaca que nos trazem as discussões sobre o que estamos vivendo na macropolítica de hoje?

Acho que superamos o fetiche do “comum” depois de 2013. Assim como superamos o fetiche da “autogestão” dos anos 1960. E superamos na micropolítica. Não achamos mais que, por ocupar os microespaços do cotidiano, por trabalhar com a micropolítica, vamos reverberar na macropolítica. Aprendemos a voltar o olhar para nossas experiências, pequenas, locais, e entender sua vitalidade. Aprendemos, também, a atuar sem protagonistas.

É evidente que já viramos a página de 2013 de muitas formas. As experiências trazidas aqui me dão esperança e são muito emblemáticas. Entendemos que há periferias e periferias. Que não podemos

falar por ninguém. Que há outras vozes a serem ouvidas. Que há outros corpos. Isso ficou muito claro. Entendemos, como bem coloca Julien Ineichen, que nossa consciência se constrói por meio de vivências que são próprias de cada um.

Um corpo na rua é “apenas” um corpo na rua, e passamos a entender o tamanho que isto pode ter. Isso dá a medida. Não se trata mais de uma luta abstrata, ou de mais um nível de abstração – ou mais um fetiche – da luta pelo direito à cidade.

Nossa experiência de política amadureceu de 2013 para cá. Por isso, sigo esperançosa. *

Pólis e polícia: racismo e medo nossos de cada dia

Orlando Zaccone
Avelin Buniacá Kambiwá
Scheylla Bacellar
Áurea Carolina (comentário)

Há exemplos de Estados que não têm exército. Mas não existe um Estado que não tenha polícia. A polícia surge com as cidades e com a criação dos Estados nacionais – ela é algo que não se pode afastar. A polícia surge, mais precisamente, com o fim das cidadelas, cidades muradas onde a vigilância se exercia de dentro para fora. Havia nelas pessoas que trabalhavam pela segurança, mas sua função era proteger a cidadela da invasão do inimigo externo. A circulação de mercadorias naquele momento se estabelecia através da guerra: invadia-se uma cidade, pegavam-se as coisas de valor e ia-se embora.

A polícia, por sua vez, surge com um olhar que não é mais de dentro da cidade para fora dela; trata-se de um olhar para dentro da cidade. Isso se estabelece justamente num momento em que a circulação de mercadorias se torna central, e passa a ser necessário garantir esta circulação. Como um produto sairia do Oriente para chegar até aqui? Como é que poderia ser feita a circulação, dentro da cidade, da mercadoria? É no momento em que surgem essas questões que a polícia surge.

No Brasil a polícia também foi criada para cuidar de uma mercadoria. Tínhamos no Brasil, no entanto, uma mercadoria muito *sui generis*. Na época do Império, um ministro da Justiça chegou a falar do problema enorme que era o controle de escravos na cidade, já que se tratava de “uma propriedade que não se guarda, que anda pelas

Orlando Zaccone

ruas”. Nem toda cidade experimentou a existência desta mercadoria, o escravo. Essa marca no surgimento da polícia no Brasil é muito importante, porque ela se mantém até hoje. Ela persiste no olhar de controle em relação a determinadas categorias sociais.

Durante a escravidão, vivemos um grande paradoxo no Brasil porque, do ponto de vista jurídico, o escravo era “coisa” para a Legislação Civil, mas “gente” para a Legislação Penal. Pra responder por crimes, o escravo era considerado pessoa; ele só não era considerado pessoa quando se tratava da aquisição de direitos. Isso é extremamente relevante para pensarmos relações sociais que persistem ainda hoje.

A pesquisadora Vera Malaguti Batista traz, num livro que considero muito importante, *O Medo na cidade do Rio de Janeiro*, um pouco da história do surgimento da polícia no Brasil. Ela recupera a relação com a manutenção da escravidão que marca a configuração de toda a sociedade brasileira. E aborda também a militarização, voltada para a garantia do território, que já existia antes da polícia.

Hoje escutamos e lemos com frequência o termo “pacificação”, usado principalmente nas polícias do Rio de Janeiro. Temos, inclusive, um projeto chamado Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. Se fizermos uma genealogia do termo, acabaremos chegando às primeiras ações militarizadas de segurança pública para a manutenção do território pacificado através

de impulsões violentíssimas. O Duque de Caxias é, até hoje, o grande pacificador brasileiro.

No Império, havia um medo generalizado por tudo o que estava acontecendo e pelo que estava por vir em termos de mudanças no quadro da escravidão no país. A polícia exercia o controle nas cidades, no sentido de estancar as rebeliões que se estabeleceram, como a Revolta dos Malês, na Bahia, ou a Cabanagem, no Pará. O exercício militarizado da segurança para a manutenção do território no Brasil produziu e produz genocídios até hoje. Um quinto da população do Pará foi exterminada na Cabanagem. Quando eu disse isso uma vez num jantar em que havia um militar na mesa, um marechal da Marinha, ele se orgulhou e disse: “Mas é por isso que nós temos um país das dimensões que o Brasil tem!”. Esse grande território foi mantido através de muito sangue. Sangue de índios e de negros.

A polícia também fazia o controle da circulação de escravos nas cidades. Aqui vale repetir: a polícia no Brasil foi criada para tomar conta dessa população. A mera circulação dos escravos e dos negros era punível. Nilo Batista e Raul Zaffaroni nos falam de uma postura municipal, de 1870, que punia com multa ou quatro dias de prisão os donos de tendas, botequins ou tavernas que permitissem em seus estabelecimentos a demora de escravos por mais tempo que o necessário para as compras. É desse olhar, desse tipo de controle, que estamos falando.

O Brasil foi o primeiro país a criminalizar a maconha por meio de uma postura municipal do Rio de Janeiro, de 1830. A postura dizia mais ou menos o seguinte: “É proibida a venda e o uso do pito do pango aos escravos e às demais pessoas”. “Pito do pango” era a forma como se referiam, à época, à maconha. O Brasil entra, portanto, para a história como o primeiro país a criminalizar a maconha no mundo com uma postura municipal de cunho racista.

Para termos uma noção da relação entre o surgimento da polícia e o racismo, e de como a polícia opera ainda hoje sob este registro, é suficiente olhar para a questão dos pichadores. O alvo da polícia não é a conduta do picho. O alvo é a circulação desses rapazes com suas latinhas de tinta dentro da cidade. É sobre isso que o poder da polícia se estabelece. Se percorrermos a cidade de Belo Horizonte, veremos várias regiões em que o picho é livre. O problema se dá quando determinadas pessoas ou grupos, movimentando-se na cidade, alcançam determinados espaços onde essa conduta não cabe. A neutralização desses grupos se dá pelo sistema penal, de forma absolutamente cruel.

A história da polícia é a história de uma instituição, como diria Walter Benjamin, que mistura duas espécies de violência: a violência fundadora e a violência conservadora. A polícia tem algo de inerentemente problemático. Ela vai atuar em situações em que a

norma não é clara. O direito não estabelece com clareza como a polícia pode atuar. Pensemos no seguinte exemplo: garotos mascarados resolveram, sabe-se lá por que – provavelmente com toda razão –, botar fogo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Quem será chamado para conter essa emergência? A polícia. Mas qual é a regra estabelecida para que a polícia atue para fazer cessar essa situação de emergência? Que critérios vão definir sua atuação? Nenhum. A polícia vai ser sempre avaliada *a posteriori*. Ela é sempre avaliada depois da ação, nunca previamente, porque ela é chamada em situações que não há muito bem como definir. O Direito não diz quais são as regras para fazer com que um grupo de pessoas que está botando fogo num prédio seja neutralizado, não há como.

Walter Benjamin, num artigo cujo título é *Crítica da Violência, Crítica do Poder*, mostra que a polícia é uma instituição infame porque, ao mesmo tempo que trabalha na manutenção da ordem jurídica, também cria o direito. Ela cria o direito de suspender o ordenamento jurídico, ou seja, a polícia é ‘estado de exceção’ puro. Essa é uma característica fisiológica do poder de polícia que existe em qualquer lugar do mundo.

Na história da polícia do Rio de Janeiro, o escravismo é particularmente importante porque o Rio foi uma cidade negra – em 1837, metade da população do Rio de Janeiro era de escravos. Essa história reúne de forma

As polícias no Brasil foram criadas para fazer o controle de grupos sociais considerados perigosos, basicamente formados por escravos foragidos que hoje continuam no mesmo lugar em que estavam. Os negros estão lá até hoje, e a polícia continua subindo o Morro do Vidigal para buscá-los, agora com o discurso da guerra às drogas.

particularmente clara e emblemática as características de uma sociedade que se moderniza sem abrir mão do arsenal de maldades do absolutismo da escravidão.

O historiador americano Thomas Holloway analisa o papel histórico da polícia do Rio de Janeiro no livro *Polícia do Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Holloway fala de um sistema policial que enfrenta um ambiente de revoltas na primeira metade do século XIX. Naquela época, a população carcerária no Rio de Janeiro era basicamente formada por pessoas negras e a maioria das condutas que levavam uma pessoa para o cárcere não eram crimes, mas condutas que ofendiam a moralidade. Eram situações que traziam “perigo iminente” para certa ordem social, mas que não eram definidas como crime. Posturas municipais foram criadas, por exemplo, para prender uma pessoa que fosse pega assoviando uma música de capoeira.

Com a vinda da Família Real deu-se a criação tanto da Intendência Geral de Polícia, que deu origem às polícias civis, como da Guarda Real, que daria origem à Polícia Militar. No Rio de Janeiro, a principal atividade da Guarda Real e da Polícia era a caça de negros fugitivos. Miguel Nunes Vidigal, comandante da Guarda Real durante muito tempo, ficou famoso por suas “ceias de camarão”, que consistiam em surrar suspeitos na rua fazendo com que suas carnes descascassem. O castigo físico em público também compõe a origem da polícia do

Rio de Janeiro. Esses castigos eram uma cena cotidiana recorrente – e são recorrentes até hoje! No Brasil, encarase com naturalidade a violência física policial dirigida seletivamente aos negros e aos pobres.

Vidigal permaneceu no cargo de 1809 a 1824, aposentando-se com honras de Marechal de Campo, depois de uma trajetória marcada pelos assaltos a quilombos. Esses assaltos são, também, a origem da polícia e de seu *modus operandi*. Holloway descreve a destruição de um quilombo em Santa Tereza, em 19 de setembro de 1823, com a entrada triunfal da Guarda na Cidade Intendente com duzentos prisioneiros seminus entre homens, mulheres e crianças. O recrutamento dos homens da Guarda era feito nas escolas e o treinamento, feito com violência e brutalidade.

A história da formação da polícia traz as contradições da formação de um Estado que se pretendia republicano. Entendo que isso está no cerne do enorme problema da sociabilidade no Brasil e de nosso autoritarismo jurídico e político, pois o autoritarismo não está só nas instituições policiais; o autoritarismo também permeia o jurídico.

A Constituição de 1828 trazia uma série de garantias, inclusive proibindo penas de castigos cruéis. No entanto, o Código Penal permitia o flagelo ao escravo. O escravo não era pessoa para fins de não sofrer aplicação de castigo; o escravo só era pessoa

para sofrer as punições do Código Penal. Vamos ter, mais cedo ou mais tarde, que superar a questão da escravidão para avançar como sociedade.

É preciso direcionar o olhar para esse momento histórico e estabelecer, como sociedade, o que foi a escravidão. Nós, brasileiros, não sabemos o que foi a escravidão! Quando eu ainda estava no colégio, as únicas coisas que aprendi sobre a escravidão foram a Lei do Ventre Livre, a Princesa Isabel, a Lei Áurea, o Movimento Abolicionista. Ninguém me ensinou na escola quais foram os castigos cruéis estabelecidos pelo modelo privado mercantilista dentro das fazendas, e que depois seriam utilizados pelo poder do Estado. Ninguém me explicou que o Estado brasileiro permitiu e sustentou a continuidade desse modelo de punição privada no âmbito público.

É preciso rever a escravidão para entender como as polícias atuam. Muitas vezes, essas polícias são constituídas por negros, que atuam como capitães do mato. Só com essa releitura entenderemos o racismo e o medo nosso de cada dia. O racismo institucional não nasce dentro da polícia. Os policiais não aprendem a atuar de forma racista dentro das academias, nem na academia de polícia civil, nem na academia de polícia militar. Eles aprendem a atuar de forma racista no ambiente social em que estão inseridos. Vivemos em uma sociedade em que há muito racismo no dia a dia, um racismo que permeia inúmeras situações do cotidiano.

Isso só acontece porque nunca tivemos um olhar consolidado para o passado. O esquecimento é terrível.

Até hoje, na Alemanha, comemora-se anualmente o Holocausto, no sentido de visitar o Holocausto na memória coletiva. Há inclusive um Museu do Holocausto. Mas Salvador ou Rio de Janeiro não têm um Museu da Escravidão; nas cidades onde a escravidão foi mais cruel não há nenhuma releitura ou visita a esse momento histórico. Acho que, se não fizermos isso, se não formos capazes de compreender e processar nossa história, não vamos conseguir avançar.

Os discursos sobre a reforma da polícia, por exemplo, não me parecem realistas. Como é que vamos reformar a polícia? A polícia é violenta. A polícia mata todo dia. Mata a população negra e jovem – basta ligar a televisão para ver. Mas quando se estudam as decisões do Ministério Público nos pedidos de arquivamento com autos de resistência, percebe-se que o promotor atua de forma racista. O promotor geralmente decide que a pessoa que morreu com oito tiros nas costas não tem direito de proteção à vida porque em sua folha de antecedentes criminais há alguma passagem como assaltante ou como traficante, ou porque alguém disse que esta pessoa estava no tráfico. Isso é suficiente para caracterizar um sujeito como “matável” no Brasil. A polícia está apertando o gatilho, é claro, mas há um promotor dizendo que

aquele auto de resistência está conforme a lei. Os operadores do Direito vão dizer que o policial, ao matar um negro dentro de uma favela, está certo. E aí?

Há casos de armas apreendidas com mortos que “resistiram” à polícia, que nem atiram, de acordo com as perícias. A arma não produzia disparo, mas o promotor decide que o policial não era obrigado a saber se aquela arma disparava ou não. Será que eles são ingênuos, inocentes? Ou será que estão confirmando que existe uma política pública de extermínio da população negra no Brasil? Nesse sentido, não adianta olharmos só para a instituição policial; não adianta falar em reformar a polícia. É preciso reformar também o Poder Judiciário. E reformar a mídia, que reforça a legitimidade da violência no ambiente das favelas.

As polícias no Brasil foram criadas para fazer o controle de grupos sociais considerados perigosos e o grupo social considerado perigoso é basicamente formado por escravos foragidos que hoje continuam no mesmo lugar em que estavam. A favela do Vidigal tem esse nome porque o marechal Vidigal ia lá dentro para buscar negros. Os negros estão lá até hoje, e a polícia continua subindo o Morro do Vidigal para buscá-los, agora com o discurso da guerra às drogas.

É preciso desconstruir esse mecanismo atual de manutenção do racismo. É preciso dizer que o problema não é a venda de drogas! A venda de drogas está dentro

da farmácia, a venda de drogas está dentro da choperia. O problema é a proibição da venda das drogas. É isso que defende o grupo Law Enforcement Against Prohibition (LEAP- Brasil), os Agentes da Lei Contra a Proibição, um grupo formado por policiais e operadores do Direito que defendem a legalização da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas como uma maneira de desconstruir a ideia de um inimigo matável, que é a ideia mais racista que podemos ter.

Quem é que está operando o varejo das drogas? São os negros na favela. Isso é racismo. A proibição das drogas no Brasil é uma proibição racista. E temos que encarar esse racismo de uma forma política. Não vamos resolver o problema com leis criminalizadoras.

A Constituição de 1988 definiu o racismo como crime hediondo. Quem é que vai ser preso por racismo? Como é que o sistema de justiça criminal atua quando criminaliza alguém por racismo? A criminalização não resolve. O que vai resolver o racismo, a violência de gênero, a discriminação sexual não são leis criminalizadoras. O direito penal só reforça os velhos estigmas.

Vejamos, por exemplo, o terrível caso de estupro coletivo da menina no Rio de Janeiro que, na época, foi amplamente divulgado. A delegada que entrou no processo (e cuja entrada no processo foi muito comemorada) deu uma entrevista no Fantástico dizendo que traficantes são estupradores violentos e

intimidadores. “Traficantes”. Ela se esqueceu de dizer que no Brasil o crime que mais encarcera mulheres é o tráfico. Se traficantes são violentos e intimidadores, isso significa que as mulheres que estão encarceradas são violentas também?

Temos que fugir da tragédia da cooptação do Estado policial. Não podemos continuar a botar o lobo para tomar conta do galinheiro. A polícia não vai resolver nenhum desses problemas, a polícia só vai duplicar o problema. Precisamos acreditar que é através da política que podemos resolver essas questões.

A questão das drogas resolve-se com a legalização da produção, da comercialização e do consumo. A questão da violência de gênero resolve-se igualando a condição da mulher no ambiente social. Ela não pode receber um salário menor do que um homem praticando a mesma função. Essa questão resolve-se, por exemplo, exigindo dos governos estaduais e das prefeituras creches para que as mulheres possam trabalhar. Eu analisei uma pesquisa recente sobre reincidência vitimológica de mulheres no Rio de Janeiro. Em dois ou três anos, as mulheres nesse estudo são vítimas de violência mais de uma vez, por companheiros distintos. E o que está por trás disso é a dependência econômica. O homem sai para trabalhar porque a mulher está com os filhos, porque o Estado não oferece creche. E ninguém percebe que desigualdade econômica tem relação com violência de gênero.

O que a polícia sempre fez e vai continuar fazendo na cidade é o controle das classes populares. Fazer com que ela garanta direitos vai ser muito difícil. Por isso acho que é preciso repensar o papel da polícia, mas também o papel da política.

Houve um momento no Rio de Janeiro, no início dos anos 1980, com governos populares, em que a política entrou como protagonista, antes da polícia. O coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira foi o primeiro comandante negro da Polícia Militar no Brasil e atuou nos dois governos do Leonel Brizola. Quando era preciso desocupar um prédio público que estava invadido, ele exigia uma ordem judicial e a presença do oficial de Justiça, porque o papel da polícia na desocupação é o de auxiliar o cumprimento da ordem. Não é daquele jeito que conhecemos bem: “Ah, a juíza disse que tem que desocupar essa escola” e então a polícia bota todo mundo para correr.

Num estado democrático de direito, a polícia exerce o papel de auxiliar, de mediadora. Não é a polícia quem deve dar solução às questões sociais. As questões no ambiente social têm que ser resolvidas na política. É com a política que vamos encarar os nossos problemas. A fé no estado policial está crescendo cada vez mais e isto vai ser muito prejudicial para as conquistas que precisamos alcançar. Minha proposta é esta: menos polícia e mais política. *

É difícil falar em polícia ou sobre o que é viver na periferia sendo de outra nação, sendo de outra cor, sendo de outra língua. É dolorido demais. “Indesejável.” “Você não é daqui.” “Você não pertence a este lugar.” É o que tudo em volta nos diz. Mas, ao mesmo tempo, estamos neste lugar porque nos jogaram aqui. Porque nossos lugares de convívio já não são mais sustentáveis. Nossos lugares de convívio viraram soja, nossas florestas viraram pasto e os nossos rios viraram lama. É por isso que eu não vou falar de polícia, eu vou falar de racismo.

As duas coisas estão ligadas, é claro. Mas eu quero falar de um novo racismo, um racismo que eu tenho certeza que a maioria dos belo-horizontinos, dos mineiros, dos brasileiros, de modo geral, desconhece. É o racismo contra os povos indígenas. Ele existe e é cruel. E não se trata somente de tomar tapa na cara. Há muita gente que não é indígena que toma muitos tapas também. Temos três casos de assassinatos de indígenas em Belo Horizonte em que absolutamente nada foi feito até hoje. Os três aconteceram em sequência, em menos de um ano e meio. Isso sem falar naqueles que não foram denunciados porque todos os parentes fugiram para a aldeia com medo, este medo gritante que está no nosso ouvido. Mas, se esse medo grita há 1.500 anos, não é agora que vamos nos calar.

Somos uma população de mais de 5 mil indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e estamos

totalmente invisibilizados. Não existimos! E se não existimos é por causa de dois projetos. O primeiro deles é o da direita, o de tomar nossas terras e transformá-las em latifúndios. O segundo é o da esquerda, o de nos reduzir a mão de obra barata, de nos transformar em operários para que possamos fazer a luta operária com eles. Não, nós nos recusamos. Já nos apagaram demais. Nós queremos ter a nossa cultura. Nós não queremos genocídio nem etnocídio. Obrigada, esquerda, valeu, direita, mas não queremos nenhum dos dois.

Nós temos outro plano, outra saída, que ninguém quer. A saída é a sustentabilidade.

Quando mataram o rio Doce, eu perguntei aos meus parentes se poderia falar por eles. Eu não sou da mesma etnia que eles, eu não moro no rio Doce, eu tive que pedir autorização. E eles me autorizaram. Havia uma briga entre duas partes. De um lado, a esquerda dizia: “Deem a Samarco para o povo, para os trabalhadores, para eles tomarem conta”. Do outro, a direita falava: “Não, a Samarco é nossa”. Mas qual seria a terceira via, qual seria a nossa via? Foi essa a pergunta que eu procurei fazer em nome dos meus parentes. A resposta é simples: não minerar mais. Acabou. Já temos ferro demais aqui. Todos já têm celulares. As pessoas têm celulares até em casa, guardados, abrem a gaveta e tiram dez celulares velhos que não funcionam mais. Até criança pequena já tem celular na mão!

O problema é o celular? Não. O problema é essa fabricação em massa de coisas para consumir, consumir e jogar fora. Produz, consome e joga fora. Essa não é a nossa lógica. A nossa lógica não é a do capitalismo, mas também não é a do socialismo. Portanto, muito obrigada, direita, pelo genocídio. Muito obrigada, esquerda, pelo etnocídio. Mas chega. Nós não vamos nos tornar mão de obra barata. Nós queremos outro caminho e ele é possível. Uma terceira via que olhe para o indígena e que diga: “Você não precisa virar um funcionário da Mannesmann”.

Eu moro na região do Barreiro. O sonho de quase todo mundo ali é trabalhar na Mannesmann. Quero dizer, até há pouco, porque agora a Mannesmann está quebrada. Todos queriam trabalhar na Mannesmann ou na Fiat. Fazendo o quê? Minerando e fabricando carro. Esse era o sonho de todos ao meu redor: trabalhar com ferro, metal. Mas esse não é o nosso sonho. Nosso sonho continua sendo o mesmo até hoje. Viemos para cá e vendemos artesanato, mas somos escorraçados da Feira Hippie e da Praça Sete, somos tratados como lixo. Mas quando querem ver um Auê ou um Toré, dizem: “Que bonitinho, posso tirar foto com você?”. Quer dizer que não podemos ser gente, mas podemos ser coisas, objetos exóticos?

Moro em Belo Horizonte há duas décadas e, nestas duas décadas, vi minha mãe ser tratada como lixo pela vizinhança. E olha que moramos num conjunto

habitacional, somos aquilo que nós mesmos chamamos de “Índio-favela”. As pessoas que vêm da aldeia vão morar onde? Não é na Zona Sul. Não é na Savassi, no Sion. Quem vem da aldeia vai morar na favela. É o Índio-favela.

Eu sou da etnia Kambiwá. Nós viemos de Pernambuco e somos migrantes, somos do sertão. E há aí mais uma camada de preconceito, por sermos do sertão. Além disso, sou mulher. São vários, múltiplos preconceitos os que eu encaro, todos agrupados em um só. Falo com dor, falo com choro, falo com medo, mas falo.

Eu vi recentemente, pela milésima vez, o filme *Hotel Ruanda*. Quando, no filme, conseguem salvar mais de dois mil tutsis, eu sempre digo: “Não é possível que não possamos salvar os milhares de índios que estão em Belo Horizonte”. Um dos parentes mais jovens que perdemos recentemente, assassinado em Belo Horizonte, tinha apenas 19 anos. Ele foi morto na periferia. A mãe dele nunca mais teve coragem de voltar para a cidade. Ela se enfiou lá na aldeia. Ela vive de forma precária, porque ela nem consegue vender artesanato mais. Quando estou muito cansada, quando estou com muita raiva, eu também volto para a aldeia. Eu fico lá, tentando não ver nada, não falar sobre nada e não pensar em nada, porque esta é uma forma de me curar. A Mãe Natureza, a Mãe Terra, cura, ela tem essa capacidade.

Nós não queremos deixar de ser indígenas. Só porque estamos morando na cidade? Se você usa calça jeans,

Nós não queremos deixar de ser indígenas na cidade. Se você usa calça jeans, você está fodido porque deixou de ser índio. Se você não usa calça jeans, você está mais fodido ainda porque você é primitivo. Mas como é que somos primitivos, se somos contemporâneos? Quem é primitivo aqui?

you está fodido porque deixou de ser índio. Se você não usa calça jeans, você está mais fodido ainda porque você é primitivo. Mas como é que somos primitivos, se somos contemporâneos? Quem é primitivo aqui? A partir de que ponto de vista alguém é primitivo? Nós dividimos a mesma sociedade! Só que vocês, brancos, não entendem – não querem entender ou não entenderam ainda – essa terceira via, que não é nem ser capitalista, nem ser socialista. É claro que queremos ser salvos do capitalismo porque ele só tem destruído a Mãe Terra, mas quem disse que queremos ser mão de obra?

Eu não consigo abraçar a esquerda e eu não consigo abraçar a direita. Como é que vamos fazer política? Que política é essa que seleciona, que exclui e que, ao mesmo tempo, quer incluir apagando nossa identidade? Eu não quero ser incluída para perder a minha identidade, não quero perder a minha tradição oral, os meus cantos, o que sobrou da minha língua. Eu quero ser incluída para existir na cidade da mesma forma que todo mundo tem direito de existir sendo quem é, e não para me tornar mais uma massa de manobra.

Estamos aqui porque queremos? Parece até que, um belo dia, dissemos: “Ah, vou embora, vou pegar um ônibus. Vamos todos da aldeia migrar para a cidade porque lá é legal!”. Não! Nós estamos aqui porque não tínhamos outra opção. Nossas terras foram desertificadas, não há mais caça! Não adianta vir com essa conversa de

que índio mata bicho, de que índio tira pena. Nós mal temos as penas dos nossos adereços, e não caçamos mais porque não há caça. Mas, quando caçávamos, não era de forma destrutiva, não era para acabar com a fauna inteira. Caçávamos para comer. Hoje também não temos mais peixes porque os rios estão todos contaminados.

Não é preciso ir longe para constatar isso. Temos aí escancarado, hoje, o genocídio dos Guarani e dos Kaiowá. Basta ir ao Mato Grosso do Sul para ver as favelas, a miséria. As aldeias, na verdade, são piores do que favelas: aquilo é pior do que campo de concentração, do que campo de refugiados.

Eu repito, nós não queremos deixar de ser indígenas. Isso foi uma criação de pessoas que pensam que desejamos ser integrados. Nós não queremos ser integrados! Desde Darcy Ribeiro, dizem que nossa cultura vai acabar e que vamos nos integrar à sociedade. Não. Temos a nossa cultura. Ela tem se aproximado muito da cultura da favela, porque nós agora também somos da favela.

Nós temos mais amizade com o negro transatlântico – porque nós somos os negros da terra, nós estávamos aqui antes de todo mundo chegar, antes de todos vocês chegarem – do que com o branco. É racismo às avessas? Ah, vai te catar. Eu já tomei tapas na cara demais.

Sabemos muito bem quem apanha. E para quem são as leis. Quando falamos da questão da liberação da maconha, por exemplo, para quem ela vai ser liberada?

Será que é para todo mundo? Eu sei que há lugares em que ela já é liberada em Belo Horizonte. Todos fazem vista grossa. São mesmo duas cidades. Mas se você, passeando pela região do Barreiro, tenta fumar maconha perto do Via Shopping, você vai tomar uma cacetada no meio da cabeça. A descriminalização também vai ser seletiva, como já é quase tudo nesta cidade?

O que queremos é viver em paz. Queremos poder estar trajados na Feira Hippie. Queremos sentar naquele lugar e comer um pastel sem sermos incomodados. Nós agora fazemos parte dessa tal de pólis! O povo indígena pode ser invisível, mas ele existe, resiste e continuará resistindo. *

Para mim, existem duas cidades, e não uma cidade só. A atuação da polícia no centro da cidade não é a mesma dentro de uma favela. Estamos todos sujeitos a isso – só não sei se estamos todos cientes disso.

Sou educadora social e trabalho com adolescentes nas periferias de Belo Horizonte. Hoje atuo no bairro da Serra, no Zilah Espósito e no Morro do Papagaio, mas já circulei por vários outros lugares. Não é nada difícil, estando na periferia, ligar o surgimento e o papel da polícia à história da escravidão. Não estamos nem um pouco distantes dela. A escravidão é atual. As coisas não evoluíram.

Um dia desses, eu estava a caminho do bairro Céu Azul e aconteceu algo muito estranho. Eu estava no MOVE e ele parou de repente. Era o dia da Marcha da Maconha em Belo Horizonte. Entraram no ônibus dois policiais que imediatamente pegaram dois adolescentes negros e bateram neles. Ali mesmo, dentro do ônibus. Como é que a gente, como cidadão, não se posiciona diante de uma cena dessas?

Eu me levantei, porque não tenho muita paciência, não consigo mais dialogar com certas pessoas e situações. Minha amiga me disse: “Senta!”. E eu disse: “Não. É injusto. Eu quero entender por que o policial está abordando esses meninos da maneira que está abordando”. Nessas horas, é inacreditável a quantidade de pessoas que olham para a sua cara e dizem: “Nossa, o

que você está fazendo é muito errado”. Minha sensação foi essa. Acho que num primeiro momento até podemos, como cidadãos, assistir a uma abordagem, para depois procurar saber o porquê desta abordagem. Mas ali, naquele momento, o policial não quis nem saber. Pegou os meninos e deu uma cacetada. E todo mundo ficou parado!

Orlando Zaccone fala da política: ele diz “menos polícia e mais política”. Será que não devemos ser mais políticos também nesse sentido? Podemos nos posicionar diante das cenas que vivenciamos. Eu praguejei do centro até a estação porque ninguém tomou postura. Nesse mesmo trajeto, peguei outro ônibus e, quando estava quase chegando ao bairro Céu Azul, a polícia entrou de novo. Dessa vez foi ainda pior: “Você não vai pagar passagem não?”, dizia o policial a um rapaz. “Você não está me ouvindo?”, ele gritou. “Quer que eu sente um tiro em você?” Um policial dizer algo assim? Achei, no início, como já estava na parte de trás, que se tratava de um assalto. Afinal, se não fosse um assalto, o que poderia ser? Quando me levantei e vi a cena, quase não acreditei.

Quando digo que, para mim, existem duas cidades é também porque lá na Serra, onde moro, eu me sinto mais protegida. Houve uma cena comigo, em 2013, na época das manifestações. Como educadora social e liderança na Serra eu quis me manifestar. Lembro que fui com um amigo de moto a uma das manifestações. Estávamos na Praça Sete e num certo momento decidimos ir embora.

Chegando de volta à Serra, vimos uma sequência de policiais bem na entrada. Eu logo pensei: “Isso não está legal”. Fomos entrando e o policial começou a gritar: “Desce da moto vocês dois aí”. Descemos. “Se identifica.” Nos identificamos, estava tudo certinho. Então o policial perguntou: “Onde vocês estavam?”, e eu disse que estávamos na casa de um amigo. Graças a Deus, meu amigo disse a mesma coisa. Ainda assim o policial gritava: “Vocês não estavam, não, vocês estavam na manifestação!”. Naquele momento eu disse: “E se eu estivesse, o que você tem a ver com isso?”. O policial então chapou a mão na minha cara. Assim que levei o tapa, pensei: “Agora é a hora. Ou eu me embolo para cima dele, ou vai vir todo mundo e vai se embolar”. Eu estava muito nervosa. Eu tinha a intenção de dar um soco no policial, mas na mesma hora a comunidade chegou. Um monte de gente chegou: “O que está pegando?”.

Somos proibidos de nos manifestar! A gente sai do morro e vai fazer manifestação porque a princípio todo mundo tem esse direito, a princípio todo mundo é igual. Mas não é porra nenhuma! O direito não é igual para todo mundo. Sou proibida de me manifestar – eu fui proibida, foi isto que o policial disse me dando aquele tapa. Quando falo da diferença entre duas cidades, estou falando da galera do morro que veio me ajudar. Se fosse para morrer, iríamos morrer vários, todos juntos, porque somos pretos e favelados.

Outra cena que considero importante nesse sentido aconteceu no centro da cidade, no dia 20 de novembro de 2014 ou 2015. Eu fui à Universidade Federal de Minas Gerais porque era dia da Consciência Negra. Eu e algumas amigas dançamos muito, era um baile funk. Era 1h da manhã quando fomos pegar o ônibus de volta. Ônibus em BH, como bem se sabe, não passa. É melhor deitar no ponto e dormir, porque o ônibus nunca passa. Ficamos esperando o ônibus, minhas amigas e eu, e havia mais algumas pessoas no ponto. Foi então que dois rapazes nos abordaram – havia também uma menina de turbante, mas ela não estava conosco. “Ô, cambada de macumbeiras, dá um rolê”, eles disseram. Eu estava na minha, centrada, focada na minha energia, focada na minha respiração, me segurando. Nesse momento, o ônibus passou. Tentamos pará-lo, mas ele não parou. Um dos rapazes disse: “Ônibus não para pra preto! Melhor vocês irem andando”. Então eu falei: “Colega, não está legal. E se não está legal para mim, não está legal para outras pessoas que estão aqui. Vamos tentar conviver bem? Porque estamos no ponto de ônibus, de madrugada, e todo mundo quer chegar em casa, não é?”. Eu e as meninas nos afastamos e, novamente, ouvimos: “Cambada de macumbeiras”. Eu respondi mais uma vez que não estávamos gostando e sugeri que ele voltasse para casa a pé, porque já tinha passado do limite.

Quando eu disse isso, ele me agrediu, puxou minha trança. Só que eu sou criada no morro! Eu não vou deixar um cara me bater. Vou apanhar, com certeza, mas também vou bater. Uma amiga e eu nos embolamos com os dois rapazes. O que é doido é que, enquanto acontecia a briga, passaram várias pessoas da universidade. Ninguém foi até lá ajudar! Éramos nós duas contra eles. Eu costumo dizer que preto... só virando preto para saber. Essa amiga é negra também. Durante a briga ela caiu e quase bateu a cabeça em uma quina.

No meio da confusão, apareceu um guarda municipal, perguntando o que estava acontecendo, já invocado. O guarda separou a briga, e descrevemos o que havia acontecido. Ele nos perguntou se queríamos ir à delegacia. As outras meninas queriam, mas eu disse que não. Não queria porque eu sou preta, favelada, e sabia muito bem no que aquilo daria. Polícia não é para todo mundo.

As meninas acharam importante relatar o caso, e acabamos indo. Fizemos o boletim de ocorrência e fomos para o hospital, porque minha amiga tinha se machucado. Em seguida, voltamos para a delegacia e ficamos lá até o dia seguinte. É claro. O ocorrido foi à 1h da manhã, e o delegado só nos atendeu às 10h. E, de toda forma, nem fomos ouvidas. O delegado refletiu da seguinte forma: os dois autuados, que eram alunos da UFMG e brancos, estavam num evento de Consciência Negra. Como é, então, que eles poderiam

Eu não digo mais aos meus alunos que eles têm direitos, que eles podem tudo. Nem falo em direitos com os meninos. Eu digo a verdade: "Os homens vão te abordar mesmo, vão te dar tapão na cara sem querer saber o que você está fazendo ou deixou de fazer".

agredir mulheres negras se eles estavam num evento de Consciência Negra? Tudo o que dissemos, segundo a lógica dele, era falso, não foi real. Fomos fazer exames de corpo de delito e, enquanto eles foram embora às 10h, nós só saímos de lá às 17h.

A abordagem da polícia no morro também nunca vai ser a mesma abordagem da polícia aqui no centro. Na Serra, vivenciamos um caso de um tio e um sobrinho que foram mortos pela polícia. Foi uma situação muito triste para todos nós. Mas foi também uma situação que me mostrou como a Serra é muito forte. Toda a Serra se posicionou diante da situação. "A gente matou porque eles vieram atirar na gente", diziam os policiais. Mas, como assim, como é que atiraram neles se as fardas não tinham nem furos e nem sangue? Ninguém é bobo naquele morro.

Eu vi como a comunidade saiu de casa, às 8h da manhã, e caiu na porrada com os homens. Caiu na porrada, mesmo. Lembro que eu estava descendo a avenida do Cardoso e pensei: "Não vou ficar na Serra". Mas, assim que eu cheguei à praça, decidi ficar por lá mesmo. "O meu povo está aqui e é aqui que eu vou ficar." Numa hora dessas, percebemos que estamos realmente vivendo numa guerra. Aquilo era uma guerra. Mas era uma guerra em nossa defesa.

A cada dia que passa, percebemos o quanto é absolutamente difícil dizer ao outro que somos iguais a ele. Quando conto o que estou contando aqui,

muita gente diz: “nossa, coitadinha”. Não, não sou coitadinha. Cada um sabe o que sente e o que não sente diante das cenas que vive. E só fico pensando que nós estamos todos muito fodidos.

Os jovens, negros, favelados estão dentro das cadeias. Os jovens, negros, favelados podem ser mortos a qualquer momento. Isso é a polícia, é para isso que serve. Realmente precisamos nos concentrar mais na política, mas também precisamos rever nossos conceitos como cidadãos, como pessoas. Acho que só intervimos em alguma coisa, mudamos alguma coisa, quando ela mexe com a gente. Quando não é com a gente, não nos mexemos.

Uma amiga sempre me diz que sou muito crítica. Mas eu quero construir com minhas críticas. Para mim, é muito claro: se estou no centro da cidade e sinto que pode haver qualquer tretinha comigo, eu sei quem vai me defender e quem não vai. Eu sei quem vai sair correndo e dizer: “Se fode sozinha porque eu vou correr para lá”; e sei quem vai dizer: “Você está se fodendo, eu vou junto”.

Eu nem digo essas coisas aos meus alunos, mas acho que eles já sabem. Como mulher negra, favelada e lésbica, eu não tenho mais muita vontade de dialogar. Tenho 28 anos e atuo há mais de 10 anos. A partir do momento em que um policial me dá um tapa na cara e não me dá o direito de dialogar com ele, eu também não quero dialogar mais. Eu procuro me manter o mais distante possível da polícia.

Um dia a casa da minha mãe foi invadida às 5h da manhã por policiais. Eu disse: “Não entra nesse quarto porque minha avó é doente”. “Não, você está escondendo bandido aí”, eles responderam. Eles não me informaram por que estavam dentro da minha casa às 5h da manhã. Eu queria ser informada. Eu tentei impedi-los de entrar no quarto da minha avó, mas um deles quebrou a porta. Minha avó acordou e, é lógico, passou mal. Minha avó é doente, ela nem se levanta da cama. Mas o cara vai lá e acorda minha avó. É uma agressão. “Fique ciente, se qualquer coisa acontecer com esta senhora, que a responsabilidade é sua, e que eu vou fazer de tudo para te foder”, eu disse, indignada. Assim que eu disse isso, o policial colocou a arma na minha cara e falou: “Você é folgada pra caramba”. Eu? Eu sou folgada? Mais tarde chegou um tenente que eu conhecia por causa do programa Fica Vivo, em que atuei. Ele me pediu desculpa. Desculpa porra nenhuma. Dentro da favela a gente tem que entrar com respeito, com qualquer um. Aqui no centro, para abordar alguém, eles têm que se identificar, têm que explicar. Dentro do morro também tem que ser assim.

Hoje eu não digo mais aos meus alunos que eles têm direitos, que eles podem tudo. Nem falo em direitos com os meninos. Eu digo a verdade: “Os homens vão te abordar mesmo, vão te dar tapão na cara sem querer saber o que você está fazendo ou deixou de fazer”.

Mesmo que a lógica da polícia seja uma lógica que vem de instâncias superiores, é preciso considerar que somos pessoas! Somos todos pessoas, inclusive a polícia. E se somos pessoas, precisamos rever nossos conceitos. Ninguém gosta de tapa no pé da orelha. Então, por que dar tapa? A polícia tem o direito, dentro da lei, de abordar, mas não de bater.

Eu fico pensando nisso tudo também como mulher. Nós, mulheres, temos um problema adicional. Isso porque não tem muita polícia feminina para nos abordar. Dentro dos morros os policiais chegam quebrando tudo. “Põe a mão na parede!”. Não é a polícia feminina que teria que me abordar? Acho que isso é mais uma coisa para questionarmos – é terrível. Só nós sabemos o que vivenciamos nas quebradas. Só nós sabemos quantas vezes os policiais entram nas casas das meninas e cometem estupro e abusos. Nesses casos, ninguém se posiciona, porque o que eles dizem é: “Se você falar, eu te mato”. Eu mesma já fui seguida por dois policiais.

Que negócio é esse? Que poder é esse? Até onde vai esse poder? Dizem que nós, negros, somos livres, mas até onde temos liberdade? Até onde podemos seguir com nosso passo? Quem construiu a porra desta cidade foram pretos e favelados! E quem desce todo dia da favela é a mulher negra. Ela limpa, ela lava. Quem constrói prédio é preto. E quem é que morre no final? Os pretos. Quem é preso? Os pretos. Quem é estuprada? As pretas.

Estamos falando de racismo, polícia e cidade. Eu acho que, para falar disso, precisamos olhar para dentro e nos fazer essas perguntas. O questionamento tem que vir de dentro para que possamos encontrar respostas. Eu não quero oferecer respostas a ninguém. Podemos tentar construir juntos a ideia de que não tem que ter polícia na cidade. Eu acho que segurança pública todo mundo pode fazer. Sai a polícia, entra nossa segurança pública, construída à nossa maneira, do nosso jeito. *

Ninguém está de brincadeira. As questões trazidas aqui são muito graves e dizem respeito a um sentimento que não é fácil traduzir. Há muita dor nessas falas. As pessoas estão saturadas. Uma parte enorme da cidade constitui-se de pessoas invisibilizadas, coisificadas, brutalizadas, desconsideradas no contexto urbano. Há uma negligência brutal por parte das instituições e da sociedade como um todo. Os indígenas nas cidades são exemplo disso: as comunidades indígenas nas cidades são desconhecidas, maltratadas, dizimadas. Mas resistem. É também sobre resistência que Scheylla e Avelin falam.

As instituições que servem para que a dominação histórica tenha seu lugar e siga seu curso não existem na perspectiva indígena. Eles têm saídas para essas instituições. Os indígenas propõem – e vivem – outras formas de organização da vida coletiva, entre humanos e não humanos. Quando Scheylla propõe pensarmos uma segurança organizada por nós mesmas, ela também está propondo outra forma de estarmos no mundo – uma saída.

As saídas vão depender muito de nossa capacidade de reorganizar nossa convivência democrática no cotidiano. *Apesar* de todas as instituições e desse imaginário vigente de “ordem”, que forcem por autoritarismo, controle e mais destruição.

Há um esforço compartilhado aqui, a partir de lugares de fala muito diferentes e desiguais, de lidar com tudo o que diz respeito aos privilégios e às posições de poder que marcam nossa experiência de cidade e de sociedade. Como romper com o que nos massacra? As estruturas coloniais nos abrigam para fazer um debate que não cabe nas paredes do auditório de um banco.

O que é mais trágico e mais brutal? O período colonial ou o genocídio que testemunhamos hoje? Oitenta jovens são assassinados todos os dias. 77% deles são negros. É impossível colocar isso numa balança. Vivemos uma falência coletiva. Como superar as hierarquizações? Como superar esse modelo predatório – da natureza, de pessoas? O planeta está acabando. Talvez não haja mais jeito. Mas há algumas saídas no cotidiano e temos construído estas saídas. Não podemos deixar de fazê-lo. De construir.

Tempos difíceis estão por vir. Na atual conjuntura, é possível que vivenciemos o horror em escalas que não são conhecidas pela cidade oficial. Que tudo isso ressoe em nós. Que nos posicionemos. *

Meio ambiente urbano e saúde coletiva

Maria Rita Kehl
Bruno Pedralva
Apolo Heringer
Sonia Lansky (comentário)

Há algo que afeta os moradores de qualquer cidade, e que é fundamental para a saúde coletiva e para o meio ambiente urbano. Esse algo não depende exatamente do espaço da cidade, mas de políticas públicas mais amplas: trata-se da dimensão da miséria. Não estou falando da pobreza – desta pobreza do trabalhador que é compelido a usar o transporte e outros serviços públicos, que não tem dinheiro, mas que ainda assim é um trabalhador. A miséria é outra coisa.

Eu falo a partir do ponto de vista de uma pessoa da classe média e de esquerda: a presença da miséria nas cidades me envergonha. Até mesmo para os muito ricos, acho que a presença da miséria na cidade é arrasadora. Não é que eu tenha medo, porque os miseráveis não são perigosos – em geral, bandido é outra coisa. A miséria pode até nos assustar. Mas não é daí que vem a sensação de insegurança que temos nas cidades. O que a miséria produz é o enorme mal-estar de conviver com as desigualdades: isto não faz bem para a nossa saúde psíquica.

Podemos chamar esse mal-estar de vergonha, mas há algo mais, que talvez seja pior ainda, que é a insensibilidade que é preciso criar para não sentir esta vergonha. É o que nos torna moradores da “cidade-meio”: eu não estou nem aí para nada, eu acho que, se estou bem, está tudo bem. Isso é um engano, porque há um sofrimento que recalamos.

Maria Rita Kehl

Ao mesmo tempo, no entanto, a diminuição da pobreza e da miséria não necessariamente melhora a vida nas cidades. A arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, no livro *Para entender a crise urbana*, estudou os programas sociais dos governos Lula e Dilma – o Bolsa Família, o PROUNI, o Luz para Todos, o Programa de Crédito Consignado, o PRONAF, etc. Junto a um aumento real de 55% no salário mínimo de 2003 a 2011, esses programas reforçaram muito as classes que ocupam, e sempre ocuparam, a base da pirâmide social.

As pessoas em condição de pobreza no Brasil eram, antes de 2003, 37,2% da população. Eu mesma, até há pouco, não tinha a noção de que mais de um terço da população brasileira estava em condição de pobreza. Essa população diminuiu para 7,2%. A maioria das pessoas não tem nem ideia de que houve tamanha redução. Isso diminui um pouco nosso mal-estar, nossa vergonha de viver num país tão desigual. No entanto, do ponto de vista da saúde urbana e do que aconteceu com as cidades durante esse período, é preciso dizer que a vida urbana melhorou muito pouco.

Primeiro, porque a construção civil e a indústria automobilística – sabemos disto empiricamente – foram os dois setores prioritários das políticas de crescimento econômico nos governos Lula e Dilma. Esse desenvolvimentismo à moda de JK favoreceu a ascensão dos mais jovens, que passaram a ter emprego na indústria

da construção civil e na indústria automobilística. O crescimento dessas duas indústrias garantiu que o país não sofresse tanto quanto os países europeus ou os Estados Unidos durante a crise de 2008, quando Lula brincou que a crise por aqui passaria como uma “marolinha”.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dessas duas indústrias conduziu as cidades brasileiras a uma situação que Ermínia Maricato chama de trágica, porque o crescimento ficou nas mãos do empresariado. Vínhamos de três décadas de baixo investimento em políticas urbanas, e se, por um lado, programas como o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, por exemplo, federalizaram questões como a urbanização de favelas, o que é muito relevante, por outro, houve quem se beneficiasse com estes programas muito mais do que os favelados.

O Minha Casa Minha Vida (MCMV), por exemplo, consolidou uma visão empresarial da política habitacional. Foram construídas milhares daquelas espécies de pequenas colmeias, com casinhas feitas sem nenhum cuidado. Não houve cuidado nem com a arquitetura das casas e dos apartamentos, nem com o espaço urbano (no sentido de pensar que serviços ofereceriam os novos bairros), nem com a cidade ao redor. Ninguém parece se preocupar, por exemplo, se o transporte chega até esses lugares, se há água, se vai aumentar a poluição, se vai haver boas condições de saneamento, etc.

Visitei recentemente um enorme empreendimento do MCMV. Quem mora dentro de São Paulo não vê esses empreendimentos: eles estão nas periferias – e ao que tudo indica, assim está bom. Mas é terrível, e quem já viu sabe. É desolador ver aquelas casinhas no meio do cimento. Não tem uma praça! Parece que alguns deles agora estão até começando a projetar praças, mas, de qualquer forma, estamos falando de lugares extremamente melancólicos.

Há um paradoxo criado pelas políticas urbanas recentes: quando o Estado brasileiro finalmente retoma o investimento em habitação popular, saneamento, transporte urbano, etc., isto ao mesmo tempo cria um intenso processo de especulação imobiliária e fundiária. O preço da terra e dos imóveis subiu muito nos mesmos anos em que esses programas foram implementados. Hoje, segundo Maricato (que escreveu seu livro em 2013), o preço da terra no Brasil é dos mais altos do mundo. Em São Paulo os preços dos imóveis urbanos subiram 265% e, no Rio, 218%.

Não há como superar o subdesenvolvimento urbano se ele fica na mão da especulação. E é claro que o mais triste é que os pequenos avanços, que dizem respeito à justiça social e à qualidade do espaço urbano, representam muito pouco. Se os programas de habitação para pessoas mais pobres cresceram timidamente, a especulação imobiliária cresceu monstruosamente. Um

exemplo muito melancólico disso, ao meu ver, no segundo governo Lula e no governo Dilma, foram as obras da Copa.

As obras da Copa envergonham qualquer brasileiro – e digo isto, tranquilamente, como petista, como uma pessoa da esquerda. Grandes empreiteiras abocanharam milhões enquanto populações foram despejadas. No Rio de Janeiro, por exemplo, o que vimos foi um terror. Os últimos terrenos mais centrais em que ainda havia populações antigas, gente que morava perto do centro e que não precisava pagar condução, foram arrasados. E essa gente de repente se viu obrigada a passar duas horas por dia indo para o trabalho e duas horas por dia voltando. E foram despejadas para quê? Para fazer estádios monumentais. Isso foi vergonhoso.

A saúde coletiva nas cidades, assim, projeta-se num horizonte utópico. Diante da tragédia, nos resta sonhar com o que desejamos para uma cidade. Uma cidade sem miséria, por exemplo – e nem estou dizendo sem desigualdade – significaria mais bem-estar para todos, até para o milionário mais inacessível, aquele que anda de carro blindado e que mal olha pela janela. Não há como escapar dela: a miséria nos afeta, a todos, e nos envergonha.

Podemos até virar a cara, mas o fato de ter que virar a cara já evidencia que há ali alguma coisa que é muito difícil de se ver. Quem consegue conviver bem com a miséria já adoeceu. Nesses casos, estamos falando de uma insensibilidade que é doentia. É impossível associar

essa naturalização da miséria com saúde. As pessoas se trancam nos carros, o espaço urbano se torna um espaço de medo, de circulação encapsulada, de negação contínua do convívio com o outro – este outro que, na maioria dos casos, não é perigoso, é só alguém que está malvestido, que não tem mais onde morar, ou que cheira mal porque não tem onde se banhar. Não há como saber, se evitamos o contato e o encontro como princípio. Quanto mais você se tranca, mais medo você tem. Eu me tornei pedestre e sou testemunha disso.

Envergonha-nos a presença do outro miserável, e este é um problema central. É preciso, portanto, conseguir diferenciar o medo da vergonha. Muita gente acha que nos blindamos porque temos medo. Eu acho que pelo menos a metade desse medo, na verdade, é vergonha. Você não quer olhar, você que ficar dentro do seu carro, ligar o rádio, ter vidros mais escuros para não ver. Esse sentimento permanente de vergonha é incompatível com uma sociedade saudável, com a noção de saúde coletiva.

O Chico Buarque tem uma peça dos anos 1970 sobre os músicos de Bremen em que fala da “cidade dos meus amores”. Como seria essa cidade? Uma cidade sem miséria e sem medo do outro está na base do meu sonho de cidade. Eu sonho com uma cidade a se percorrer a pé, ou em transportes coletivos, uma cidade em que o carro saia da garagem só quando as pessoas vão viajar. Em que as pessoas não precisem se trancar nos carros.

Quem consegue conviver bem com a miséria já adoeceu. Nesses casos, estamos falando de uma insensibilidade que é doentia. É impossível associar a naturalização da miséria com saúde. As pessoas se trancam nos carros, o espaço urbano se torna um espaço de medo, de circulação encapsulada, de negação contínua do convívio com o outro.

Não há nenhum realismo em dizer que uma cidade com investimentos em transportes coletivos é impossível no Brasil, que só na Europa isto é possível. São Paulo conseguiu avançar alguns passos nesse sentido. Hoje é mais fácil percorrer a cidade de ônibus, por exemplo, graças aos investimentos da gestão de Haddad em ônibus de qualidade e nas faixas exclusivas. Convenhamos, não precisamos de ônibus velhos, desconfortáveis, que cheiram mal. Precisamos de ônibus bons e de corredores exclusivos, para que nós, passageiros, sentados confortavelmente nos ônibus, possamos ver os carros todos parados enquanto seguimos adiante.

Sonho também com uma cidade que tenha lugar para ciclistas. Isso também mudou muito em São Paulo, apesar de ainda soar um pouco utópico. Com o aumento do número de ciclistas a cidade se torna um lugar de convívio permanente com a diversidade. E gente como eu, que não tenho mais carro, circula com muito mais segurança de dia e de noite. A disponibilidade para o imprevisto aumenta quando você não está mais de carro. De carro, qualquer coisa que fuja ao programa se torna um problema. “Onde vou estacionar?”, é a primeira coisa que nos perguntamos. Eu frequentava um cinema quando eu tinha carro e brincava com o manobrista do estacionamento que seria mais barato levar o carro ao cinema comigo do que pagar o estacionamento. Agora eu não tenho mais esse problema. (E até quem tem carro não precisaria em tese

passar por esse problema, já que em São Paulo há uma larga região coberta pela linha de metrô.)

A pé, olhamos no olho do outro. Percebemos que aquele medo que temos quando estamos trancados dentro do carro é desnecessário. Percebemos também que podemos alterar o caminho, que podemos parar de repente, decidir tomar um café, decidir entrar numa livraria, decidir fazer um percurso mais longo, mas mais bonito. Enfim, é um absurdo que as nossas escolhas cotidianas sejam condicionadas pela conveniência do carro: eu vou para tal lugar porque tem onde parar, eu vou para tal lugar porque é mais seguro para o meu carro. Isso é tão insano que me soa como uma espécie de loucura.

Outra coisa que faz falta na cidade dos meus amores são os músicos de rua. Há algum tempo o vereador Andrea Matarazzo tentou vetar, sem sucesso, os músicos de rua, os palhaços, os mímicos. Eles proliferaram em São Paulo. Estou fazendo uma espécie de propaganda, porque minha filha é música de rua (ela faz outras coisas também, mas ela toca na rua quando ela quer um troco a mais). Antigamente, se eu dissesse que uma filha tocava na rua, me diriam: “Coitada de você!”, mas hoje sabemos que muitos artistas jovens, que ainda não têm grandes palcos, tocam na rua, e que isto é genial. Essas pessoas fazem da cidade uma espécie de palco gratuito, a céu aberto, para todos que circulam nela.

Há ainda um elemento que faz muita falta nas nossas cidades, e que talvez devesse vir em primeiro lugar na lista, que é a presença de praças e jardins. Quanto mais, melhor. Precisamos de lugares de fruição. Uma vez eu ouvi o Amos Oz dizendo que, quando deixou a Europa para morar no Estado de Israel com sua mãe, ainda bem jovem, estranhou a nova cidade (se me lembro bem, eles tinham ido para Jerusalém). “Isto não é uma cidade”, ele disse à mãe. “Onde está o rio?” Todas as cidades europeias nasceram em torno de um rio, e o rio faz parte da vida da cidade. Mesmo que não seja possível pescar no Sena no meio de Paris, nem no Danúbio no meio de Viena, eles são rios que fazem parte da história e da vida destas cidades. O Tâmsa foi despoluído, e não é mais preciso tapar o nariz quando se passa por lá.

Ora, a minha cidade também tem um rio – aliás, ela tem dois rios, o Tietê, mais longe do centro, e o Pinheiros. Eles até têm arborização em suas margens, mas são rios poluídíssimos. Uma das grandes questões de infraestrutura urbana, talvez a mais grave de todas, é a do saneamento. Por que essa questão é tão grave e tão mal administrada no Brasil? Certa vez, uma pessoa que trabalhava no primeiro governo Lula me disse que é porque de esgoto ninguém consegue tirar dinheiro. Não há, parece, como extrair caixa dois de esgoto, e é difícil fazer uma “boquinha” administrando saneamento. Saneamento só funciona com investimento público.

Os nossos rios deveriam ser lugares para onde pudéssemos ir para um passeio, sem precisar tapar o nariz. Os rios deveriam ser lugares de vida da cidade. A água é vida, não tenho dúvida, e quem sabe algum dia não poderemos pescar no rio Tietê? É uma utopia maravilhosa. No entanto, apesar de nossas cidades terem rios, nós os evitamos. Em São Paulo, em torno dos rios Pinheiros e Tietê, fizeram duas marginais que são vias expressas, que dificultam ainda mais a fruição. Eles não são lugares da vida cultural urbana, mas lugares de passagem rápida.

Essa é uma questão vital para nossas cidades, que conecta de forma mais direta a cidade dos nossos amores com a cidade em que vivemos de forma saudável: despoluir os rios e tornar suas margens lugares de passeio, de piquenique, de festa, de pescaria e até de banho.

Todos os exemplos que dei fazem parte de um repertório de planejamento urbano que não diz respeito à diminuição da pobreza, que é fundamental. A pobreza se diminui por outros tipos de projeto (e até citei alguns deles aqui). Eles podem, no entanto, diminuir a segregação, e isto é fundamental para uma cidade saudável e viva. É preciso ter este tipo de clareza: não é a pobreza que produz violência, é a segregação que produz violência. É o fato de as pessoas de baixa renda terem que morar em lugares piores, longe de tudo, e poderem circular pouco por onde circulam as pessoas de renda média e alta. É o fato de não entrarem no cinema, de não frequentarem as praças.

O Mano Brown, do Racionais MCs, sobre quem escrevi ainda nos anos 1990, fala isso o tempo todo. Ele fala de como é a vida na periferia, do que as pessoas fazem no fim de semana – elas vão para o bar, e por isso o alcoolismo é maior, porque faltam opções, porque elas não têm o que fazer. Não há um clube, não há um praça, não há um lugar de circulação coletiva, não há cinema. Os Centros de Educação Unificada (CEUS), da prefeitura, melhoraram um pouco essa situação em São Paulo. Neles, a criança tem jardim, tem pré-escola e tem escola e, além disto, as famílias e a comunidade têm cinema, teatro, piscinas, salas de informática, quadras... Enfim, trata-se de um equipamento público que não é só escola, que no final de semana fica aberto, que é um espaço de lazer e convívio entre as pessoas da comunidade, em bairros que não têm nada. Os CEUS são um belo exemplo de como começar a produzir comunidades saudáveis. *

Quando cheguei à faculdade de medicina, logo na primeira aula, o professor Apolo Heringer me fez uma pergunta que até hoje não me saiu da cabeça. Ele perguntou se a saúde é realmente um problema médico. A partir dessa pergunta, é possível refletir sobre algumas questões que considero centrais. A primeira delas diz respeito ao papel da medicina. A segunda tem a ver com o que entendemos por saúde. E a terceira gira em torno da saúde no Brasil, ao longo da história e na conjuntura atual.

No que diz respeito ao sentido e ao papel da medicina, é preciso afirmar que existe um mito: o mito da cura. O que fazemos, médicos e profissionais da saúde, é basicamente reduzir, ou tentar reduzir, os fatores de risco e, por outro lado, tentar fortalecer os fatores de proteção. Se considerarmos a população da cidade como um todo, não seria um exagero dizer que, se fosse feita a cultura da secreção nasal de todas e todos, pelo menos 40% das pessoas estarão colonizadas por alguma bactéria. Isso não significa que 40% das pessoas têm sinusite, mas que 40% estão colonizadas.

Outro exemplo é o câncer. Por mais que um câncer em seu início seja extirpado em uma cirurgia, e que haja a oportunidade de cura, existe sempre um risco potencial de que uma célula tenha se desgarrado, de que aquele tumor inicial no futuro provoque uma metástase. A cura na verdade não existe.

Nossa medicina foi muito influenciada por um momento específico da história, o Iluminismo, em que a ciência avançou enormemente. Naquele período existiam duas grandes linhas de pensamento na medicina. Uma era a de Virchow, e a outra era a de Pasteur. Virchow dizia que a ciência médica é, empiricamente, essencialmente, uma ciência social, que as condições econômicas e sociais têm um efeito importante sobre a saúde e sobre a doença, e que médicos e profissionais da saúde deveriam conduzir intervenções na vida política e social, para identificar e eliminar obstáculos que prejudicam a saúde da população. Virchow era um médico austríaco. Ele foi membro da Comuna de Paris – que sabemos, infelizmente, como terminou.

Por outro lado, Pasteur desenvolveu um famoso paradigma bacteriológico. Ele identificou a relação entre as bactérias, os protozoários, os microrganismos e as doenças. E defendia que a prática e a pesquisa na medicina deveriam se concentrar em laboratórios, para que se descobrissem as tecnologias para combater microrganismos, bactérias e protozoários.

Ao contrário de Virchow, que foi para Comuna de Paris, Pasteur foi financiado pela Fundação Rockefeller, ligada à burguesia norte-americana. Pasteur e a Fundação influenciaram o mundo todo – inclusive com a construção de faculdades de medicina no

Brasil, como é o caso da UFMG. Seus paradigmas foram trabalhados na maioria das escolas de medicina de todo o mundo, e são, portanto, hegemônicos na medicina ocidental. No entanto, ao longo dos últimos anos, vêm surgindo questionamentos a esse paradigma, em especial com o desenvolvimento de uma prática de saúde mais baseada em evidências. Há evidências hoje, afinal, de que muito do que Pasteur disse estava totalmente equivocado ou fora da realidade.

Em 1981, por exemplo, pesquisadores ingleses estudaram a relação entre classe social e doença arterial coronária. Eles estudaram os riscos de doença cardiovascular relacionando estes riscos à renda de funcionários públicos no Reino Unido. Os pesquisadores acompanharam por sete anos esses profissionais e concluíram que, ao longo do tempo, aqueles que recebiam menos morriam mais de doença cardiovascular do que os que recebiam mais. Curiosamente, eles controlaram todos os fatores biológicos conhecidos e relacionados com a doença cardiovascular: o nível de colesterol, o cigarro, a pressão e vários outros detalhes. Havia um risco extra, que dizia respeito aos mais pobres, que não se explicava de nenhuma maneira, nem mesmo comparando o nível de colesterol dos grupos, nem mesmo comparando a pressão. A pesquisa apontava que pessoas mais pobres simplesmente morriam mais de doença cardiovascular.

Outras pesquisas muito interessantes nos Estados Unidos acompanharam, durante vários anos, a população norte-americana em geral, e associaram a renda com grandes causas de mortalidade. Nos casos de doença cardiovascular, nos Estados Unidos também, quanto maior a renda, menor o risco relativo de morte. No caso do câncer, há uma tendência similar: quanto maior a renda, menor o risco de morte – com exceção das mulheres, devido ao câncer de mama. (Como as mulheres mais pobres tendem a ter mais filhos, elas amamentam mais e a amamentação é fator de proteção.) Há também uma relação entre educação, ou anos de estudo, e mortalidade nos Estados Unidos: a população que não fez ensino médio tem uma taxa maior de mortalidade precoce. Estudar aumenta a expectativa de vida.

Um último detalhe importante, aqui, é o seguinte: se há um sistema público de saúde em que as pessoas têm acesso igual a consultas médicas, a exames e a procedimentos, o efeito da pobreza sobre a mortalidade se dilui um pouco. Num estudo de 1998, um pesquisador norte-americano destacou as dez maiores causas de morte nos Estados Unidos e avaliou quais fatores relacionados à morte seriam os mais importantes. Curiosamente, 51% dos fatores que levam a população americana a morrer são relacionados ao estilo de vida: 18% têm a ver com questões ambientais, 20% são fatores

biológicos e genéticos, e 10% estão relacionados ao acesso a serviços de saúde. Isso significa que ter uma consulta médica disponível tem um impacto médio de 10% em relação às causas de morte.

Certamente, ter acesso a serviços de saúde ajuda uma pessoa a viver um pouco melhor. No entanto, curiosamente, as pessoas que mais precisam, os mais pobres, os que têm doenças crônicas, sofrimento mental, os que mais acumulam morbidades, são em geral os que têm menos acesso a serviços de saúde. Tudor Hart, médico inglês, escreveu um artigo que ficou muito conhecido, em que definiu a “Lei dos cuidados inversos”. Quem mais precisa dos serviços de saúde geralmente é quem menos tem. No Brasil, tendo em vista nossa história de desigualdades e contradições, de racismo, sexismo e elitismo, não tenho dúvida de que essas questões são ainda mais fortes e presentes.

Se avaliarmos, por exemplo, a relação entre mortalidade infantil e renda no país, veremos que entre os 20% mais pobres a mortalidade infantil é quase duas vezes maior do que entre os 20% mais ricos. Considerando os últimos anos, de 1982 a 2004, mesmo com a criação do SUS, as famílias que têm maior salário têm taxas de mortalidade infantil bem mais baixas. A mortalidade infantil também depende da raça: os negros morrem quase duas vezes mais do que os brancos, e os indígenas, quase cinco vezes mais do que os brancos.

A saúde deve ser vista como um amplo espectro de fatores, relacionados à qualidade de vida e, principalmente, ao bem-estar coletivo, ao ambiente (físico, social, político, econômico e cultural) e à autonomia dos indivíduos e grupos, à capacidade de viver plenamente a própria vida.

Uma das causas crescentes de mortalidade no Brasil são os homicídios, as ditas causas externas, que englobam também suicídios e acidentes de trânsito. Os que mais morrem, é claro, são homens e negros – ou, mais precisamente, meninos negros. Há uma frase de Mario Quintana que ilustra particularmente bem a situação da saúde no país: “Custa um rico entrar no céu, afirma o povo e não erra, mas muito mais difícil é um pobre ficar na terra”.

O que é, então, saúde? Se buscamos uma prática de saúde realmente coerente com o cuidar das pessoas, se queremos que as pessoas vivam mais e melhor, talvez convenha rever conceitos. Uma percepção inicial, senso comum, é a definição de saúde como ausência de doenças. No entanto, se analisarmos, por exemplo, as pessoas que usam óculos, veremos que elas não se consideram doentes apesar de terem uma disfunção física de visão. Ao mesmo tempo, os meninos negros, fortes, da periferia, morrem muito mais cedo do que os outros. Eles são doentes? Definitivamente, a ausência de doenças não é uma definição adequada.

Há quem fale de equilíbrio psíquico-espiritual. Isso seria saúde. O equilíbrio, no entanto, é uma questão complexa. Vivemos um desequilíbrio constante e é possível dizer, inclusive, que a angústia é fundamental para nos mover. Trata-se, portanto, de uma ideia um pouco estática do que é saúde e do que é doença.

Há também a ideia de saúde como qualidade de vida. Mas quem é que consegue acordar cedo todo dia, fazer uma caminhada, comer frutas, tomar leite desnatado, comer um almoço balanceado com muita salada (tudo sem agrotóxicos, porque os agrotóxicos também estão relacionados ao adoecimento), dormir pelo menos oito horas por dia? Essa definição também parece insuficiente. Nos Estados Unidos, pesquisadores analisaram os hábitos de boa parte da população adulta de uma cidade, quase duas mil pessoas. Analisaram questões como alimentação, fumo, atividade física, sobrepeso. Apenas uma pessoa tinha hábitos plenamente saudáveis. Uma, entre mil novecentas e noventa e três pessoas!

Nesse sentido, é importante e útil trabalharmos com uma perspectiva de saúde mais relacionada à possibilidade de as pessoas terem seus direitos fundamentais, que são importantes para sua existência, garantidos, para que possam viver plenamente, inclusive para fazer suas escolhas. (Eu sei que fumar faz mal, mas se eu quero fumar, que fume consciente de que isto é um risco).

A saúde deve ser vista como um amplo espectro de fatores, relacionados à qualidade de vida e, principalmente, ao bem-estar coletivo, ao ambiente (físico, social, político, econômico e cultural) e à autonomia dos indivíduos e grupos, à capacidade de viver plenamente a própria vida. A saúde não pode ser vista somente como

um produto do comportamento de indivíduos, de seus estilos de vida, de suas dietas, de atividades físicas.

Estamos falando, portanto, de determinantes sociais da saúde e da doença. Pode soar estranho, mas nós, profissionais da saúde, aprendemos na faculdade que é preciso cuidar da pressão, que é preciso baixar o colesterol. E raramente aprendemos que não adianta muito dizer a um sujeito que pare de fumar, ou que não adianta só tratar sua pressão. Isso, como eu disse antes, tem um impacto de, no máximo, 10% na chance de o sujeito sobreviver. Devemos pensar nos outros elementos que fazem o sujeito viver bem, e melhor.

Aspectos sociais estão relacionados a maior exposição a doenças e a menor cobertura para os mais pobres. E, ainda pior, a menos cuidados preventivos – e, portanto, a mais possibilidades de adoecer e menos resistência à doença.

Um pesquisador americano fez um resumo disso tudo que é muito interessante. São as “dez dicas de saúde”, aquilo que realmente deveríamos dizer aos pacientes, com base em evidências científicas. A primeira é: não seja pobre; se você é pobre, tente não sê-lo por muito tempo. Segundo, não tenha pais pobres. Esse é um dos maiores riscos que existe para a pessoa viver mal ou adoecer ao longo da vida. Não tenha um emprego manual, mal pago, e estressante. Não viva numa casa úmida, velha, de baixa qualidade e, sobretudo, não seja um sem-teto, isto é grave. Estude. Tenha férias anuais e atividades de

lazer, viaje e tome sol nos feriados. Trate de não perder o seu emprego, pois ficar desempregado também piora muito a vida. Não seja um pai ou uma mãe solitária, você fica muito estressado, e sofre mais e morre mais rápido. Reivindique todos os benefícios sociais a que você tem direito: aposentadoria, seguro-desemprego, auxílios previdenciários, isto é fundamental. Por fim, tenha um carro. Antes que os ambientalistas fiquem bravos, esclareço que essa dica se dá porque, de acordo com estudos epidemiológicos, existe uma associação entre ter bens – carros, casas, etc. – e viver mais. Não é que eu defenda isso, trata-se apenas de um bom jeito de sintetizar um pouco os fatores de risco sociais.

Saúde tem a ver com política, com sociedade. Se considerarmos, pelo mundo, e em especial na nossa história, as forças sociais, as classes em luta e as forças no poder, todas elas influenciam, em maior ou menor medida, a forma como a sociedade pensa e organiza a saúde. Ao longo de toda a história do Brasil Colônia, do Brasil Império, não existiu nenhum serviço de saúde oficial de Estado no Brasil. As pessoas se viravam com curandeiros, parteiras, benzeção.

A primeira experiência de organização da saúde coletiva no Brasil, um pouco antes de Getúlio Vargas, se deu quando o país se colocou no mercado mundial como um grande exportador de café e de borracha e, para isto, fez-se necessário garantir a saúde e a

higiene nos portos do Rio de Janeiro e do Nordeste. Foi trazida uma novidade da Europa, que era a vacina contra a febre amarela. Junto a ela, diga-se, trouxeram também revólveres, para vacinar o povo nos portos. Foi então que aconteceu a Revolta da Vacina. As pessoas perceberam que se tratava de uma vacinação forçada – os agentes invadiam as casas das pessoas para vaciná-las obrigatoriamente. Isso gerou uma luta social de resistência. Ninguém, na verdade, estava preocupado com a saúde das pessoas. A única preocupação era a de garantir condições higiênicas para exportar.

Durante a ditadura militar, estruturou-se um modelo de saúde que até hoje compete com o modelo popular de saúde, que é conhecido como modelo médico privatista. A iniciativa privada, os grandes hospitais, tinham o papel de fornecer assistência médica, única e exclusivamente. O capital internacional tinha a tarefa de vender os equipamentos e medicamentos de saúde. E o Estado, o papel de comprar o trabalho da iniciativa privada e garantir que a iniciativa privada conseguisse comprar esses equipamentos. Enquanto isso, o povo sofria nas filas. Quem tem um parente mais velho que viveu nessa época sabe que não havia acesso à saúde pública naquele momento.

Naquele contexto de crise econômica, inflação, repressão de movimentos sociais, vivemos um momento muito especial da nossa história que foram

as lutas pela democratização. A luta pela democracia, pelas Diretas, a luta dos sem-terra, a luta dos trabalhadores, a luta contra a opressão... Muitos desses movimentos levantaram a bandeira da saúde. Houve o Movimento Popular de Saúde que lutou pelo direito à saúde, com abaixo-assinados para que na Constituição de 1988 se garantisse esse direito.

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” – este é o artigo 196 da nossa Constituição. Ela reconhece a saúde como direito de todos, coisa que não havia na história do Brasil até pouco tempo atrás. Pela primeira vez se reconhece isso ao longo de quinhentos anos de história. Também se reconhece que a saúde é determinada socialmente, pelas condições socioeconômicas. Esse foi um grande avanço. No entanto, logo depois da Constituição de 1988, entramos na era do neoliberalismo, no Brasil e no mundo. Trata-se de um período difícil, em que as ideias e as práticas do Estado estavam muito focadas na defesa do livre mercado e nas políticas de privatizações.

Ainda assim, com a criação do SUS prevaleceu a ideia de que saúde tem que ser um direito de todos. Em geral, as pessoas reconhecem que é muito injusto que um sujeito, por não ter dinheiro, não tenha direito a se cuidar,

não tenha direito a uma consulta. Também avançamos de forma significativa, apesar de tudo, no acesso e na organização dos serviços de saúde. Não há dúvida, tínhamos muito menos centros de saúde, muito menos hospitais, muito menos possibilidades de consultar, de cuidar da própria saúde. Um avanço digno de nota nesse sentido foi o programa Mais Médicos. O Mais Médicos conseguiu, com cerca de 18 mil médicos, quase 12 mil deles cubanos, levar assistência para 63 milhões de pessoas que estavam em regiões em que não havia médicos.

Tivemos também outros avanços, como políticas, ainda que focais, de combate à pobreza e à desigualdade que impactaram as condições de saúde do povo brasileiro. Com o aumento real de 72% do salário mínimo e dos benefícios sociais anexados a ele, que são vários, 36 bilhões de pessoas saíram da pobreza extrema entre 2000 e 2014. Há estudos que mostram que as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família frequentam mais o posto de saúde, vão mais a consultas de pré-natal e levam seus filhos para vacinar com mais regularidade do que famílias não contempladas. São políticas que, além do benefício indireto pela renda, trouxeram benefícios diretos na assistência de saúde.

Tivemos dessa forma quedas na mortalidade infantil e na mortalidade materna, bem como o aumento da expectativa de vida. Ainda assim, não adianta falar em saúde se não houver trabalho – e condições

adequadas de trabalho. Não adianta falar em saúde se o modelo de produção agrícola continuar centrado em agrotóxicos como o que temos hoje. Não adianta falar em saúde se não houver direito à moradia, direito ao transporte. Tudo isso está na literatura médica, como vimos. Não adianta só pensar no posto de saúde, na consulta médica. Esse é um grande desafio que os governos Lula e Dilma não conseguiram superar no Brasil, porque não fizeram reformas estruturais.

Existe uma doença que atinge duzentos e dois milhões de brasileiros, que se chama subfinanciamento crônico. É uma doença grave. Gasta-se 8,8% do PIB em saúde, sendo que desse montante, 56% é gasto pelas famílias diretamente, com seus planos privados, ou comprando remédio. Ao redor do mundo, países que têm sistemas de saúde universal investem muito mais. O Canadá, por exemplo, investe 10,9% do PIB, e Cuba, 11,3%. Qual proporção desses valores diz respeito a dinheiro público? Em Cuba, 92% é dinheiro público; no Canadá, 68%.

Com valores irrisórios, o Ministério da Saúde não vai garantir acesso a serviços de saúde de forma digna. Algo que marcou os anos do neodesenvolvimentismo no Brasil nos governos Lula e Dilma foi o crescimento do setor privado em saúde. O setor privado compete com o setor público. Primeiramente, com a isenção de Imposto de Renda. Quem paga por um plano de saúde paga com dinheiro público, na medida em que

desconta no Imposto de Renda. Isso significa que o governo deixa de colocar dinheiro no financiamento das políticas públicas no Brasil. Além disso, há uma competição direta, e recursos públicos (por exemplo, do BNDES) financiam o setor privado de saúde. O Mater Dei Contorno, um hospital privado de ponta construído recentemente em Belo Horizonte, está bem ao lado da maternidade pública Odete Valadares, que está caindo aos pedaços. Há 150 milhões de reais do BNDES no Mater Dei Contorno. Dinheiro público.

Hoje, quem mora na Bahia e tem plano de saúde tem quinze vezes mais chance de se consultar com um médico. Quem mora em Belo Horizonte tem doze vezes mais chances. E o negócio é tão bom que a maior seguradora de serviços de saúde do mundo, a americana UnitedHealth, comprou a Amil, que é o maior plano de saúde do Brasil. Os planos de saúde têm progressivamente, nos últimos anos, influenciado o sistema político nas eleições. Eles doaram 54,9 milhões de reais em 2002. Esses mesmos planos haviam doado, em valores corrigidos, 1,7 milhões 12 anos antes. Alguma coisa, portanto, estão ganhando. Financiaram 131 candidatos, elegeram a Dilma, três governadores, três senadores, 24 deputados estaduais. E quem mais doou foi justamente a Amil.

Depois do *impeachment* de Dilma – do golpe –, Temer, Renan e Levy declararam que exigir uma

porcentagem mínima do orçamento para a saúde e para a educação está fora de moda e que, quando o governo está em crise, é preciso tirar, cortar, para garantir o ajuste fiscal, para que as contas fechem. O ministro da Saúde Ricardo Barros – logo o ministro da Saúde, que deveria defender o SUS – declarou que a Constituição cidadã tem direitos demais, que não tem deveres, e que não vamos conseguir sustentar o nível de direitos que a Constituição determina. Logo, quanto mais planos privados no Brasil, melhor. Curiosamente, o maior doador de campanha desse senhor é um gigante dos planos de saúde na região dele, o Paraná.

Saúde, afinal, é mercadoria ou é direito? *

Estava com meus alunos do internato rural na cidade de Presidente Juscelino, na estrada de Diamantina. Era noite e eu já tinha terminado meu trabalho. Estava numa pensão horrorosa, com um lençol no teto, me deitei e parecia que estava dentro de um caixão. Então eu saí um pouco e tomei uma cachaça, fazia um frio terrível. Foi quando vi que estava saindo uma caminhonete de pescaria que ia para o rio Cipó, para um lugar chamado Raiz. Resolvi ir junto.

Fomos eu, o dono da pensão e o filho dele, um pescador espetacular. Quando chegamos ao rio Cipó, lá pela meia-noite, não havia lua e estava tudo escuro. Então eles pegaram um farol de caminhão a bateria e entramos num barquinho bem comprido. Empurrávamos o barco com bambus enquanto eles iluminavam o rio Cipó. Quando eu olhei para a água, vi uma quantidade enorme de peixes: peixe grande, peixe pequeno, peixe dourado – a festa dos peixes. Eu não sei bem o que acontecia, se a luz desorientava os peixes... eu não entendo muito de peixes. Os homens atiravam lanças nos peixes maiores e conseguiam acertar mesmo com a refração da luz, que sai de um meio menos denso para um meio mais denso, do ar para a água – eles eram mesmo muito bons pescadores!

Aquilo me chamou a atenção e eu disse: “Olha o que é a saúde! Um rio não poluído, com mata ciliar, com peixes em grande quantidade”. Eu estava ensinando

saúde para os meus alunos num posto médico, mas a saúde que eu via ali era uma saúde ecossistêmica. O rio era um ecossistema equilibrado porque tinha alimentos para os peixes, pedras, zonas profundas, zonas rasas. Era um rio irregular, não assoreado. Havia muitos habitats. O peixe pequeno podia se esconder do peixe grande.

Foi então que eu tive a ideia: uma visão de que num ecossistema de qualidade, a vida e a saúde coexistem. Saúde não é uma questão exclusivamente médica, saúde é uma questão de qualidade ecossistêmica de vida, qualidade ecológica. Aquilo me impactou, ao sair da minha rotina. Quando saímos da rotina é que aprendemos alguma coisa. Voltei para Belo Horizonte num jipe, com aquela cena na cabeça. Quando passávamos, na direção de Lagoa Santa, pela estrada da Serra do Cipó, vimos o rio das Velhas chegando a Lagoa Santa. O rio tinha mau cheiro, peixes mortos boiando, tinha aquele tom prateado e óleo na água, que recebia todos os esgotos de Belo Horizonte.

Os rios são informações que fluem. Um espelho d'água mostra nossa cara e o rio das Velhas estava mostrando a mentalidade de Belo Horizonte, uma cidade capaz de matar seus rios – o rio Arrudas, o ribeirão do Onça e o rio das Velhas, que colhem o esgoto. Enquanto isso, o rio Cipó, um rio no meio do mato, um ecossistema selvagem, mostrava o que a natureza pode ensinar sobre saúde. A saúde dos peixes está para a

qualidade do ecossistema do rio assim como a saúde das pessoas está para a qualidade ecossistêmica da cidade.

Eu não posso garantir a saúde de um rio montando uma rede de postos médicos e de hospitais, de Belo Horizonte até o rio São Francisco, ao longo de todo o rio das Velhas, e pedindo aos biólogos para pegarem todos os peixes doentes com aquelas redinhas que eles têm, para operar o câncer que os peixes desenvolvem por causa do metal pesado da indústria, para operar peixes cegos, implantando olhos para que possam enxergar, para tratar com antibióticos peixes doentes. Eu gastaria um dinheirão e, quando o peixe estivesse sadio, eu o soltaria no mesmo rio que o adoeceu. Em quase todos os sistemas médicos do mundo, inclusive o SUS, pegamos as pessoas, damos remédio, tratamos no hospital e, depois, as soltamos na mesma sociedade que as adoeceu.

Eu me dei conta de que temos que fazer uma crítica mais profunda do processo saúde-doença, e foi a partir daí que pensei o Projeto Manuelzão.

Naquela época, eu tinha acabado de sair do PT. Saí em 1998, e não cabe discutir aqui o porquê. Entrei em depressão, numa crise terrível. Eu não sou de ter depressão, gosto de mudar as coisas. Mas fiquei tão desanimado que, sozinho em casa, coleí uns papéis na parede e comecei a fazer uma autoanálise. Foi justamente nessa época que me tornei professor da UFMG. Eu disse a mim mesmo: “Se eu caí num buraco, tenho que sair

desse buraco”. Tudo que eu fazia dava errado. Eu tinha deixado a igreja protestante em que eu fui criado.

Foi então que nasceu o Projeto Manuelzão, fruto de uma crise existencial de vida ou morte para mim. Eu tinha que reinventar minha vida, pensar o mundo a partir da minha cabeça e não da cabeça da Igreja, do partido, do Marx. Tinha que ter as minhas ideias.

O Projeto Manuelzão surge como um projeto político. Eu não criei o Projeto só para trazer os peixes de volta para o rio das Velhas, para despoluir o rio. Eu não penso o meio ambiente só em termos de peixes, rios, plantas. Eu vejo o meio ambiente como o trânsito, a cidade, o barulho – meio ambiente é tudo, não é só planta e animal. A saúde ecossistêmica de uma grande cidade está ligada ao caos que é o meio ambiente urbano. Meio ambiente inclui, inclusive, a política macroeconômica que constrói a cidade e a sociedade de um jeito, sem deixar espaço para que as pessoas andem a pé, ou sem fazer um parque para que possam brincar. A prefeitura de Belo Horizonte, por exemplo, em vez de transformar em praças e parques as matas do Planalto e do Jardim América, que são matas preservadas no meio da cidade, como o povo tem pedido, quer construir mais prédios por lá.

Houve uma obra do PAC que foi feita numa região de mais ou menos cinco quilômetros de extensão, no Córrego Várzea da Palma, perto de Venda Nova. Em vez de transformar aquilo num parque ciliático dos dois

Eu não penso o meio ambiente só em termos de peixes, rios, plantas. Eu vejo o meio ambiente como o trânsito, a cidade, o barulho.

lados do córrego (note-se que eu não digo linear, mas ciliático, porque o parque linear é feito quando eles já retificaram o rio, quando já cederam aos argumentos do PAC), construíram um emaranhado de prédios e canalizaram um rio que poderia ser lindo, com trânsito de bicicletas e pedestres. Arrasaram com uma área grande de Belo Horizonte, com a mobilidade urbana, com o rio. Temos agora um córrego canalizado, um canal pequenino, uma coisa horrorosa. Eles tapam tudo e acabam com a qualidade de vida das pessoas.

O problema da saúde está na contradição. Nosso pensamento é disjuntivo, ele separa os problemas e as soluções. As soluções são separadas de problemas que são sistêmicos e acabam criando mais problemas ainda. Gasta-se dinheiro, aumentam-se impostos e não se resolvem os problemas nunca. Nós não vamos ter saúde se enxergarmos a saúde como coisa de Ministério da Saúde ou de Secretaria de Saúde, mesmo porque Ministério da Saúde só cuida de doença. Plano de saúde na verdade é plano médico, não é plano de saúde. Nós confundimos saúde com doença. Quando dizemos que precisamos melhorar a saúde, ninguém pensa que melhorar a saúde é outra coisa além da assistência médica.

Há uma diferença entre saúde pública e saúde coletiva. Saúde pública é o que o SUS faz: vacinas, atendimento médico, estatísticas. Saúde coletiva é ver a vida no planeta como uma questão ecossistêmica. A

saúde tem um determinante ecológico. A saúde coletiva é outra maneira de ver os processos de saúde e doença e eu proponho que trabalhemos a construção da ideia de determinação social – do salário, da moradia, de tudo o mais – dentro de uma visão ecossistêmica.

Precisamos olhar para a história da humanidade e rever nossos conceitos. Vejamos, por exemplo, o caso do Jardim do Éden. Na Bíblia, a cronologia da criação do mundo é a mesma que a ciência tem hoje! Luz, separação da terra e da água, a formação primeiro dos vegetais, depois dos animais, o ser humano por último... É tudo muito parecido com a evolução como a entendemos hoje. No Jardim do Éden vemos o ecossistema da Terra, onde os seres humanos e os outros animais viviam todos juntos, um ecossistema primitivo. Com a sedentarização, o ser humano separou-se do Jardim do Éden. Desenvolveu a cultura, a consciência, a crítica. E resolveu que era diferente daquilo tudo, que era filho de Deus. Criou-se então a religião.

Tendo abandonado o Jardim do Éden, os seres humanos criaram a agricultura, domesticaram os animais e construíram as cidades. Enfim, passaram a destruir tudo: destruíram os animais, destruíram as plantas, destruíram os rios. O ser humano negou a própria origem! Marx deveria ter conversado mais com Charles Darwin. Darwin fez a maior inclusão social da história. Ele incluiu os bichos e o ser humano numa mesma origem.

É necessário e urgente rever nossos conceitos. O mundo está cheio de problemas. Se esquerda ou direita tivessem a solução, o mundo estaria melhor. Temos que rever nossas bases conceituais, nossa cultura, e parar de ser arrogantes. Temos muito a superar! Estamos vivendo no século XXI, e temos que ser contemporâneos de nós mesmos, precisamos criar coisas novas.

Na universidade, vejo muita gente que ainda está no século XIX ou ainda no início do século XX. Várias disciplinas com conteúdos repetindo coisas completamente absurdas, doutrinando as pessoas. Antes de haver isso que atualmente entendemos por economia, a economia do Meirelles, havia uma economia natural, a economia dita ecológica. Havia comida para todos os animais – dinossauros, baleias, tubarões, passarinhos. Todos comiam alimentos não poluídos, tinham água pura à vontade. Por que não podemos ver isso como economia? O ser humano, com sua grande consciência e capacidade intelectual, cria a ciência, a tecnologia, a pesquisa e a economia só para produzir lixo, esgoto, agrotóxicos, desmatamento generalizado, para piorar os solos, para acabar com os rios?

E não estou falando só dos países capitalistas. Os países comunistas, como a China e a União Soviética, destruíram o meio ambiente da mesma forma. Eu acho que há uma necessidade de compreender que a direita tem muito mais identidade com a esquerda do

que diferenças, infelizmente. A luta democrática é algo muito importante mas, para levantar a bandeira democrática, é preciso praticar democracia de verdade e conseguir fazer a inclusão social de forma ampla.

Se eu quero que o povo tenha melhor condição de vida, se eu quero que o povo tenha comida, ou que seja mais feliz, eu não posso destruir o planeta! Eles tiraram a Dilma, dizendo que estavam contra o projeto econômico dela, mas o projeto econômico dela é o mesmo que o PMDB está fazendo agora e é o mesmo que o PSDB fez. Qual é a diferença entre essas economias se, no final, estamos desmatando todo o Brasil?

Basta olhar para o agronegócio. Eu fui fazer uma palestra em Palmas, no Tocantins. Tenho um amigo que mora no interior do estado, motorista de ônibus escolar, e aproveitei para visitá-lo. Ele me disse que, enquanto leva os meninos para a escola, vê aviões sobrevoando a região e despejando agrotóxicos nas plantações de soja. Quem manda lá é a Kátia Abreu, e todos sabem que não há como reclamar. Precisamos de uma política ambientalista com personalidade própria, é isto que está faltando.

Tudo que acontece à nossa volta, mineração, agricultura, pesticidas, tudo é lavado pela água que depois vai para dentro dos rios. Se eu analisar a água de um rio, é como se eu fizesse um exame de sangue. Eu sei o que tem dali para cima.

Nós não vamos ter saúde se enxergarmos a saúde como coisa de Ministério da Saúde ou de Secretaria de Saúde, mesmo porque Ministério da Saúde só cuida de doença. Plano de saúde na verdade é plano médico, não é plano de saúde.

Nesse sentido, acho que deveríamos propor uma República Hidrográfica Federativa do Brasil, porque a república atual, com a divisão em municípios e estados, vem das Capitânicas Hereditárias. Primeiro dividiram o país em várias faixas, cortando povos indígenas ao meio, montanhas, rios. A visão territorial foi anarquizada, e a visão territorial é fundamental para o ser humano, para os animais, para a democracia e para a vida. Depois, para distribuir terras entre coronéis, os familiares de nossos senadores, que vêm dessa época, criaram os municípios, que são uma violência ambiental, territorial, ecológica.

Certo mesmo seria organizar o país de acordo com as bacias hidrográficas. As cidades estariam vinculadas a bacias hidrográficas: tudo o que acontecesse numa determinada região seria levado pela água para o fundo do vale. É importante entender que a água e os rios são eixos de mobilização, de monitoramento, de transformação. Aprendi isso nos últimos anos e mudei completamente minha visão de política, antes baseada apenas na luta de classes. A luta de classes não explica tudo.

Belo Horizonte tem uma área superficial de 330 quilômetros quadrados. Trata-se de um município pequeno, com uma população de cerca de 2 milhões e 400 mil pessoas. Temos duas bacias, a do rio das Velhas, que inclui o rio Arrudas, e a bacia do Izidoro, que inclui o ribeirão do Onça. Os dois rios se juntam e vão para o Rio das Velhas. Logo ao lado, temos o município de

Contagem que compartilha, em grande parte, essas mesmas bacias hidrográficas. No entanto, separaram os dois municípios. Contagem ocupa também uma parte da bacia do Paraopeba, que devia fazer parte do município de Betim. E a parte ligada ao rio das Velhas deveria ser parte de Belo Horizonte.

Dividir as bacias hidrográficas só cria transtornos. Basta olhar, em Belo Horizonte, para a lagoa da Pampulha. Ela é formada por rios que passam por Contagem e por Belo Horizonte, e isto torna praticamente impossível chegar a um acordo para despoluir a Pampulha. O que estão fazendo na Pampulha hoje é pura maquiagem! Temos mais de cem mil metros cúbicos de lixo e de esgoto chegando à Pampulha anualmente e querem simplesmente remover o lixo. Isso é para ganhar dinheiro. É imoral.

Há mais ou menos 700 quilômetros de córregos em Belo Horizonte, cerca de 300 deles canalizados. A minha proposta, partindo de uma visão ecossistêmica, é que todas as redes de córregos fossem recuperadas e arborizadas, que se tornassem áreas de proteção permanente. O poder público poderia começar na Serra do Curral, abordando alguns córregos que descem dali, até chegar ao rio Arrudas, no centro da cidade, para, em seguida, recuperar os córregos da margem esquerda do Arrudas, indo em direção à UFMG e abordando também os córregos da margem direita do Onça,

chegando finalmente até Venda Nova, no Izidoro. Seria possível, então, fazer todo esse percurso de bicicleta, ou andando a pé, e teríamos outra experiência de cidade. Atravessaríamos a pé toda a extensão de Belo Horizonte margeando córregos e rios. Temos uma malha hidrográfica perfeita para melhorar a vida da população, bem como a mobilidade. O que fizeram com Belo Horizonte até aqui foi pura destruição.

Aarão Reis, o engenheiro que planejou a cidade, disse mais ou menos assim: “Põe a cidade em cima desse lugar”. As pessoas que trabalhavam com ele, principalmente o urbanista Saturnino de Brito, desaconselharam. “Vamos deixar algumas montanhas, alguns rios”, eles disseram, mas Aarão Reis não abriu mão da ideia de que o ser humano (e a engenharia) tem que dominar a natureza. Em vez de combinar com a natureza, de deixar os rios bonitos, de preservar os dois lados dos rios como áreas de lazer, de pensar uma Cidade Jardim de verdade, de respeitar o ecossistema, de cuidar, optaram pela violência. Os nossos impostos vão até hoje diretamente para as empreiteiras, para canalizar rios e córregos. Basta olhar para isso que chamam de Boulevard Arrudas. É uma enorme vergonha para nós.

O ser humano precisa mesmo de uma mudança radical para construir uma vida saudável no planeta, esta deveria ser a base da política – a base da política deveria ser a volta do Jardim do Éden. *

Maria Rita Kehl nos coloca a questão do mal-estar gerado pela segregação e pela desigualdade na cidade. Bruno Pedralva traz a história da saúde pública, junto a um conceito que usamos muito no SUS, que é o da iniquidade em saúde. Apolo Heringer nos provoca sobre a importância de uma visão ecossistêmica a partir da água. O que eu gostaria de trazer, para fechar, é uma reflexão sobre a perspectiva da criança e da mulher. Tendemos a não aprofundar essa perspectiva, mas ela é fundamental quando falamos de saúde e bem-estar no meio ambiente urbano.

Precisamos pensar a cidadania – o convívio urbano de pessoas que são, pelo menos em tese, iguais e livres – também na perspectiva específica da criança e da mulher. Estou falando em olhar para os indivíduos mais vulneráveis e estabelecer, a partir deles, os indicadores pactuados de saúde, a medição de níveis de desenvolvimento, as políticas públicas (de saúde, mas também de educação, de moradia, de segurança) para toda a população.

A questão da criança me parece mais urgente do que qualquer outra. Proteger a criança significa proteger todas e todos. O direito à vida, em seu sentido mais fundamental, se constrói sobre questões como a pobreza, o acesso à água, o saneamento. Essas questões vão determinar a possibilidade de uma criança sobreviver ao primeiro ano de vida. Estamos falando

de vida ou morte de crianças. Só depois disso (das condições de sobrevivência da criança) vêm todas as outras questões: educação, creche, uma mãe educadora, o peso do trabalho, as violências do cotidiano, estresse, violência intrafamiliar, violência contra a mulher.

A mulher pode até ser livre na cidade, mas esta liberdade é restrita. Ela não tem pleno direito de ir e vir. Nós, mulheres, nos sentimos inseguras e nossa experiência de cidade é determinada por horários, lugares que frequentamos, a roupa que usamos. A mulher não se sente segura para usar a cidade, não tem direito ao próprio corpo, sofre violências cotidianas no trabalho, nas relações familiares, nas relações da escola, no parto, no aborto. Onde está a liberdade? Como ter saúde sem liberdade?

Outra dimensão fundamental para uma reflexão sobre uma vida coletiva saudável é a dos jovens. Nós vivemos uma guerra civil e não falamos dela. Os números da saúde mostram isso. A violência contra jovens negros e pobres, que na verdade morrem mais do que em guerra civil, não tem a visibilidade devida.

Como pensar os usos da cidade, ou a cidade como um ecossistema, de forma a contemplar as mulheres (sobretudo as mulheres da periferia), as crianças e os jovens? Só quando conseguirmos acolher as pessoas mais vulneráveis teremos cidades realmente saudáveis. Esse é um dos grandes desafios da atualidade. *

Se morar é um direito, ocupar é um dever

Charlene Cristiane
Guilherme Boulos
Silke Kapp
Leonardo Péricles
Isabella Gonçalves (comentário)

Sou moradora da ocupação Rosa Leão, na região da Izidora, onde há duas outras ocupações urbanas que são hoje objeto de ações de reintegração de posse: Esperança e Vitória. A ocupação Rosa Leão, assim como a Esperança e a Vitória, começou no ano de 2013. No início não éramos um grupo organizado, não havia movimento social. As famílias ocuparam o terreno porque ele estava abandonado, ocioso e não cumpria sua função social. Além disso, não conseguíamos mais pagar aluguel, simplesmente não tínhamos condições. Havia uma escolha a ser feita no final do mês: ou pagávamos aluguel ou comíamos. Por isso as famílias foram chegando e ocupando e, depois de duas semanas, já havia 1.200 famílias na ocupação.

Só a partir de então chegaram os movimentos sociais: as Brigadas Populares, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Comissão Pastoral da Terra. Logo em seguida vieram os apoiadores. Vieram universidades, como a PUC, a UNA e a UFMG, vieram as instituições religiosas, veio a Rede FALE, veio padre, veio pastor, vieram até tambores. Recebemos pessoas de vários lugares para nos ajudar a entender o que estava acontecendo, porque, de certa forma, fizemos a ocupação sem saber muito bem o que estávamos fazendo. Acreditávamos que bastava entrar, fazer uma barraca e morar. Evidentemente não era só isso. As questões que tínhamos ali iam muito além da moradia.

Charlene Cristiane

Minha mãe teve nove filhas mulheres e nos criou sozinha. Com cinco anos de idade, eu já morava em uma barraca de lona. Minha mãe não conseguia pagar aluguel, ela era raizeira. Ela colhia raízes para vender no Mercado Central, e isto não bastava para nos sustentar. Muitas vezes não tínhamos nem pão para comer. Carne, então, era algo que eu mal conhecia. Ia para a escola com um saquinho de arroz e um caderno. Pode parecer que esse tipo de coisa não existe, mas é muito real. Eu ia para a escola sem uniforme, sem nada.

O que eu vejo hoje na ocupação tem muito a ver com o que eu vivia quando tinha cinco anos. Estamos, as mulheres das ocupações, esgotadas por causa da luta. A luta nos desgasta. Eu tenho 34 anos, sou mãe solteira, tenho que cuidar do meu filho sozinha. E ainda luto na ocupação junto com milhares de famílias. Esse é um retrato típico das ocupações. Há muitas mulheres que são mães solteiras e que têm que se virar sozinhas dentro das comunidades. Há também muitos negros. Dentro das comunidades, a maioria das pessoas são mulheres, negros e negras. Essas pessoas não têm as mesmas oportunidades que os brancos. Os negros não têm os direitos e o espaço que os brancos têm.

Nós, das ocupações, lutamos todos os dias. Eu digo isso no plural porque nas ocupações todas e todos trabalhamos da mesma maneira e enfrentamos problemas parecidos. Se não temos um espaço para

descansar, para poder nos preparar para a luta diária, não temos vida. Por isso dizemos que “ocupar é um direito”. Trabalhamos o dia todo e, ainda assim, no final do dia vamos para casa, tomamos um banho e nos deitamos com medo de o trator vir no dia seguinte. O trator pode vir a qualquer momento. Às vezes as crianças vão para a escola sem saber se, ao voltar, a casa estará de pé. Somos perseguidos pelo medo da reintegração de posse.

Na ocupação Rosa Leão, somos divididos em 16 quadras. Ao lado da ocupação há uma fazenda. De vez em quando, pegamos leite lá. Dentro da ocupação também há uma área de preservação ambiental. Temos também uma horta comunitária. A moradia não está descolada das outras lutas. Estamos lutando também pelo meio ambiente. A área reservada está cuidada, temos sempre miquinhas por ali comendo banana.

Não podemos pensar a ocupação só em termos de moradia. Pelo contrário, nós pensamos em morar, plantar, colher, trabalhar, compartilhar. Dentro das comunidades, além de fazerem as próprias casas, as pessoas criam galinhas e vendem os ovos – isto é uma renda. As pessoas montam um ponto de *marmitex* – isto é uma renda. Quem cuida da horta comunitária vende as folhas (sem agrotóxicos) – isto é uma renda. Atualmente, muita gente que saiu da cruz do aluguel está tendo condições de ter a sua casinha, de se alimentar, de estar melhor de saúde.

A vida de quem mora nas ocupações é triste e doída, mas a luta por moradia também é uma luta bonita, porque acabamos formando famílias. Aprendemos a cuidar do outro, a nos preocuparmos com o outro.

O que fez esse bairro acontecer? Foi o governo? Foi o prefeito de Belo Horizonte? Foi a nossa queridíssima presidenta? Foi o Fernando Pimentel? Não. Foram as famílias que tiveram coragem de morar numa barraca de lona. Nós não moramos em barraca de lona porque achamos bonitinho. É doído. De noite faz muito frio, e quase sempre pinga dentro de casa. De manhã faz muito calor. Você não tem luz, não tem água, não tem saneamento – por isso temos que fazer fossas.

Tem gente na ocupação que precisa usar insulina. Insulina tem que ficar na geladeira, senão estraga. Mas a luz não funciona! E não é porque não queremos pagar pela luz! Da mesma forma, se não temos água, não é porque não queremos pagar pela água! É porque o município entende que as ocupações urbanas não existem. São áreas-fantasma, são pessoas-fantasma. Os fantasmas só existem quando saem de lá para construir no centro da cidade. Para limpar esses espaços. Quando a mulher da ocupação vem trabalhar como diarista no Mangabeiras, ela é maravilhosa. Secretária do lar.

Mas, quando vamos à Cidade Administrativa – que foi construída por muita gente das ocupações –, não podemos entrar. Nós elegemos um prefeito com nossos votos, mas não podemos entrar porque a Prefeitura fica fechada com correntes!

Andamos 28 quilômetros a pé, lá da Izidora – crianças, idosos, pessoas com muletas, mulheres empurrando

carrinhos. Ficamos com os pés cheios de bolhas. Andamos tudo isso para chegar à porta da Prefeitura e pedir que o prefeito receba uma comissão para resolver um problema que é dele – sim, nós estamos querendo resolver um problema que é dele. Mas ele não nos atende! Também caminhamos várias vezes até a Cidade Administrativa para sentar com o governador do estado, Fernando Pimentel, mas ele não nos recebe.

Vivemos todo dia com medo de um despejo, mas há períodos em que a ameaça é maior. Em julho de 2015, a Polícia Militar entregou um documento avisando que haveria uma reunião no dia seguinte para realizar o despejo. Despejo, para eles, significa quebrar tudo. Quebrar todas as casas que as pessoas construíram, de dia e de noite, para as quais pegaram empréstimos, deixaram seus empregos, ficaram devendo no depósito. Essas pessoas deram tudo por suas casas e não têm outro lugar para ir.

Fomos então para a MG-010 – crianças, mulheres, idosos, adolescentes, todos marchamos pacificamente para tentar conversar com o governador para acelerar as negociações. E a tropa de choque foi autorizada a sentar bala de borracha e *spray* de pimenta em todos. Nas mulheres, nas crianças. Foi um cenário de terror, de guerra. É aterrorizante ver uma bomba explodindo dentro de um carrinho de bebê de quatro meses. Se a mãe não tivesse tirado a criança, não quero nem imaginar o que teria acontecido com ela. Naquele dia vimos adolescentes

**Em três anos de luta na Izidora,
fizemos uma revolução. Nós
revolucionamos o lugar.
Aprontamos uma bagunça. Não
porque gostamos de bagunça,
mas porque queremos ser vistos e
escutados.**

caindo com o braço quebrado, idosos com falta de ar. Uma verdadeira loucura, em plena MG-010.

É um pavor imaginar o que pode acontecer num despejo em que a polícia cerca toda a área. Na Izidora a polícia já fez isso. Ninguém consegue chegar. Somos só nós e Deus lá dentro. Eles podem fazer o que quiserem conosco. É uma repressão absurda, sem sentido, desproporcional, porque as famílias dentro das comunidades das ocupações lutam pela moradia desarmadas. É muito fácil cercar, reprimir e bater em quem está desarmado.

A vida de quem mora nas ocupações é triste e doída, mas a luta por moradia também é uma luta bonita, porque acabamos formando famílias. Aprendemos a cuidar do outro, a nos preocuparmos com o outro. Nós nos tornamos psicólogos – tem gente que quer se separar do marido, tem gente que tem filhos com problemas com drogas, tem problema de todo tipo. E todo mundo acaba sendo psicólogo, juiz, polícia, enfermeiro, médico...

Morar em uma ocupação é aprender muito. Quem faz faculdade de psicologia aprenderia muito indo lá. Quem faz assistência social, também. Os assistentes sociais com quem converso quase nunca entendem nosso problema social. Nem escutar sabem. Na ocupação aprenderiam a ser assistentes sociais de verdade, porque a ocupação é um lugar em que as pessoas vão buscar

uma solução, um socorro. “Socorro, me ajuda, porque senão eu vou morrer, meu filho vai morrer, milhares de crianças, mulheres e idosos vão morrer”.

Se não tivermos moradia, trabalho, saúde, meio ambiente, cultura, lazer, educação; se não tivermos todos os nossos direitos fundamentais respeitados, como estão na Constituição – então temos que tentar fazer nós mesmos. Digo isso em nome das três ocupações da Izidora – Rosa Leão, Esperança e Vitória – e de suas milhares de famílias. Falo também em nome da Paulo Freire, da Tina Martins, da Maria Guerreiro, da Maria Vitória, da Eliana Silva, da Dandara, de todas as ocupações urbanas. A luta pela moradia não se resume à moradia, é uma luta por todos os direitos, por uma sociedade boa para se viver, em que tenhamos nossos direitos e nosso espaço respeitados. Negros, brancos, mulheres, *gays*, lésbicas, crianças, todas e todos.

Nesses três anos de luta na Izidora, fizemos uma revolução. Nós revolucionamos o lugar. Aprontamos uma bagunça. Não porque gostamos de bagunça, mas porque queremos ser vistos e escutados: “Socorro! Estamos excluídos! Precisamos de ajuda!”. Somos um povo só! É o povo brasileiro que está pedindo socorro. Direitos existem e estão sendo negados a todos nós, não só a quem mora na ocupação.

Tivemos duas grandes perdas recentes, de dois grandes coordenadores da ocupação Vitória: o Manoel

Bahia, que morreu em março de 2015, e o Ricardo Freitas, nosso querido Cadu, que faleceu em novembro de 2015. É como se tivéssemos perdido pessoas das nossas famílias lutando por um direito que é fundamental. Eles morreram em prol de milhares de famílias, lutando por dignidade humana. A luta da Izidora não vai parar por aqui. A cada dia que passa, ficamos mais conscientes dessa luta. A cada dia que passa, teremos mais famílias conosco, deixando o “Minha Casa, Minha Morte”, ganhando dignidade, qualidade de vida, alimentos mais saudáveis à mesa. Seguiremos fazendo nossa revolução. Não só pelos companheiros que se foram, mas também por todas as famílias que precisam de socorro, dentro e fora das ocupações urbanas. *

Para discutir moradia e direito à cidade é importante fazer um resgate histórico e entender como foram construídas as nossas cidades. Uma das principais características das cidades brasileiras – se não a mais marcante – é a segregação. Vivenciamos uma divisão radical do território. Há, de um lado, a cidade formal, onde moram os mais ricos e a classe média e, de outro, a cidade informal. Essa última é separada por muros, visíveis ou não, e nela impera a ausência quase total dos serviços públicos. Nela, na verdade, o único serviço público operante são as polícias militares – e não para garantir segurança, mas para reprimir e exterminar.

Se retomarmos a formação histórica de nossas cidades, veremos que, no começo, na maior parte delas não existia o que se conhece hoje como periferia ou subúrbio. Havia mais diversidade na cidade. Até os anos 1940, São Paulo, por exemplo, era uma cidade em que as vilas operárias e os cortiços estavam em bairros geograficamente centrais. Regiões como Bixiga, Brás e Mooca eram bairros operários em que o trabalhador e a trabalhadora moravam ao lado de seus patrões. A segregação social ainda não estava marcada no território.

Num dado momento, no entanto, houve uma forte expansão urbana ligada ao processo de industrialização. Essa expansão se deu como expulsão, e a expulsão tinha como principal objetivo a higienização. A intenção era jogar os mais pobres para as bordas, para o mato, para

aquelas que então eram chácaras e que vieram a ser as periferias. Nesse processo, muitas vezes foram deixadas vazias as áreas entre os loteamentos populares das periferias e as regiões centrais. Esse foi o mecanismo central, o *modus operandi* da especulação imobiliária. Entre o centro e a periferia ficaram imensas áreas vazias.

O centro continuava sendo o local em que se concentrava a oferta de serviços e empregos e em que estavam disponíveis os serviços públicos. As pessoas jogadas às margens continuavam precisando trabalhar e se deslocar para o centro todos os dias. Para isso, precisava-se de infraestrutura. Eram necessárias linhas de ônibus e estradas, além de luz e água. Para chegar do centro à periferia, naturalmente tudo isso passaria pelas áreas intermediárias, não havia como ser diferente. Esse foi o primeiro grande mecanismo da especulação imobiliária: valorizar áreas intermediárias através da necessidade de serviços públicos para as periferias.

Essa lógica passou rapidamente a ser a lógica dominante. Ela foi mudando, mas continua estruturando o funcionamento de nossas cidades e, por isso, o Brasil é conhecido por ter algumas das cidades mais segregadas do mundo. Temos uma especulação imobiliária que atuou durante décadas e em muitos lugares ainda atua, sem qualquer freio, sem qualquer regulação pública, sem qualquer controle social. Molda a cidade à sua vontade, de acordo com os seus interesses de rentabilidade e de lucro.

Isso, evidentemente, não se deu sem resistência. Sabemos que é um mito a história de que o povo brasileiro é um povo apassivado, de que o povo brasileiro é um povo que aceita as coisas calado, que não resiste. A nossa é uma história de resistência, desde os povos originários, passando pelos quilombos, por diversas revoltas, pelo surgimento do movimento operário, pelo movimento popular. Em 1917, quando as nossas cidades eram praticamente vilas, durante a Grande Greve, uma das pautas colocadas foi o congelamento do valor dos aluguéis. A questão da moradia já estava colocada naquele momento.

Na década de 1940, ocorreram greves de inquilinos. Fala-se pouco disto, mas houve organizações de inquilinos nos bairros, já naquela época. O mecanismo do aluguel, que vivemos e testemunhamos hoje, sempre funcionou como mecanismo de expulsão. Quando há elitização de uma região, isto tende a ocorrer graças ao aumento do valor dos aluguéis. Quem não tem casa própria é expulso da região em que há aumentos.

Nos anos 1970 e 1980, a resistência se traduziu em ondas de ocupações. A década de 1980 foi uma década de muitas ocupações urbanas. Naqueles anos surgiram vários movimentos organizados pela moradia e as nossas cidades viram ocupações organizadas, combativas, articuladas em movimentos sociais. A luta por moradia é também uma luta por direito à cidade.

Qualquer luta urbana passa pelo enfrentamento da lógica do capital imobiliário. É o capital imobiliário que piora as condições de moradia, aumentando o valor do aluguel, empurrando as pessoas para mais longe e, portanto, agravando também o problema da mobilidade urbana, porque as pessoas têm que percorrer distâncias maiores todos os dias para ir e voltar do trabalho. Essa mesma lógica também piora os serviços públicos porque expande a cidade e joga as pessoas em territórios em que não há creches, escolas, atendimento à saúde, equipamentos culturais. Os problemas urbanos estão todos intimamente ligados.

Foi em torno desses problemas que muitos movimentos se articularam nos anos 1980, sob a bandeira da reforma urbana. Eles obtiveram importantes conquistas com a constituição de 1988. Esses mesmos movimentos, um pouco mais arrefecidos, mas ainda mobilizados durante os anos 1990, produziram o Estatuto das Cidades em 2000 e 2001. Com a chegada do PT ao poder, a partir do governo Lula, construiu-se uma forte expectativa de que, enfim, haveria uma política urbana democrática que barrasse os interesses do capital e que pudesse democratizar os territórios, assegurando o direito à cidade.

É verdade que nunca houve tanto investimento nas cidades como nos 13 anos dos governos Lula e Dilma – os números mostram isto claramente. Houve um volume

de recursos destinado às cidades – ao saneamento, ao transporte, à moradia – até então inédito. No entanto, esses recursos foram, muitas vezes, associados à expansão do crédito, particularmente do crédito imobiliário.

Em 2005, o estoque de crédito imobiliário no Brasil era de, aproximadamente, 5 bilhões de reais entre empréstimos concedidos para o setor da construção civil (para fazer casas) e para adquirir casas. Dez anos depois, esse número havia saltado para 102 bilhões. Estamos falando de um aumento de mais de 2.000% no crédito imobiliário no país.

Aumentou o investimento em moradia, aumentou o saneamento. Mas isso se deu sem qualquer política efetiva de controle da especulação imobiliária e de regulação do mercado imobiliário. O resultado é que esse enorme montante de capital de investimento se tornou o maior surto especulativo da nossa história recente e a terra passou a ser ouro nas grandes cidades. A maior valorização média do metro quadrado entre as grandes cidades brasileiras foi a do Rio de Janeiro – cerca de 260% em oito anos. Outras capitais ficaram com algo entre 150 e 200%. É muito.

Há, talvez, uma mentalidade ideológica tacanha que diz: “Valorização é bom, melhora”. Mas bom para quem? A valorização se traduz em expulsão e segregação para a maior parte das pessoas. Quando se valoriza uma região, isto significa aumento do custo de vida, despejos e remoções; isto significa que quem mora de aluguel vai ter que procurar uma região mais distante para morar.

Por incrível e contraditório que pareça, o período de maior investimento em política urbana foi também um período de grande agravamento do problema da moradia e dos problemas urbanos em geral. Não é à toa que a crise da mobilidade deságua em Junho de 2013. As cidades foram se tornando barris de pólvora. Houve nelas mudanças muito rápidas, mas essas mudanças só reproduziram a lógica da segregação e da desigualdade.

O Minha Casa Minha Vida foi o maior programa de habitação popular da história do país. Entregou até hoje pouco mais de 2 milhões de casas. O déficit habitacional, que é o número de famílias sem moradia no país, era, quando o programa foi lançado, em 2009, de cerca de 5,3 milhões de famílias sem-teto. E qual foi o resultado? O déficit subiu para 5,8 milhões de famílias sem-teto! Isso se explica pelo fato de o ritmo de produção de novas casas, mesmo num programa amplo, ser menor do que o ritmo com que esse nosso modelo de cidade cria novos sem-teto por meio da valorização imobiliária e da expulsão, dos despejos, do aumento do aluguel e do aumento do valor da terra.

As nossas cidades foram se tornando verdadeiras máquinas de criar sem-teto e, portanto, não adianta apenas produzir moradia. É claro que é importante ter uma política de provisão habitacional, mas não adianta apenas fazer casas, pois isto não vai resolver o problema de moradia, quanto menos tocar nos problemas urbanos.

Sabemos que é um mito a história de que o povo brasileiro é um povo apassivado, que aceita as coisas calado, que não resiste. A nossa é uma história de resistência, desde os povos originários, passando pelos quilombos, por diversas revoltas, pelo surgimento do movimento operário, pelo movimento popular.

Não é à toa que nos últimos anos também ocorreu um aumento das ocupações. Belo Horizonte é um exemplo disso, assim como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Algumas das principais capitais do país viram um novo ciclo de aumento das ocupações urbanas. Isso nos deixa uma lição para pensar a política urbana: não basta ter investimento público. O investimento público é essencial, mas ele precisa vir acompanhado de controle social e enfrentamento da especulação imobiliária, que é o câncer da segregação social das cidades.

Esse processo de 13 anos chegou a um limite. O governo que assumiu após o golpe parlamentar agora aplica um programa de redução drástica de investimentos sociais. Isso nos coloca em um novo período da política pública urbana no país, porque os investimentos secaram. Já haviam começado a secar em 2015, e agora todo o esforço do governo que assumiu é no sentido de secá-los de vez. Se, por um lado, se poderia até pensar que, sem investimento, a especulação imobiliária vai desaquecer, a questão central é que estamos adentrando um período de recessão dura no país, com aumento do desemprego, redução da massa salarial e uma piora geral na condição de vida dos trabalhadores. Há uma tendência ao colapso dos serviços públicos. E para pensar a cidade é essencial pensar os serviços públicos.

As primeiras coisas que muitas famílias de trabalhadores fizeram quando, há dez anos, tiveram

acesso a condições melhores de consumo foram contratar um plano de saúde privado e colocar os filhos numa escola privada, ainda que de bairro. A primeira coisa que essas famílias fazem agora, quando o orçamento aperta, é voltar para o SUS e para a escola pública. Precisamente num momento em que o investimento em saúde e educação reduz-se por um ajuste fiscal. Há um aumento da demanda e uma redução da oferta – isto é colapso. Se os serviços de saúde e de educação já são precários, é triste imaginar o que teremos pela frente. As condições de vida nas cidades tendem a se agravar profundamente no próximo período. Querem, inclusive, acabar com o programa habitacional que, de algum modo, neutralizava e evitava um aumento ainda maior do déficit.

O pior cenário possível é quando se vive o que os economistas chamam de estagflação, que é uma estagnação econômica acompanhada de inflação. O aluguel já compromete, de forma duríssima, o orçamento familiar de milhões de famílias que vivem nas periferias urbanas no país. Numa situação de crise econômica e com um governo disposto a aplicar políticas de ataques duros a direitos e programas sociais, o que teremos nas nossas cidades provavelmente será mais tensão urbana. As lutas e os conflitos sociais devem se amplificar – e muito. As nossas cidades tendem, nos próximos anos, a se tornar verdadeiros caldeirões de conflito social.

O que tendemos a ter, do ponto de vista da luta pela moradia e da configuração urbana, é uma nova e enorme onda de ocupações nas cidades. Não porque as pessoas queiram, não porque os movimentos planejam, mas fundamentalmente porque as pessoas não terão alternativa. Essas pessoas vão morar em barracos de lona, pisar no barro, passar pelo frio, pela ausência de saneamento e de infraestrutura. Elas só fazem isso porque não têm alternativa.

Quando não há política pública, a única escolha é fazer política pública com as próprias mãos. Isso significa formar comunidades, ocupar, construir o próprio espaço. Tenho certeza de que a luta por direito à cidade vai ter um papel importantíssimo na conjuntura que virá.

Então teremos, finalmente, que discutir alternativas de reforma urbana para além da política pública, da efetivação do Estatuto das Cidades e da função social da propriedade. Teremos que discutir outras formas de reforma urbana, formas feitas pelo povo organizado em movimentos sociais, com a construção de uma resistência que, muitas vezes, não passará pelo Estado. Esse é o debate que teremos que travar firme e criticamente no próximo período, para escapar de um debate clássico e puramente teórico. *

Sou uma pessoa de conceitos, e trago conceitos porque não participo de nenhuma ocupação ou movimento. O que trago é uma discussão abstrata. É por isso que começo com três noções, para em seguida discutir um modelo de ocupação bem diferente do modelo que temos no país.

A primeira é a noção de capital ou de capitalismo. Não vou tentar explicar em detalhes, mas gostaria que tivéssemos em mente que, quando falo em capital ou capitalismo (e estes são termos que vão aparecer mais à frente), não estou me referindo a figuras de charuto e cartola, nem à bolsa de valores e tampouco aos empresários gananciosos que causaram a crise de 2008 ou aos patronos da ideologia neoliberal. Capital é uma relação social da qual todos nós participamos, que se constituiu historicamente e que é reproduzida por todos nós cotidianamente, ainda que não deliberada e conscientemente. É um pouco como a linguagem. Não poderíamos dizer: “Existe um autor da linguagem”. Ela é feita por todas as pessoas, mas sem orquestração de ninguém.

O trabalho e também o desemprego e a pobreza parecem girar em torno do grande capital como se fossem elementos marginais ou efeitos colaterais, mas são igualmente centrais para o modo de funcionamento do capital. Mais uma vez, é preciso ter isso em mente quando eu me refiro ao capital: não estou falando de alguns sujeitos maus.

Uma segunda questão que eu gostaria de trazer é a diferença entre as noções de paradoxo e contradição. Paradoxos são as coisas que vão contra a *doxa*, a opinião, a nossa intuição, aquilo que achamos justo ou aquilo em que a própria ideologia do capital nos faz acreditar há mais ou menos 200 anos. Poderíamos dizer, por exemplo: “É um paradoxo que o capitalismo – ou o capital – seja um modo de produção que, apesar de gerar uma grande quantidade de mercadorias, não consegue dar conta de dar para todo mundo uma vida materialmente razoável”. Isso é um paradoxo porque contraria nosso senso de justiça. Mas, do ponto de vista do capital ou da lógica do capital em si, não há nenhum problema, porque essa lógica não implica que todos vivam bem. Esse não é o objetivo. O objetivo é, basicamente, a acumulação; a lógica do capital é uma lógica de acumulação.

Mas, por outro lado, é uma contradição que o capital precise de trabalho para continuar crescendo, que precise explorar este trabalho a ponto de extingui-lo, exterminá-lo. Se ele não tiver nenhum limite, ele devora a si mesmo, porque, se não se houver mais trabalho, não há mais capital. Nesse caso, temos uma contradição, e não um paradoxo.

“Se a moradia é um direito, ocupar é um dever”. Eu gostaria de desmontar um pouco essa frase. Que a moradia seja um direito é algo que vai contra o

paradoxo de existirem pessoas que nascem sobre a Terra e não têm onde morar, ou seja, não têm onde ficar. Mas no trecho “ocupar é um dever” há uma possibilidade de saída, ou pelo menos uma possibilidade de manter as pessoas conscientes de que existe uma forma de superar esse modo de existência paradoxal da nossa sociedade, o capitalismo. Nesse sentido, acho que ocupar é mais importante do que morar.

Tendo identificado o paradoxo que está no fato de que muitas pessoas não têm onde morar, passemos à contradição. O conjunto dos capitais não consegue produzir para si mesmo as condições necessárias para a própria existência. Se a especulação expulsa as pessoas do centro da cidade e, no final, não há transporte, temos uma contradição. O capital influencia, determina e até produz espaços, mas estes espaços não necessariamente funcionam para que ele continue existindo. O capital é contraditório em si mesmo. Trata-se de um modo de produção que tende a se implodir, ou seja, a acabar com as próprias possibilidades de existência e expansão.

Marx falou disso no século XIX e até hoje vemos que esse modo de produção continua de pé. Minha hipótese aqui é de que ele continua de pé exatamente porque existem movimentos de resistência – o que, para nós, é, de novo, um paradoxo. Foram impostas resistências à lógica do capital em todas as suas instâncias, desde o século XIX. Essas resistências

A produção – e os trabalhos relacionados a ela –, que oficialmente não deveria tolerar a existência de favelas, ocupações ou qualquer tipo de informalidade, depende exatamente destes espaços informais para existir. O capitalismo no Brasil se instituiu dessa maneira.

produziram aquela parte do Estado que chamamos de bem-estar social, ou programas sociais. Elas produziram também outras lógicas, alternativas e possibilidades – ou pelo menos mantiveram em nossa consciência a ideia de que as coisas poderiam ser diferentes. De certa forma, elas colocaram limites ao capital que impediram que ele devorasse a si mesmo.

Há aqui uma enorme ambiguidade. As ocupações, que servem como saída, alternativa ou contraponto, servem também para a manutenção das coisas como elas são.

No Brasil isso é particularmente evidente. O país se industrializou com base na dita mão de obra barata. Como não se paga moradia, caem os salários, ou seja, o salário pode ser mais baixo porque o trabalhador tem que se virar, mora de qualquer jeito, com poucos recursos e muito sobretrabalho. Se os salários podem ser mais baixos, conseqüentemente a taxa de mais-valia que, no final das contas, se torna taxa de lucro, pode ser mais alta. O Brasil é o paraíso para o investimento de capitais multinacionais. E assim se industrializa o país. A própria produção – e os trabalhos relacionados a ela –, que oficialmente não deveria tolerar a existência de favelas, ocupações ou qualquer tipo de informalidade, depende exatamente destes espaços informais para existir. O capitalismo no Brasil se instituiu dessa maneira.

Vamos, no caso das ocupações, simplesmente arrumar uma forma de os trabalhadores se acomodarem

de modo que eles estejam à mão quando o capital, mais uma vez, precisar deles (quando houver crescimento ou, simplesmente, como subemprego)? Ou é possível pensar as ocupações em um sentido que vá além desse simples suprimento subterrâneo, sub-reptício, daquilo que o capital não dá conta de fazer por si mesmo?

Tenho um exemplo. Não vejo nele nenhum ideal, mas o considero interessante por jogar sobre essa questão um olhar ligeiramente diferente. A cidade de Berlim ficou, durante a Guerra Fria, entre os blocos do chamado Socialismo Real e do chamado Capitalismo de Mercado. Essa cidade ficou numa situação atípica e, de certa maneira, não sofreu as mesmas disputas de capitais por sobrelucro de localização que houve em outras cidades.

Em Berlim houve, entre 1970 e os dias atuais, cerca de 700 ocupações – algumas de terrenos e a grande maioria de edifícios antigos. Mais ou menos um terço dessas ocupações foram legalizadas, muitas foram removidas e uma grande parte continua em disputa judicial até hoje. Mas há uma diferença interessante em relação às ocupações aqui. Elas eram feitas principalmente por pessoas jovens com articulação na mídia e tiveram grande visibilidade.

Hoje pode-se dizer que houve ocupações que não tiveram nenhum impacto e que até mesmo as 300 ocupações que foram legalizadas não representam muito no quadro geral da cidade. Mas tenho absoluta convicção

Aquilo que refreia o capital e lhe impõe um limite é o que evita que ele devore a si mesmo. E que, de certa forma, mantém o estado das coisas.

de que há várias características da cidade de Berlim contemporânea que se devem a essas ocupações. Muitos edifícios não foram demolidos porque foram ocupados – edifícios velhos, partes antigas da cidade. Preservou-se muito o patrimônio. Mas, mais do que preservar os edifícios construídos, as ocupações preservaram também outros edifícios, não ocupados, porque o custo para o capital imobiliário da demolição de certa região para construir um novo complexo de apartamentos chiques ou qualquer coisa que o valha passou a ser também um custo social – e mesmo publicitário – muito alto. Pensava-se duas vezes. Logo depois da primeira grande onda de ocupações, que foi por volta de 1980, o capital imobiliário se viu forçado a imaginar um novo plano, que tinha a ver com o saneamento dos edifícios já existentes. Isso, sem dúvida nenhuma, é um efeito evidente das ocupações.

Outro efeito que me parece bem evidente é o fato de o preço dos aluguéis em Berlim, apesar de já ter subido muito, ainda ser relativamente baixo comparado a outras cidades. A partir do momento em que acontecem muitas ocupações, o Estado – no caso, a prefeitura – teme mais ocupações. A consequência é que cresce o constrangimento para realizar qualquer política que resulte no aumento de aluguéis. As ocupações, portanto, não estão segurando só aquilo que está fisicamente ocupado, mas toda uma política habitacional e urbana.

Mais um aspecto que me parece crucial é que se criou uma cultura de protesto. Houve milhares de pessoas na rua, muitas vezes apenas simpatizantes e apoiadores, simplesmente pelo fato de considerarem que aquilo era justo naquela circunstância, e pronto. Hoje em Berlim é difícil privatizar ou vender qualquer edifício ou terreno público, qualquer área verde. As pessoas saem para a rua. Elas não acham que isso é coisa de marginais. Esse efeito, em certo sentido, aconteceu um pouco em 2013 por aqui também, e tomara que continue acontecendo para o bem, que as pessoas tenham coragem para protestar.

É importante considerar, por outro lado, que as ocupações não representaram nenhuma revolução, nem mesmo em Berlim. A cidade é hoje uma cidade *cult*. Ela é conhecida pela economia criativa porque não é tão segregada como as nossas cidades. Ela tem segregação também, é claro, mas os centros, os lugares em que ainda continuam morando pessoas de vários tipos (que, diga-se, são cada vez menos) se tornaram uma espécie de atração turística e atração para os capitais da dita “economia criativa”.

Há, enfim, uma ambiguidade inerente a essa questão porque aquilo que refreia o capital e lhe impõe um limite é o que evita que ele devore a si mesmo. E que, de certa forma, mantém o estado das coisas. Por outro lado, dentro da cultura das ocupações, criam-se formas de comunicação, formas de compartilhamento, de

superação. A ideia clássica de propriedade privada, por exemplo, é muitas vezes superada, mesmo que em parte. Surgem outras técnicas construtivas, conhecimentos novos que não existiriam em outras situações. Mas, ao mesmo tempo, mais uma vez, tudo tende a voltar e ser reaproveitado dentro da lógica dominante.

É preciso um esforço enorme para manter essa alternativa, o contraponto à lógica do capital no espaço e na prática cotidiana. E sinto que, por causa de toda a precariedade, falta ultrapassarmos a ideia de ocupação como necessidade para chegarmos à ideia de ocupação como uma possibilidade de superação, como construção de outro modo de conviver em sociedade – mesmo que sejam pequenos ensaios. Sinto que falta a consciência de que poderíamos fazer tudo diferente.

Em Berlim, com todas as restrições, as ocupações conseguiram ter visibilidade suficiente para que passassem a representar outro modelo de vida urbana. Nosso contexto é outro, mas gosto da ideia de criar visibilidade, de ampliar a discussão e de construir a consciência de que as ocupações podem ser algo que vai além da clássica conquista da moradia. A moradia, em si, não é nada mais do que o lugar em que se guarda a força de trabalho durante a noite. *

A moradia faz parte do que é mais essencial, das condições materiais básicas que permitem todo o resto, como poder se alimentar todos os dias. Não fomos nós, dos movimentos pela moradia, que inventamos isso. Marx dizia que, sem o básico, ou seja, sem a moradia ou o alimento, é impossível fazer política, assim como é impossível pensar em religião, ciência e arte. Estamos falando de algo fundamental para o cotidiano das pessoas.

Se há alguém que luta para que não haja mais ocupações, este alguém são os movimentos de luta pela moradia. Somente com a efetivação do nosso objetivo, que é o de que todas e todos tenham onde morar, será possível não precisar mais de ocupações.

Em 2009 a Prefeitura de Belo Horizonte fez um estudo, o Plano de Habitação de Interesse Social, executado pela professora da Escola de Arquitetura da UFMG Júnia Ferrari. Ela publicou um artigo que condensava os dados do estudo. O engraçado é que, logo em seguida, os dados sumiram do *site* da prefeitura. Mas eles diziam algumas coisas muito relevantes. Um forte discurso que existe hoje no país é o de que não existem terrenos disponíveis. A ausência de terrenos seria um grande problema – se não há terrenos, a moradia fica mais cara. No entanto, os dados da Prefeitura de Belo Horizonte apontam que, considerando-se apenas os terrenos de uso de interesse social (note-se que há um recorte: estamos falando

apenas de terrenos que têm como vocação a construção de moradia para gente de baixa renda), há como assentar 330 mil famílias em Belo Horizonte.

Não há algo estranho? O déficit oficial de moradias em Belo Horizonte, declarado pela prefeitura, é de 65 mil unidades! Isso significa que seria possível assentar cinco vezes – ou mais – o número de famílias que a prefeitura afirma precisarem de moradia. Segundo os nossos cálculos, o déficit real é o dobro do oficial. Ainda assim poderíamos assentar quase três vezes o déficit real, ou a necessidade habitacional, que deve se ampliar para além disso, como a urbanista Raquel Rolnik coloca muito bem.

Se fizermos levantamentos e estudos sobre os imóveis que estão vazios hoje na maioria das cidades do país, muito provavelmente veremos números bastante parecidos. A maioria desses terrenos, como vários estudos comprovam, estão na mão de particulares e chegaram à mão dessas pessoas por esquemas, conluíus com cartórios, ligações com a especulação imobiliária.

Isso também deve ser dito e repetido. As pessoas frequentemente manifestam dúvidas com relação à questão da propriedade: “Mas esse negócio de ocupar é direito mesmo? Porque coitado de quem comprou, de quem tem a propriedade”. É muito comum que as pessoas se refiram aos moradores de ocupação como “esses invasores”. Mas na verdade o invasor foi outro. Esse invasor geralmente tem capital, tem recursos para

fazer o que faz impunemente. Trata-se de uma invasão muito bem organizada e muito bem distribuída nas grandes cidades, inclusive nos locais onde os terrenos estão bem mais valorizados. Só não aprendemos a perceber dessa forma.

O que vemos hoje é a total ausência de combate à especulação imobiliária. Se não há controle sobre o preço dos aluguéis no país, por exemplo, não há como enfrentar a grande especulação e impor limites a ela. Isso acaba representando um problema para as próprias ocupações, até porque estamos num sistema capitalista, e as pessoas tendem a reproduzir as práticas do grande capital. É de se esperar que este tipo de situação, a especulação, chegue até nós, também.

Outra questão que deve ser levantada é a da dívida pública. Se estamos discutindo moradia, vamos precisar de recursos. Até mesmo usando o que já existe, é preciso fazer adequações. Nada acontece sem investimento. Os dados da Auditoria Cidadã da Dívida, um grupo sério que estuda essa questão no país, apontam que foram pagos, só em 2015, 950 bilhões de reais em juros e amortizações da dívida. Essa é uma quantia espantosa. Se dividirmos esse valor pelos 365 dias do ano, teremos impressionantes 2,62 bilhões de reais por dia. Então nos propusemos a pensar esse valor em termos de moradias, partindo da experiência do MLB (o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) em Belo Horizonte.

Queremos que as ruas tenham os nomes que demos a elas. Temos uma creche que é autogestionada e queremos que continue assim. Não teremos asfalto, para evitar que o lugar se torne quente demais e para não impermeabilizar o solo. Vamos ter calçamento. São questões que parecem pequenas, mas não são.

Pensemos, como exemplo, no custo de uma casa popular. Normalmente há também o custo do terreno, mas para a moradia popular nem precisaríamos pagar por um terreno. Há vários mecanismos legais que preveem isso. Um deles é o IPTU Progressivo no Tempo. Trata-se de um instrumento previsto no Estatuto da Cidade que permite ao governo municipal aumentar, progressivamente, o valor da alíquota do IPTU de um imóvel se o proprietário não dá a este imóvel a utilização prevista no Plano Diretor. Se esse instrumento fosse colocado em prática, não pagaríamos pelo terreno. Ele seria expropriado. Se a propriedade não está cumprindo sua função social, nada mais justo do que expropriá-la para fazer moradias. Se os prefeitos quisessem, fariam isso. Não fazem porque estão ligados ao grande capital.

Conseguimos fazer uma casa popular com 40 mil reais. Como o país está em crise, podemos acrescentar algo mais, bem como um valor de assessoria técnica, que é fundamental para que a moradia seja a mais digna possível, e um valor para a urbanização do terreno. Dobremos, portanto, esse valor. Com 80 mil reais por casa poderíamos fazer 32.500 casas populares com o que é gasto *por dia* com o pagamento de juros da dívida pública. Isso é um escárnio. E, claro, não só no que diz respeito à moradia. Muita coisa poderia ser feita com esse dinheiro.

Uma das pautas das Jornadas de Junho de 2013 era a Reforma Urbana. E essa reforma urbana só vai

ser feita a partir das mobilizações, das lutas. O Jango foi derrubado porque ele assinou o início da reforma agrária no Brasil – este foi certamente um dos fatores que levaram à derrubada dele, num país em que menos da metade da população era urbana. Hoje temos quase 200 milhões de pessoas nas grandes cidades do país. A reforma urbana é fundamental e precisa ser debatida. Ela deve, inclusive, abarcar várias outras lutas – por educação, por transporte, por saúde. Não há outra forma de avançar nas grandes cidades.

O aumento recente das lutas, infelizmente, veio acompanhado por um aumento da criminalização. O Guilherme Boulos, por exemplo, está sendo processado pelo DEM e pelo PSDB por defender que é preciso fazer mais ocupações no país. Várias lideranças populares enfrentam a violência do Estado cotidianamente. E me parece que essa violência existe nas periferias com um propósito, inclusive, que é o de eliminar o excedente de mão de obra. Há vários mecanismos para eliminar essas pessoas. Trata-se de uma questão muito séria, diretamente ligada à violência urbana que estamos vivendo. Essa violência tem origem no Estado. Os processos que temos visto recentemente criminalizam a luta social. Que as ocupações passem a ser consideradas como crime é um sinal disso.

O principal legado das ocupações, em minha opinião, é seu exemplo prático. Conquistamos nossa

moradia e não foi pedindo, mas enfrentando uma situação complexa e adversa. E mesmo diante de tanta adversidade a maioria das ocupações está dando certo. Isso é muito importante. Até mesmo nos casos das ocupações que não deram certo, fica o exemplo: se não lutarmos, a coisa não muda.

Eu moro na Ocupação Eliana Silva, no Barreiro. E posso falar com propriedade da ocupação onde moro. Estamos agora em um processo de articulação de lutas para garantir que a ocupação se torne um espaço urbanizado, que sejamos reconhecidos pela cidade formal. Acreditamos que esse é um direito fundamental que precisamos trabalhar, e que para isto devemos estar conectados às outras lutas para mudar a sociedade. Não podemos reduzir a nossa luta só à moradia. Há alguns anos, não havia ligação de água oficial numa ocupação. Isso começou com a Eliana Silva. Sequestramos o caminhão da Copasa e dissemos: “Só sai daqui na hora em que ligar”. Estava faltando água na comunidade, não havia outro meio. E resolveu-se o problema. Ligaram a água na Eliana Silva, ligaram na Camilo Torres, que é uma ocupação próxima, ligaram na Irmã Dorothy e agora estão ligando em outras comunidades importantíssimas, como a Dandara.

A CEMIG, companhia de energia de Minas Gerais, já prometeu que fará ligações em um mês. Já estávamos começando a ocupar a CEMIG! Conversamos muito

e finalmente vão começar a fazer a ligação de energia elétrica na nossa comunidade, para, em seguida, fazer nas outras. A Eliana Silva vai funcionar como um piloto.

A Copasa está ligando também a rede de esgoto. Antes de isso acontecer, nos esforçamos para preservar uma nascente que existe dentro da ocupação. É importante lembrar esse tipo de ação, porque muitas vezes somos acusados de acabar com o meio ambiente. Estamos lutando há um tempo para que parte do terreno em que estamos vire um parque. Queremos criar o Parque das Ocupações. Fizemos um projeto com a Escola de Arquitetura da UFMG, e queremos que seja um parque para os pobres.

Também estamos lutando para que o processo de urbanização de nossas comunidades seja feito do nosso jeito, e não do jeito que a prefeitura quer. Os planejadores e urbanistas seremos nós. Queremos que as ruas tenham os nomes que demos a elas. Temos uma creche dentro da comunidade que é autogestionada e queremos que continue assim. Não teremos asfalto, para evitar que o lugar se torne quente demais e para não impermeabilizar o solo. Vamos ter calçamento. São questões que parecem pequenas, mas não são. São formas de resistir a tudo que está aí, de acumular forças para novos enfrentamentos que não dependem só das ocupações, mas de todos que estão dispostos a lutar contra o que nos massacra e oprime.

Podemos fazer muita coisa quando juntamos gente, quando pensamos juntos, quando agimos juntos e ousamos juntos. Os pretos pobres de periferia, que estão acostumados a só abaixar a cabeça, a limpar, a ir ao centro trabalhar, eles não são só subalternos: nas ocupações eles mandam! Isso é fundamental – precisamos ensinar as pessoas a mandar também. Juntos podemos mandar. *

O debate sobre moradia não é um debate sobre casas, estruturas físicas. É um debate sobre o direito à cidade e, mais do que isto, sobre todo um histórico de colonialismo, de racismo e de construção predatória das cidades. Morar sempre foi um privilégio e ocupar é uma necessidade para a maioria do povo brasileiro. Ocupar é um dever de sobrevivência, mas, como temos visto, pode ser muito mais do que isto.

O poder público toma as ocupações não apenas como inexistentes, mas como inimigas. A lógica conservadora de gestão das cidades diz: “Você é um morador de ocupação. Você é pobre e é preto. Você, portanto, está invadindo uma terra”. Por que é que nunca se fala nas várias invasões de ricos que tivemos nesta cidade? O Mangabeiras, o Belvedere... Na lógica do poder público, fica evidente quem é o criminoso e quem deve ser punido. E como se dá essa punição? A ambulância não entra na comunidade. Os moradores não têm acesso ao serviço básico de saúde pelo SUS ou ao cadastro único para receber os benefícios de políticas sociais. A ocupação é entendida como espaço do não direito e é por isso que a luta das ocupações urbanas não é apenas uma luta por moradia.

A luta das ocupações urbanas também é luta contra a violência à mulher, é luta pela construção de espaços coletivos como creches e hortas, é luta contra as contradições do capital. Estamos falando de

espaços que muitas vezes, à revelia do Estado, têm que construir o próprio Plano Diretor participativo para imaginar e sentir a cidade.

É daí que surge uma lição muito relevante para todos nós: a dignidade não virá amanhã. Os moradores das ocupações não vivem o socialismo e nem o melhor dos mundos. Mas não querem esperar a revolução para serem felizes. Querem ser felizes agora, e experimentar a cidade que muitos de nós queremos, agora. *

Planejar a cidade a muitas mãos

Fernando Mello Franco
Izabel Dias Melo
Marcos L. Rosa
Wellington Cançado (comentário)

Refuto a ideia de que o Brasil e, principalmente, São Paulo, território que conheço melhor, se fizeram à revelia do planejamento. Temos uma série de ações públicas e, sobretudo, privadas que concatenaram visões de curto, médio e longo prazo e que definiram a construção de uma base técnica e material que deu suporte para todo o processo violento de urbanização, modernização e industrialização de São Paulo, a maior metrópole do hemisfério sul.

Foram necessárias inúmeras ações orquestradas. Gosto de trabalhar com a ideia do professor Goffredo da Silva Telles, da Faculdade de Direito da USP, que, segundo a lenda, dizia para seus alunos de primeiro ano que não existe desordem. Aquilo que chamamos de desordem ou de falta de planejamento é um tipo de ordem que não nos convém. Há, houve e continuam havendo formas de ordem que podemos dizer que não nos convêm. Mas elas existem – sempre existiram – e de certa maneira foram moldando a forma pela qual a cidade foi produzida e organizada.

A partir do final da década de 1950 e, sobretudo, a partir da década de 1960, tem início no Brasil a construção de uma agenda urbana que em um primeiro momento foi estruturada sobre a necessidade e o desejo de oferecer moradia digna para todos aqueles que estavam no processo de migração – saindo do interior, do campo, do Nordeste –, e vindo para as grandes

Fernando Mello Franco

idades do Sudeste. Assim foi estruturada uma série de instrumentos que foram incorporados à Constituição e, em seguida, estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

Em São Paulo conseguimos, a partir de um processo de revisão do marco regulatório da política urbana na gestão de Fernando Haddad, regulamentar e pôr em prática inúmeras das bandeiras históricas de batalha, que foram de fato operadas pelo poder público. Há um processo histórico incremental com idas e vindas e com altos e baixos que, de certa maneira, atinge um ponto significativo de maturidade na atual gestão. Isso não é propriamente fruto da concepção de Haddad, mas é resultado de um processo histórico de 60 anos que deve ser valorizado.

Nessa gestão, partimos do pressuposto de que é impossível que a cidade, como campo de conflito e disputa, possa ser regida por processos não democráticos e não participativos. Precisamos da construção de pactos sociais que possam reger as formas de convivência e de coexistência num território complexo, contraditório e conflagrado. O processo de planejamento e os instrumentos de participação, transparência e controle social que ele envolve são fundamentais para sustentar essa perspectiva.

O Plano Diretor de São Paulo foi elaborado talvez num dos momentos mais significativos da história recente do Brasil, que é justamente o momento das manifestações que eclodiram em 2013. Esse movimento mostrou que,

de certa forma, a pauta da reforma urbana hoje não se restringe mais àquela agenda da provisão de moradia digna para todos. Há uma nova geração, nascida nas cidades e, portanto, criada dentro de certa cultura – ainda que seja difícil definir valores urbanos – que tem uma demanda muito diferente das gerações que a antecederam e que vê a questão dos direitos urbanos não mais como restritos à propriedade da casa, mas como possibilidade de desfrutar de todos os bens e serviços que a cidade oferece. E para que possamos todos usufruir da cidade, uma das questões mais fundamentais é a gratuidade da mobilidade. Para que eu possa morar em qualquer lugar e ter a namorada ou o namorado em outro canto, para que eu possa escolher para que escola ir, a que bar ir, para que eu possa, enfim, desfrutar daquilo tudo que a cidade oferece.

O Movimento Passe Livre (MPL) foi o estopim de uma série de movimentos que mudaram completamente o jogo político. Uma vez superado o impasse do primeiro momento, eles souberam pressionar para potencializar a agenda de revisão de valores das formas de uso da cidade. Teve então início uma política pública voltada para a expansão rigorosa dos corredores exclusivos de ônibus e das ciclovias, a abertura de ruas para usufruto da população, a redução da velocidade das vias para proteção da vida, etc. A abertura da avenida Paulista – ou seu fechamento – não é um debate semântico, mas, sobretudo, um debate de valores.

Nesse contexto, a discussão e a pactuação da revisão do Plano Diretor foram enriquecidas porque entraram em campo outras forças e outros agentes que não os clássicos movimentos de moradia, o Sindicato dos Construtores e o mercado *stricto sensu*. Grupos de ativistas urbanos, grupos de mobilidade ativa, grupos de agricultura urbana, entre outros, sentaram-se à mesa de discussão trazendo novas pautas, novas agendas e novas formas, também, de pensar o campo político. A gestão soube abraçar essas iniciativas e, em vez de ter um papel exclusivamente propositor e formulador das políticas urbanas, começou a entender seu papel de facilitador de processos que emanam não apenas de dentro da máquina pública, mas também da sociedade.

No caso do Zoneamento, por exemplo, um episódio que me parece interessante é a aproximação de um coletivo de produtores de cerveja artesanal que nos procurou afirmando que, pelo Zoneamento, a produção de cerveja era proibida em todos os lugares da cidade, com exceção das zonas industriais. No entanto, a produção de cerveja artesanal está relacionada a outra economia, sem a escala da grande produção industrial e suas externalidades negativas de logística, poluição, etc. Ela está relacionada a setores como os de alimentação, turismo e lazer. A lei foi então modificada para atender a formas de produção urbana que não podem mais ser entendidas dentro das concepções antigas do que é a indústria.

Cada vez mais, me parece que o principal papel do poder público está na construção de um campo de pactuação e facilitação de processos que vêm das novas formas de ativismo e participação nos processos de produção e uso da cidade.

Isso não foi uma iniciativa da gestão, mas dos produtores de cerveja artesanal que enriqueceram o debate. Só a partir da diversidade de experiências daqueles que estão vivenciando as dinâmicas da cidade conseguimos identificar e construir uma pauta cada vez mais complexa e interessante. Meia dúzia de bons ou maus gestores públicos não têm a capacidade que milhões de pessoas têm nos processos de ressignificação do espaço, renovação das formas de uso, inovação nos processos de produção e assim por diante. Cada vez mais, me parece que o principal papel do poder público está na construção de um campo de pactuação e facilitação de processos que vêm das novas formas de ativismo e participação nos processos de produção e uso da cidade.

A estruturação do processo de revisão da política urbana de São Paulo aconteceu não apenas dentro do objetivo de aprovar um novo Plano Diretor ou um novo Zoneamento, mas de fortalecer toda a institucionalidade pública e os canais de participação cidadã para que justamente estas peças de planejamento pudessem, na medida do possível, ser incorporadas na práxis da cidade. Ao mesmo tempo que se conduziram processos de revisão participativa do Plano Diretor e do Zoneamento, foram criadas políticas muito importantes como, por exemplo, um trabalho específico de desenvolvimento de sistematização, revisão crítica e monitoramento das metodologias de participação cidadã.

Fiquei muito impressionado com os primeiros eventos de que participei na prefeitura. Em 2013, ainda na Conferência das Cidades, 10 mil pessoas apareceram no Anhembi. É um número incrível de pessoas no mesmo recinto. Mas ainda que esse número seja surpreendente para um evento público, ele representa uma parcela muito pequena de uma população de 12 milhões de pessoas. Além disso, se todas essas 10 mil pessoas tivessem três minutos de fala para que participassem efetivamente, o evento não teria fim.

Buscamos, naquele momento, outras formas de processo participativo. Estabelecemos uma plataforma eletrônica de participação que trouxe inúmeros benefícios ao processo. Trata-se de uma plataforma mediada: são extraídos os comentários completamente subjetivados, agressivos e desqualificados. Ela exige de quem participa uma reflexão um pouco maior do que simplesmente a fala. A análise dos registros permite a construção de dados que são muito importantes para que o poder público possa entender como esses processos estão ocorrendo no território. Mapeamos diferentes populações, territórios com maior ou menor participação e formas de relação com o poder público.

Com a plataforma Gestão Urbana, começamos a reunir as informações necessárias para que a população tivesse conhecimento e acesso a dados – o que é fundamental para empoderar as pessoas para que

A informação pública é um bem comum, um bem público, e como tal ela deve ser disponibilizada em sua integridade para a população. Sem isso, teremos apenas um projeto de controle.

efetivamente participem dos temas debatidos. Também trabalhamos muito na construção de comentários a cada um dos projetos de lei propostos. E isso foi muito rico. Nosso plano em um segundo momento seria incorporar novas camadas e ferramentas que possibilitassem discutir não apenas textos de leis e afins, mas projetos e suas formas de representação: cartográficas, iconográficas, etc.

Ao mesmo tempo, concretizamos um projeto antigo de criação de uma plataforma com dados georreferenciados de toda a prefeitura – o GeoSampa. Cunhado ainda na década de 1980 pela gestão de Luiza Erundina, que não conseguiu aprová-lo, foi jogado no lixo por Maluf e Pitta. Marta Suplicy tentou reativá-lo sem sucesso, e Serra e Kassab, mais uma vez, abortaram a iniciativa. Nós, com um orçamento de 8 milhões de reais, conseguimos implementá-lo. É importante destacar essa cifra, porque é uma fração ínfima da capacidade de investimento do município. Trata-se fundamentalmente de uma questão de decisão e de força política.

O GeoSampa permite que cada um dos 256 bancos de dados da prefeitura operem com autonomia. Seria muito pouco provável que conseguíssemos canalizar tudo em um único banco de dados, mas foi criado um sistema de controle de metadados e validação das informações que vinham e vêm através dos 256 bancos de dados de forma que o que está no GeoSampa é informação confiável. Isso é fundamental porque, atrás do que

pode parecer uma simples ferramenta, está o conceito de que a informação pública é um bem comum e não um bem que um gestor controla individualmente ou que membros da máquina pública controlam de seus gabinetes. Parece até ingênuo afirmar algo assim, mas a informação pública é um bem comum, um bem público e como tal ela deve ser disponibilizada em sua integridade para a população. Sem isso, teremos apenas um projeto de controle. A informação hoje é algo muito mais poderoso do que o Tesouro de um governo.

Também foram criadas, dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e de outras secretarias, plataformas de monitoramento de dados, de indicadores de desempenho das políticas públicas e, no caso específico da SMDU, monitoramento do Plano Diretor. Isso também é importante porque não podemos pensar uma peça legal, um plano, um zoneamento ou uma lei como um edifício acabado que se inaugura, em que cortamos a faixa vermelha, vamos embora e o que acontece em seguida não é mais problema nosso. A gestão pública traz no seu dorso a ideia de uma temporalidade estendida e, portanto, temos que pensar formas contínuas de aprimoramento das leis, que não podem ser estáticas. Elas não podem representar apenas o momento de sua concepção e aprovação, mas têm que garantir instrumentos sucessivos de aprimoramento, revisão e, inclusive, supressão, se necessário.

A informação pública é de domínio público e o empoderamento da população para os processos de participação passa pelo acesso à informação. Isso nos leva à necessidade de organizar os bancos de dados de forma a garantir o acesso e o controle social sobre aqueles que fazem a gestão das plataformas. Enfrentamos forças contrárias, dentro da própria gestão, à abertura de dados. Houve quem advogasse que certos dados eram sigilosos e implicavam riscos para as pessoas como, por exemplo, os dados de propriedade expressos nas planilhas de controle do Imposto Territorial e Predial Urbano. Esse tipo de argumento foi contornado a partir do momento em que demonstramos que essas informações, quando não são abertas e disponibilizadas pelo poder público, podem ser facilmente vendidas de forma inapropriada por parte da máquina pública que controla as caixinhas de informação.

Essa é uma passagem muito interessante no convencimento da Secretaria da Fazenda, por exemplo, a migrar os dados do IPTU. Uma pessoa da nossa equipe entrou em dois ou três *sites* de venda de informações sigilosas de IPTU, e conseguimos mostrar que qualquer um poderia acessar aquelas informações, alimentando um mercado negro de dados. Valia mais a pena, resumindo, divulgar as informações de forma pública do que transformá-las em mercadoria e deixar que esta mercadoria fosse manipulada por uns poucos.

Entretanto, enquanto essas plataformas podem ser positivas, elas também colocam um risco, pois, uma vez utilizadas de forma perversa, elas podem resultar na concentração de poder e controle sobre as informações por gestores mal intencionados. Acho que a grande questão por trás do conceito de cidade inteligente – um termo de que não gosto muito – não é se a gestão de dados é positiva ou não para a gestão da cidade, mas se há transparência e controle social para que estes dados continuem sendo um bem comum. *

Planejar cidades a muitas mãos traz desafios com os quais temos deparado nos últimos anos. Desde o Estatuto da Cidade e mesmo antes dele, experimentamos um processo de expansão dos espaços participativos. Temos buscado reforçar os espaços institucionais com conselhos, por exemplo. Em Belo Horizonte e no resto do país temos hoje uma estrutura consolidada de conselhos, conferências, etc. O que começamos a debater neste momento é o limite desses espaços de participação na construção de uma cidade pelas pessoas, por meio de suas práticas e diferenças.

Há uma característica comum a esses espaços, que é o foco no discurso. Trata-se de espaços marcados pela oratória, em que acontecem debates que, no geral, são dominados pelo tecnicismo, em que certa elite tem voz e possibilidades de fala muito maiores do que aqueles que definimos como oprimidos, pessoas que estão à margem desse tipo de processo. Numa sociedade em que boa parte da população é analfabeta, os limites dos espaços de participação real, ou até mesmo da incorporação de discursos e práticas que estão à margem do Estado ou da elite econômica, ficam muito evidentes.

Talvez tenhamos que começar a discutir novas formas de participação e construção que estejam mais conectadas com a experiência do espaço – há, afinal, outras formas de experiência do espaço. Talvez nós, técnicos e arquitetos, tenhamos um papel fundamental

nesse sentido, o da abertura da perspectiva estética, do deslocamento do lugar da elite.

Parece-me que o problema se origina porque, historicamente, quem estudou e se formou para exercer esses papéis vem das elites e tem uma percepção muito específica do que seria uma forma “apropriada” de morar, uma forma “apropriada” de cidade.

Essa desconstrução deveria acontecer na formação, na universidade. Um passo importante seria se tivéssemos universidades formando arquitetos a partir de outras experiências de cidade e espaço, mas também se deslocássemos de modo urgente o olhar do arquiteto, do técnico ou mesmo do Estado no sentido de reconhecer outras formas de cidade e planejamento. Esse deslocamento é fundamental para construirmos espaços participativos menos baseados no discurso, espaços em que o desequilíbrio de vozes e ideias possa ser menor.

É preciso reconhecer, por exemplo, o que é uma favela – o que significa e como se conforma aquele espaço para além da precariedade de infraestrutura. A conformação do espaço tem a ver com questões culturais e de vida daquelas pessoas, mas, para o Estado, em geral trata-se meramente de uma questão de precariedade. Há, portanto, sempre um discurso voltado para a ideia de que é preciso inserir essas pessoas na cidade formal, aproximá-las ao máximo,

quando, na verdade, talvez pudesse haver uma discussão muito mais frutífera e respeitosa sobre outras formas de morar, de viver a cidade e de se organizar. Essa discussão não existe, ela não aparece nos conselhos e conferências.

Lembro sempre uma experiência que tive durante minha pesquisa de mestrado. Um menino de 7 anos de idade estava saindo de um dos conjuntos habitacionais construídos pelo programa Vila Viva, na Serra, em Belo Horizonte, para realocar famílias em função das obras viárias que aconteceram ali. Conversando com o menino, perguntei se ele havia se mudado para os conjuntos. Ele me respondeu que não, mas que um primo seu havia se mudado. “Eu não moro no conjunto, eu moro lá na favela”, ele me disse. O conjunto era dentro da favela, mas ele falava assim. Sua concepção de espaço formal já separava as duas coisas e sua resposta é uma síntese maravilhosa dessa diferença de experiência. “Mas o que você acha do conjunto? Você prefere morar em um conjunto novo ou na favela?”, perguntei. E ele disse: “Para mim, é tudo igual. Vocês [e aí ele se referia talvez ao Estado ou à elite] colam um em cima do outro. A gente cola um do lado do outro. Eu prefiro o nosso jeito porque todo mundo tem céu em cima”.

O comentário do menino nos lembra que há algo para além da discussão sobre densidade, por exemplo. Muitas vezes dizemos que “tem que ser conjunto

habitacional porque é preciso otimizar o terreno”. Mas a questão da densidade nos mostra que existem outras formas de morar, de viver e de estar juntos que não se dão empilhando casa sobre casa em prédios. Esse é um passo que temos que dar, é um desafio. Como fazer isso? É preciso fazer essa pergunta para planejar nossas cidades a muitas mãos.

Há também outra discussão posta para o planejamento e para os arquitetos que é sobre escala: como discutir em escala mais local? O planejamento tem uma perspectiva estruturante e isto está sendo posto em xeque. Estamos aos poucos deixando a ideia de planejamento estruturante em longo prazo e de grandes obras para adotar uma perspectiva voltada para a pequena escala. Trata-se de outro viés de planejamento e de uma ideia de gestão que preza a aproximação das pessoas. Essa aproximação nos mostra que as construções são contínuas em vez de fixas, idealizadas e de longo prazo. A discussão sobre escala é também a discussão sobre um planejamento menos tecnicista e mais cotidiano. Um desafio central para discutir a cidade para as pessoas.

Em Belo Horizonte, tivemos a experiência de construção de um projeto participativo no Ribeirão do Onça. O projeto inicial era institucional, muito duro e formal, focado em soluções técnicas e questões de engenharia. Já o processo com a comunidade foi

Um Estado rígido é pouco permeável à diferença e às especificidades locais. É um Estado que não consegue escapar dos próprios padrões. Não existem, na planilha de licitação da prefeitura, muitos dos itens postos pela comunidade e discutidos nos processos participativos.

extenso, uma construção feita com metodologia, num esforço de aproximar a perspectiva e a experiência dos moradores. O trabalho passou a agregar aspectos relacionados à escala de vida daquelas pessoas, mudando a perspectiva: um projeto-padrão de engenharia tornou-se o projeto de um parque.

Tínhamos um projeto de drenagem que foi se transformando e acabamos com um parque – não só para preservação, como na perspectiva original de realocar todo mundo e fechar aquela área. Houve um processo de apropriação do espaço pela comunidade do entorno e o parque foi ganhando vida mais pela participação das pessoas que moram ali e reconhecem as oportunidades que têm naquele espaço do que pelos técnicos que passam a ser mais um suporte do processo do que protagonistas que propõem as mudanças.

Quando isso volta para a instituição, que está acostumada a trabalhar com processos mais formais, projetos mais duros e, principalmente, com licitações – frequentemente temos um problema. É licitado um projeto muito engessado, é licitada uma obra que acaba perdendo bastante em termos de especificidade. Quando vem a obra, a comunidade precisa reverter, comer pelas bordas, tentando recuperar aquilo que tinha sido de alguma forma acordado e construído conjuntamente e que se perdeu nos processos de licitação de grandes obras.

O que temos lá hoje não é aquele mesmo projeto pensado conjuntamente. É uma obra ainda em andamento, com a comunidade se apropriando e tentando implantar aquela ideia de espaço de lazer e convivência. O Estado ainda não conseguiu lidar com isso oficialmente e de forma concreta.

Como romper estruturas, discursos e percepções dentro do Estado? Como lidar com as estruturas rígidas de licitação? Temos um enorme desafio se quisermos fazer cidades para pessoas. Um Estado rígido é um Estado pouco permeável à diferença e às especificidades locais. É um Estado que não consegue escapar dos próprios padrões. Não existem, na planilha de licitação da SUDECAP, muitos dos itens postos pela comunidade e discutidos nas reuniões do Ribeirão do Onça.

É falsa a perspectiva de um Estado “correto” – que acaba vertendo na ideia de um Estado enrijecido, duro e incapaz de se transformar. Isso é particularmente evidente num momento em que todos se voltam para o problema da corrupção. Mas há outra corrupção possível do Estado. Não estou falando de corrupção financeira, mas da possibilidade de o Estado ser corrompido, de ter suas estruturas rompidas – esta é uma perspectiva interessante.

Hoje a única alternativa posta é a representativa. Ficou evidente que, para que todas e todos participem da construção política, para que as experiências

marginalizadas se incorporem ao Estado, precisamos de mais representatividade de gênero e raça. Mas seria importante discutir também a outra mão: como é que o Estado pode se tornar permeável a tudo que parece estar fora dele, mas que, na verdade, o constitui? Sinto que isso passaria por algum tipo de abertura, mas estamos andando na contramão, estamos enrijecendo o Estado cada vez mais. *

Ações que acontecem na escala micro e na escala macro da cidade correspondem a dois tipos distintos de postura adotados pelos arquitetos em seu modo de trabalhar. O grupo Raumlabor, de Berlim, é um bom exemplo de arquitetos que escolheram trabalhar na escala micro da cidade. Seu *Kitchen Monument*, ou Monumento da Cozinha, é uma estrutura inflável que pode ser usada em diversos lugares. O grupo tem uma imagem icônica do “monumento” inflado sobre um viaduto numa situação em que foi proposto um encontro comunitário. Mais do que construir algo ou chegar com um plano pronto, o que propuseram foi que as pessoas se encontrassem naquele lugar e, a partir do encontro, pensassem juntas o que poderia ser feito no desenho do bairro.

A essa imagem do Raumlabor gosto de contrapor outra imagem, ainda mais icônica, de Le Corbusier. No primeiro plano da fotografia há o projeto de implementação da cidade de Chandigarh, enquanto o arquiteto olha para o terreno vasto, amplo e vazio. A postura, aqui, é a do arquiteto que planeja e leva seu plano para ser sobreposto ao território sem pensar naquilo que existia antes.

O plano local, os agenciamentos e as conversas se contrapõem, portanto, à ideia do arquiteto como um grande tecnólogo que chega e define a forma como uma cidade – ou um bairro, ou um edifício – vai ser implementada. Mas há pontos de contato possíveis?

Gosto de pensar em formas de articulação de escalas complementares. A noção de complementaridade pode ser muito interessante aqui.

Podemos buscar essa complementaridade por meio do discurso teórico de *top down* e *bottom up*, a partir da primeira metade do último século. Uma referência importante nesse sentido é o que ficou conhecido como Simpósios de Delos, encontros organizados durante algumas décadas pelo planejador Constantinos Doxiádis com o objetivo de buscar respostas para o crescimento massivo de cidades. Havia ali um olhar para os assentamentos autoconstruídos a partir da ação local e coordenada em rede. A atuação local e a autoconstrução eram tidas como elementos a serem incorporados ao projeto, e que necessariamente teriam que transformar o modo como ele era concebido.

As reuniões e os encontros de Delos são importantes, apesar de pouco explorados na literatura e nas discussões, porque aconteciam em paralelo a um pensamento arquitetônico que ficou muito mais conhecido e que foi definido numa viagem de navio em que se estabeleceram as bases do Movimento Moderno e da forma como as cidades seriam construídas. Chandigarh e Brasília são exemplos do que se definiu naquela viagem de navio. O primeiro encontro de Delos também aconteceu dentro de um barco que saiu pelo Mediterrâneo, mas com um espírito bastante distinto. Estabeleceu-se ali que na escala

local o importante seria trabalhar em torno da ideia de abrigo e que as pessoas pudessem desenvolver os próprios projetos e formas de construir.

Doxiádis chegou a desenvolver um plano para o Rio de Janeiro no qual definia uma série de eixos e propunha uma grande malha sobreposta à geografia da cidade, na escala macro. Na escala local, ele pensava a ideia de abrigo como um manual ou uma série de diretrizes que apresentavam a possibilidade de construção local valorizando o engajamento, a mão de obra e as formas de fazer tradicionais.

Uma boa revisão teórica aponta para inúmeros outros movimentos de conciliação das duas escalas do planejamento, que não cabem aqui. Minha pesquisa busca articular esses movimentos com a experiência de ações locais em rede. Busco um referencial teórico e prático para pensar que formas práticas localizadas podem eventualmente ser escaláveis, replicáveis, gerando transformação e impacto na escala macro.

Microplanejamento é um livro que publiquei em 2011 e que mostra os resultados de uma pesquisa que mapeou uma série de iniciativas encontradas em São Paulo, buscando entender como algumas delas transformam o espaço. Usei uma série de critérios para definir quais seriam essas iniciativas – todos os projetos já estavam implementados na cidade, foram articulados a partir de uma série de parcerias de agentes

Estamos falando de práticas cidadãs, de reconhecimento da inteligência local, de uma atuação complementar aos planos, de formas de desenhar com interesse no processo, do reconhecimento das ações locais e, em última instância, da aproximação do conhecimento da arquitetura a outros conhecimentos colocados no território.

locais junto a organizações governamentais ou não governamentais, mas articuladas às estruturas de governança das cidades, e impactavam o espaço.

Chamei essas práticas de “iniciativas comunitárias”, já que elas eram organizadas dentro de comunidades na escala local. Mapeamos uma série de iniciativas que estão não só na borda geográfica da cidade, mas também no centro – e isto é importante porque desconstrói um discurso de que estas iniciativas existem apenas na periferia. Esse é um discurso simplista, pois existem muitas centralidades e muitos territórios na cidade que estão conectados por uma série de redes. Estamos falando de trabalhos ou práticas que são organizados em resposta a uma série de urgências, buscando a melhoria do ambiente construído, e que respondem a estas urgências com base nas possibilidades e nos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis. Essas práticas prestam um serviço importante à arquitetura, já que permitem vislumbrar de que maneira o plano e o design podem somar àquilo que já vem sendo feito de maneira a transformar espaços.

Proponho no livro uma leitura que tem como base uma discussão apresentada por Bruno Latour, historiador da ciência e filósofo francês, com foco no entendimento dos agenciamentos e de como eles acontecem entre estruturas construídas – a base da cidade, que chamamos de morfologia urbana – e

situações e espaços de referência específicos – que às vezes são difíceis de definir, e têm a ver com pontos de encontro e espaços com os quais as pessoas se identificam. Busquei olhar para a articulação entre objetos humanos e não humanos na escala do usuário para propor um entendimento daquilo que podiam significar em alguns desses projetos.

Há uma série de iniciativas que relacionam a ação local dos grupos com o espaço da infraestrutura, mostrando complementaridade. Isso fica muito claro quando falamos, por exemplo, de uma horta situada sobre um oleoduto da Petrobrás, de uma academia de boxe localizada embaixo de um viaduto ou de um espaço público construído em uma antiga rua que foi ocupada e onde se construíram inúmeras unidades de habitação.

Utilizando a mesma metodologia, testei, na sequência, em Zurique, um trabalho que se chama *Mapping the real city* ou Mapeando a cidade real, a partir de 2011. Éramos um grupo de 20 pessoas, 3 pesquisadores e 17 alunos, e fizemos um mapeamento da cidade buscando entender Zurique, onde as urgências que temos em São Paulo não estão colocadas. As pessoas ali também vinham se engajando com a transformação de alguns espaços específicos. Fizemos um trabalho de mapeamento colaborativo, propondo o mesmo tipo de aplicação metodológica e mostrando, em todos os casos, uma imagem decupada que situava quais eram os

agenciamentos, os agentes e a forma de articulação entre os objetos humanos e não humanos ao longo do tempo.

Criamos na sequência o que chamamos de *Action on the real city* ou Ação na cidade real, partindo da observação para a ação na escala local e pensando que tipo de intervenções e inserções podiam ser feitas para revelar o potencial que havíamos lido em uma série de espaços. Exploramos o que chamávamos de “*playful tactics*”, ou táticas lúdicas, tendo como referência aquilo que os Smithson chamaram de “*as found*” – a importância daquilo que era encontrado na cidade e muitas vezes já subvertia um desenho anterior permitindo que pensássemos e reconhecêssemos a ação humana.

Começamos a refletir sobre que tipo de inserções podiam ser feitas por arquitetos e designers com o objetivo de revelar o potencial de alguns aspectos dos circuitos das cidades. Fizemos caminhadas, levando conosco alguns objetos para inserir na cidade e provocar a alteração de situações de maneira muito simples. Às vezes levávamos cadeiras, montando uma sala de aula urbana e tentando reconhecer necessidades junto a quem utilizava a cidade e passava por aqueles espaços, entendendo uma série de comportamentos dos usuários e buscando negociar alternativas de uso.

Marcávamos graficamente os recursos que encontrávamos no piso de asfalto com giz. A ideia era não gastar quase nada com as intervenções e buscar

usar aquilo que era encontrado, no estilo “*as found*”. A primeira coisa encontrada foram blocos de papel. O papel em Zurique tem que ser colocado nas ruas para que seja recolhido e reciclado e é embalado como um grande cubo. Os cubos de papel funcionavam como blocos e o grupo identificou a possibilidade de usá-los como blocos de construção. A partir disso, os alunos criaram uma série de mobiliários. Fizeram uma espécie de sofá e construíram barreiras como muros, sempre com o interesse de entender as respostas dadas pelos usuários do espaço àquilo.

Chamamos isso de “*responsive design*” ou design responsivo. Foram produzidas várias provocações junto às vizinhanças para que elas trouxessem e reconhecessem o material – no caso, o papel – e participassem das construções e dos encontros. A partir da prática de brincadeira e jogo dentro da cidade, convidando os habitantes a participar, iniciamos a conversa com o bairro e as empresas responsáveis pela reciclagem de papel para pensar como isto poderia acontecer em outros lugares da cidade, imaginando que poderia ser uma ação em rede.

Também tivemos o pingue-pongue urbano. Foi criada uma mochila que se transformava em uma mesa de pingue-pongue, feita com praticidade e mobilidade para que pudesse ser aberta em vários espaços diferentes, testando que tipos de relação e interação com os usuários poderiam acontecer. As proposições eram construídas

com o objetivo de fazer a leitura daquilo que geravam no ambiente por onde passavam. A partir do agir, do testar e do brincar na cidade, surgiu uma série de formas de desenhar, com interesse no processo, o design responsivo.

Depois dessas reflexões, produzi um trabalho com Ute Weiland chamado *Urbanismo feito à mão*, que teve como base um mapeamento realizado em São Paulo e os estudos do *Microplanejamento*, e cujo desdobramento foi uma segunda publicação. Nela, não olhamos apenas para os espaços e para a transformação dos espaços, mas para as pessoas e para a maneira como elas transformam suas narrativas.

Compilamos uma quantidade de projetos relacionados à atuação e ao agenciamento local e a iniciativas comunitárias na Cidade do Cabo, na Cidade do México, em Istambul, em Mumbai e em São Paulo. Assim como em *Microplanejamento*, optamos por não usar fotografias como principal base de documentação, mas desenhos. Chamamos o ilustrador Paulo Ayres para criar uma série de aquarelas que organizariam o que chamamos de “antes e depois”.

Esse trabalho foi realizado em 2012 e 2013, no mesmo momento em que eu realizava um mapeamento de iniciativas no Rio de Janeiro. No ano do lançamento do livro organizamos, no Rio de Janeiro, uma exposição que propunha, mais uma vez, partir da observação para compilar informações e articulá-las com o território.

Mapeamos centenas de iniciativas na cidade a partir de uma plataforma colocada no ar para que as pessoas pudessem contribuir. Percebemos que, em meio a uma série de obras do PAC, havia muitas transformações que não aconteciam, mas que eram demandadas pelos grupos com os quais conversávamos. Também percebíamos que, com a construção de passagens para pedestres ou teleféricos, o que acontecia era muitas vezes a instalação de uma infraestrutura monofuncional, muito precária na forma como tocava o território, criando uma série de fragmentos urbanos desconectados. Frequentemente esses resíduos urbanos se transformavam em depósitos de lixo.

Existia, portanto, uma demanda muito grande por parte de alguns grupos atuantes por um mínimo de recursos e possibilidade de desenho, mas muitos poucos designers atuando. Com a exposição do *Urbanismo feito à mão* no Rio de Janeiro encontramos a possibilidade de responder a essa demanda e colaborar com esses coletivos para a construção de outros cenários e para imaginar outros espaços.

Criamos vários *kits* que chamávamos de “*kits* móveis para a ação coletiva”, desenhados especificamente no intuito de dar visibilidade a essas questões. Uma delas era a construção de um *playground*, apresentada pelo coletivo Maré, que atuava sob um pontilhão da Linha Amarela dentro do Complexo da Maré. Eles queriam

de alguma maneira mostrar que a transformação daquele espaço muito árido e muito pouco convidativo num espaço de encontro era possível. Além do “*kit playground*”, fizemos o “*kit praça*” (que, implementado na Rocinha, tornava possível a criação de áreas de estar com bancos e plantio de árvores, contando com um carrinho de mão, uma série de plantas, banquinhos, regador), o “*kit pipa*”, o “*kit contador de histórias*”, o “*kit lambe-lambe*”, todos produzidos de acordo com demandas locais.

Na sequência do *Handmade urbanism*, organizamos uma plataforma que tinha como principal foco as possíveis relações entre a escala da infraestrutura e a escala local. Queríamos pensar como testar ou propor contribuições de desenho que fizessem sentido para iniciativas comunitárias, aproximando estas iniciativas dos designers.

Identificamos em São Paulo uma possível complementaridade para falar dos jardins produtivos que ficavam sob os linhões da AES Eletropaulo e sobre os gasodutos da Petrobrás, no extremo leste da cidade. O projeto chamava-se Cidade sem Fome. Havia uma demanda de construção de um espaço para a venda dos produtos cultivados (o que é produzido na horta é vendido todos os dias até as 17h) e para receber pessoas para refeições conjuntas.

Desenvolvemos uma oficina de construção que foi também uma discussão junto ao grupo sobre as

possibilidades de ter mais do que um espaço de produção monofuncional, criando alternativas e pensando a horta como espaço para fazer ginástica, como *playground* para as crianças e como lugar de estar e contemplação. Isso levaria a comunidade para dentro da horta.

Uma discussão que tivemos na época foi sobre a dificuldade que a prefeitura tinha de conseguir fazer experimentações na escala local como a que estávamos fazendo. Buscamos entender de que maneira a existência de uma lei e de políticas públicas que permitiam que a produção rural acontecesse dentro da cidade podiam ser complementadas pelas reflexões e pelos aprendizados que surgiram quando desenvolvemos um processo na escala local – e real.

O trabalho com as comunidades nos permitiu refletir sobre o que significava para cada um dos envolvidos aquilo que foi desenvolvido. Estamos falando de práticas cidadãs, de reconhecimento da inteligência local, de uma atuação complementar aos planos, de formas de desenhar com interesse no processo, do reconhecimento das ações locais e, em última instância, da aproximação do conhecimento da arquitetura a outros conhecimentos colocados no território. A colaboração de arquitetos e designers é mais uma dentre tantas outras que podem e devem existir no espaço urbano.

Como se aproximar daquilo que se chama, com frequência, de “os outros 90%” que desenham e

Há um aprendizado que vem das práticas e dos testes, e que parte da observação. Ele nos permite entender o que é necessário e o que pode ser desenhado antes de ser redigida a lei. Podemos entender primeiro quais são as demandas, qual é a cidade que se quer, para depois pensar em como desenhar políticas.

constroem a cidade? Como pensar a cidade, como coloca Nicolas Bourriaud, como um espaço que é construído a partir da noção de responsabilidade compartilhada? E como desenhar marcos regulatórios, rascunhos de lei e políticas públicas a partir disso?

Tivemos a chance de observar de que maneira as iniciativas comunitárias entendem o desenho, como ele colabora e como pode impactar a vida das pessoas. Também aprendemos sobre o significado das relações de confiança na construção do espaço local ao longo do tempo e sobre o potencial e o poder que tem o fazer, e não só as reflexões e discussões, num curto espaço de tempo, para a transformação de coisas que se pensavam intransponíveis. O debate, o teste e o temporário podem ser ferramentas para pensar o permanente.

Há um aprendizado que vem das práticas e dos testes, e que parte da observação. Ele nos permite entender o que é necessário e o que pode ser desenhado antes de ser redigida a lei – um caminho diferente daquele que é normalmente tomado. Podemos entender primeiro quais são as demandas, qual é a cidade que se quer, para depois pensar em como desenhar políticas a partir de diretrizes, abrindo frentes para práticas não institucionalizadas.

Acho que um caminho está numa legislação mais “situativa”, relacionada e alinhada com os interesses locais e com as vozes do lugar; uma cultura de *policy making*, de produção de política pública, embasada em

conhecimentos coletados a partir do teste. Poderemos, com isso, discutir o papel das políticas urbanas para além da ideia de controle do espaço e restrição, oferecendo alternativas que facilitem a participação e a edição do espaço por seus usuários.

O Plano Diretor não é o único instrumento possível para desenhar a cidade e enfrentar seus desafios, apesar de ser uma base importantíssima a partir da qual podemos construir um modelo de cidade. O que se coloca como tarefa é complementar esse plano, construindo outros instrumentos e ferramentas para experimentações práticas. A gestão dos espaços da cidade pode abrigar outras vozes, outros projetos, a partir de formatos que inclusive já vêm sendo testados em cidades brasileiras – já fomos pioneiros nisto, por exemplo, com o Orçamento Participativo. Esse é um dos grandes problemas e desafios a enfrentar na nossa cultura de projeto e desenho urbano. *

Em um texto da década de 1960, a arquiteta Lina Bo Bardi escreveria sobre a falta de “sensibilidade antropológica” dos planejadores. Hoje, quando nos vemos diante da questão sobre quem é o sujeito do planejamento, as palavras de Lina ecoam como uma pré-visão da necessidade de expansão do projeto e do planejamento para além de seus processos utilitaristas e métodos abstratos, e da sua versão teleológica de modernidade, em direção a espaços diversos e sujeitos plurais.

Mas das possibilidades de um microplanejamento em escala hiperlocal, das práticas concretas em andamento na cidade de São Paulo, e das reflexões sobre os impasses do planejamento vistos de dentro do aparato estatal, irrompem possibilidades bastante concretas e instigantes para um redesenho compartilhado da cidade.

O que se insinua aqui – como na clássica metáfora de Henri Lefebvre para o processo de urbanização –, é uma explosão “de dentro para fora” operada pelos próprios planejadores e, ao mesmo tempo, uma implosão “de fora para dentro” articulada por movimentos sociais, forças autônomas e processos cidadãos atuantes na cidade.

Esse processo, aparentemente irreversível, aponta também para possibilidades interessantes para aquelas disciplinas historicamente imbuídas da tarefa de “fazer cidade” – a arquitetura, o urbanismo e o próprio

planejamento. Elas se veem agora diante da urgência de uma abertura para muito além de seus limites técnicos, especializados e autoritários.

Por entre as “pílulas” de otimismo que vimos discutindo, duas questões emergem então, apontando para o futuro – da vida nas cidades e dos planejadores – e, imagino, deverão ser respondidas inevitavelmente na prática. Como pode o planejamento com sua “ordem que convém” (sem que se pergunte a quem convém) ser uma forma de conhecimento e uma prática relevante em um mundo coabitado e coproduzido por uma multiplicidade de alteridades radicais? E, afinal, como podemos planejar a muitas mãos outros mundos possíveis? *

Dú Pente

Dj, publicitário, ativista do movimento negro, colabora com diversos movimentos político-festivos, como a Praia da Estação.

Julien Ineichen

Doutor em arquitetura, criou o movimento Eu quero nadar no Capibaribe. E você?, em Recife.

Priscila Musa

Arquiteta, professora de urbanismo na PUC Minas, participa de diversos movimentos coletivos, como o Espaço Comum Luiz Estrela.

Laura Sobral

Arquiteta e urbanista, é cofundadora do Instituto A Cidade Precisa de Você. Atualmente está baseada em Berlim.

Rita Velloso

Arquiteta, professora de arquitetura e urbanismo na UFMG e na PUC Minas. É também coordenadora do Observatório de Políticas Urbanas.

Maria Rita Kehl

Psicanalista, jornalista e poetisa, integrou a Comissão Nacional da Verdade.

Bruno Pedralva

Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, é médico da Rede Nacional dos Médicos e Médicas Populares.

Apolo Heringer

Médico, professor na UFMG, idealizador e coordenador do projeto Manuelzão.

Sonia Lansky

Pediatra, doutora em saúde pública, atuou como consultora do Ministério da Saúde.

Orlando Zaccone

Formado em jornalismo e direito, é delegado na Polícia Civil (RJ) e Diretor da LEAP Brasil (*Law Enforcement Against Prohibition*).

Avelin Buniacá Kambiwá

Socióloga indígena da etnia Kambiwá, foi fundadora do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas.

Scheylla Bacellar

Educadora em projetos como Fica Vivo e Projovem, promove encontros culturais no Aglomerado da Serra.

Áurea Carolina

Cientista política e especialista em gênero e igualdade. Em outubro de 2016 foi eleita vereadora em Belo Horizonte e, em 2018, deputada federal.

Charlene Cristiane

Ativista e coordenadora da ocupação Rosa Leão, na região da Izidora, em Belo Horizonte.

Guilherme Boulos

Formado em filosofia (USP), membro da coordenação nacional do MTST e da Frente de Resistência Urbana. Foi candidato à presidência em 2018.

Silke Kapp

Arquiteta e urbanista, é professora da na UFMG e coordenadora do grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM).

Leonardo Péricles

Coordenador do MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas em Belo Horizonte.

Isabella Gonçalves

Militante das Brigadas Populares, integrante da Resistência Urbana e da Frente Povo Sem Medo. Atualmente é vereadora em Belo Horizonte.

Fernando Mello Franco

Arquiteto e urbanista (FAU-USP), foi secretário de Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad.

Izabel Dias Melo

Arquiteta e urbanista, é gerente de coordenação de políticas de planejamento urbano da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas – BH.

Marcos L. Rosa

Arquiteto e urbanista (FAU-USP), foi diretor de conteúdo da 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo.

Wellington Caçado

Professor de design e arquitetura na UFMG e pesquisador do Cosmópolis, é editor da revista PISEAGRAMA.



Publicado sob licença Creative Commons (CC BY-NC-SA 3.0):
permite compartilhar, (foto)copiar e distribuir totalmente ou partes, desde
que não tenha objetivo comercial e sejam citados autores e fonte.

Organização e coordenação editorial

Felipe Carnevalli, Fernanda Regaldo, Paula Lobato, Renata Marquez,
Roberto Andrés e Wellington Cançado / PISEAGRAMA

Projeto gráfico

PISEAGRAMA

Revisão

Trema – Éliida Murta e Rachel Murta

Transcrições

Bárbara Rezende e Pedro Teixeira

Patrocínio

BDMG Cultural

Agradecimentos

João Paulo Cunha, Rogério Tavares

Fontes e papel

Heurística e Neuzeit S em Pólen Bold 90g

Impressão e tiragem

Rona Editora, 1.000 exemplares

Belo Horizonte, 2018

ISBN 978-85-67173-05-4

Dos corpos nas ruas ao urbanismo tático

3 **Dú Pente**

12 **Julien Ineichen**

24 **Priscila Musa**

36 **Laura Sobral**

Rita Velloso

47 Pólis e polícia: racismo e medo nossos de cada dia

58 **Orlando Zaccone**

69 **Avelin Buniacá Kambiwá**

83 **Scheylla Bacellar**

99 **Áurea Carolina**

Meio ambiente urbano e saúde coletiva

117 **Maria Rita Kehl**

136 **Bruno Pedralva**

157 **Apolo Heringer**

168 **Sonia Lansky**

Se morar é um direito, ocupar é um dever

197 **Charlene Cristiane**

208 **Guilherme Boulos**

222 **Silke Kapp**

235 **Leonardo Péricles**

253 **Isabella Gonçalves**

Planejar a cidade a muitas mãos

278 **Fernando Mello Franco**

290 **Izabel Dias Melo**

312 **Marcos L. Rosa**

333 **Wellington Cançado**

BDMG,
CULTURAL

 **BDMG**
BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DE MINAS GERAIS

 **MINAS
GERAIS**
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

**URBE
URGE**